

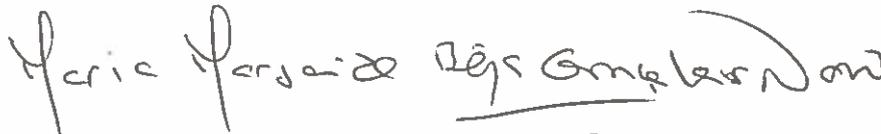
CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

Isabel Maria de Sousa Carita, advogada, com domicílio profissional na Urbanização Multiger, lote 6, Charneca da Cotovia, Sesimbra, portadora da Cédula Profissional nº 18820, certifica que nesta data compareceu perante si Maria Margarida Beja Gonçalves Novo, divorciada, natural de Coimbra, freguesia de Sé Nova, com residência na Rua Henrique Lopes de Mendonça, nº 10, r/c dto., Cruz Quebrada-Dafundo, pessoa cuja identidade verifiquei por ser do meu conhecimento pessoal, a qual me apresentou a tradução anexa ao respectivo original, escrito em língua inglesa e traduzido para a língua portuguesa, estando todas as páginas rubricadas e numeradas por si de 1 a 224, tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta com o original.

O original fica anexo à sua tradução e ao presente certificado.

Lisboa, 22 de Maio de 2014.

A Tradutora



A Advogada



ISABEL CARITA
Advogada

Cédula Profissional nº 18820
NIF 202863085

Rua da Charneca da Cotovia Lote 31
Charneca da Cotovia / 2970 - 270 Sesimbra

21/10

Tradução

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

(Número de registo: 1088249)

RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

CIR
—

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os Administradores apresentam o seu relatório e as demonstrações financeiras auditadas do Citibank International plc (a "Sociedade") e das suas subsidiária (o "Grupo") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Enquadramento da atividade

A Sociedade é uma subsidiária indireta integralmente detida pelo Citigroup Inc., está autorizada pela Autoridade da Regulamentação Prudencial (*Prudential Regulation Authority* - PRA) e é regulada pela Autoridade da Conduta Financeira (*Financial Conduct Authority* - FCA) e pela PRA. As palavras "Citigroup" e "Citi" são usadas de forma intermutável ao longo de todo o presente documento e referem-se ambas ao Citigroup Inc.

O Grupo presta serviços de banca de empresas e de investimento, banca de particulares e produtos e serviços de banca de consumo no Reino Unido (RU) e na Europa Continental através das suas sucursais. A sede do Grupo é em Londres e atualmente tem dezasseis sucursais em outros centros financeiros europeus, incluindo dois centros de serviços não bancários na Hungria e na Polónia. Estes Centros de Serviços do Citigroup (CSC) cresceram significativamente em termos de dimensão nos últimos anos e empregam atualmente 60% do total de trabalhadores do Grupo. Asseguram essencialmente funções operacionais e globais de apoio ao Grupo e outras entidades do Citigroup.

Continuação da atividade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuação da atividade tendo em conta o seu capital existente e ativos de liquidez, bem como, em última análise, o apoio por parte da casa-mãe do Grupo. Os Administradores reconhecem o risco de que circunstâncias extremas possam afetar negativamente a capacidade do Grupo para continuar a desenvolver a sua atividade e estão convencidos de que o Grupo tem recursos necessários para prosseguir a sua atividade num futuro previsível. Ao fazer esta avaliação, os Administradores tiveram em consideração um vasto leque de informações relativas às condições presentes e futuras. Dado que o Grupo depende, em última análise, do apoio da sua casa-mãe, devem consultar-se os fatores de risco que afetam o Citigroup Inc., contidos no seu relatório anual de 2013 constante do impresso 10-K em <http://www.citigroup.com/citi/investor/sec.htm>.

As seguintes secções das presentes demonstrações financeiras dão mais informações relevantes para esta análise:

- as atividades principais, direção estratégica e desafios e incertezas são descritos na secção da análise da atividade do Relatório Estratégico;
- um resumo financeiro, incluindo a demonstração de resultados e o balanço, consta da secção sobre os resultados financeiros nas páginas 20 a 29; e
- os objetivos, políticas e processos para gerir os riscos de crédito, liquidez e de mercado e a abordagem do Grupo à gestão e afetação do capital são descritos na Nota 36 – "Instrumentos financeiros e gestão de riscos".

Dividendos

A Sociedade não pagou dividendos durante o exercício (2012: zero).

Acontecimentos posteriores ao fecho do balanço

Em 3 de janeiro de 2014, o Diners Club RU Limited, uma subsidiária da Sociedade, foi liquidado. As atividades da subsidiária não tiveram um impacto material na situação nem na performance do Grupo durante o exercício em curso e o exercício anterior.

31/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Outras matérias

O Grupo vai preparar contas intercalares não auditadas à data de 30 de junho de 2014 de acordo com a Diretiva da Transparência da União Europeia.

Gestão de riscos

O Grupo decidiu incluir as informações sobre a gestão do risco financeiro de acordo com o Anexo 7.6(1) (a) e (b) do “Regulamento sobre Grandes e Médias Empresas e Grupos de 2008” no Relatório Estratégico, dado que os Administradores consideram que a gestão do risco financeiro é de importância estratégica para o Grupo.

Declaração das responsabilidades dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório Estratégico, do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras de acordo com as leis e os regulamentos aplicáveis.

A legislação sobre as sociedades obriga os Administradores a prepararem demonstrações financeiras do Grupo e da casa-mãe para cada exercício. De acordo com a lei, os Administradores decidiram preparar demonstrações financeiras, tanto para o Grupo como para a casa-mãe, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela União Europeia (UE) e as leis aplicáveis.

De acordo o direito societário, os Administradores só devem aprovar as demonstrações financeiras se estiverem convencidos de que estas dão uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira do Grupo e da casa-mãe, bem como dos seus lucros ou prejuízos durante o período em causa. Na preparação das demonstrações financeiras do Grupo e da casa-mãe, os Administradores estão obrigados a:

- selecionar políticas contabilísticas adequadas e depois aplicá-las de uma forma uniforme;
- fazer julgamentos e elaborar estimativas que sejam razoáveis e prudentes;
- declarar se foram preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE; e
- preparar as demonstrações financeiras no pressuposto da continuação da atividade, salvo se não for adequado partir do princípio que o Grupo e a casa-mãe irão continuar em atividade.

Os Administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos suficientes para mostrar e explicar as operações da casa-mãe e divulgar com um grau de exatidão razoável a situação financeira desta em cada momento e que permitam assegurar-se de que as demonstrações financeiras cumprem as disposições da Lei das Sociedades de 2006 (*Companies Act 2006*). Em geral, são responsáveis por tomar as medidas a que possam recorrer com razoabilidade para salvaguardar os ativos da Sociedade e prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

A legislação do Reino Unido que regula a preparação e divulgação de demonstrações financeiras pode diferir da legislação doutros países.

Declaração em matéria de governação corporativa

A Sociedade é uma subsidiária integralmente detida do Citi Holdings Bahamas Limited (CHBL) e a sua casa-mãe última é o Citigroup Inc. Em 31 de dezembro de 2013, as ações detidas pelo CHBL não beneficiavam de nenhuns direitos especiais. Dado que a Sociedade é uma subsidiária integralmente detida, os Administradores não têm poderes especiais quanto à nomeação e substituição de administradores, alteração dos estatutos ou à emissão e recompra de ações.

Em 19 de dezembro de 2013, as ações da Sociedade foram adquiridas pelo CHBL ao Citibank Investments Limited (CIL) para simplificar a estrutura organizacional e de reporte.

Controlo interno e informações financeiras

A última casa-mãe da Sociedade é uma entidade cotada e registada nos EUA, cujo quadro de governação para efeitos de controlo interno e prestação de informações financeiras segue a título primário a Lei

4/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Sarbanes-Oxley de 2002 (a Lei). As políticas e procedimentos do Citigroup são aplicados pelo Grupo e o quadro de controlo interno do Grupo é explicado em maior pormenor na secção "Risco operacional" do Relatório Estratégico. A aplicação desta lei está confiada à *Securities and Exchange Commission* (SEC), que define prazos para cumprimento e publica regras sobre os requisitos. A secção 404 da Lei exige que a Administração reconheça a sua responsabilidade por criar e manter mecanismos de controlo interno adequados e que afirme a sua eficácia por escrito, o que é efetuado ao nível regional da EMEA.

A Administração mantém um sistema abrangente de mecanismos de controlo concebido para garantir que as operações são executadas da forma autorizada pela Administração, que os ativos são salvaguardados e que os registos contabilísticos são fiáveis.

Durante todo o exercício e até à data de aprovação das demonstrações financeiras, foram postos em prática procedimentos para permanente identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos enfrentados pela Sociedade e pelo Grupo.

Os Administradores e a administração sénior do Grupo adotaram formalmente políticas de risco e mecanismos de controlo que definem a atitude da Sociedade e do Citigroup face ao risco e ao controlo interno. Os principais riscos, incluindo os riscos comerciais, são identificados e analisados pela administração sénior e operacional em base contínua de acordo com os princípios da Lei Sarbanes-Oxley. Existe uma estrutura de governação adequada, que compreende fóruns de governação e auditoria.

Os Administradores também recebem relatórios regulares sobre matérias de risco que requeiram a sua atenção. Os riscos significativos identificados relativamente ao desenvolvimento de novas atividades são sujeitos a avaliação por parte dos Administradores.

Existem procedimentos bem definidos para prestação de informações de gestão e os Administradores recebem regularmente relatórios sobre os resultados comerciais e a performance.

A eficácia do sistema de controlo interno é analisada regularmente pelos Administradores e pela Comissão de Auditoria, que recebe relatórios da análise efetuada pela função de auditoria interna. Determinados aspetos do sistema de controlo interno também estão sujeitos a supervisão regulamentar, sendo os seus resultados acompanhados de perto pelos Administradores e pela administração sénior. O Citi também criou um programa de Avaliação do Controlo da Administração (*Management Control Assessment*) (ACA) para ajudar os gestores a autoavaliar os principais riscos operacionais e mecanismos de controlo e identificar e lidar com insuficiências na conceção e/ou eficácia dos mecanismos de controlo interno que mitigam os riscos operacionais significativos.

A Comissão de Auditoria e os Administradores também são responsáveis pelo acompanhamento da preparação das demonstrações financeiras e pela análise e acompanhamento da independência do auditor oficial, em especial a prestação de serviços suplementares ao Grupo.

Administradores

Os Administradores que exerceram funções durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes :

Não executivos

J P Asquith

D J Challen (Presidente, Comissão de Governação de Veículos Jurídicos do Citi no RU)

S H Dean (Presidente, Comissão de Auditoria de Veículos Jurídicos do Citi no RU)

D L Taylor (Vogal, Comissão de Remunerações)

Executivos

J C Cowles

A M Duffell

P McCarthy

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

M N B Thompson (renunciou ao cargo em 27 de março de 2014)
Z Turek (foi nomeado em 10 de Junho de 2013 e renunciou ao cargo em 18 de outubro de 2013)
G J Von Lehmden

J Bardrick foi nomeado Administrador em 7 de março de 2014.

Indemnização dos Administradores

Durante o exercício e na data do presente relatório, a Sociedade faz parte de uma apólice de cobertura que abrange todo o Grupo e que beneficia todos os seus atuais Administradores, correspondendo a disposições elegíveis em matéria de indemnização contra terceiros para os efeitos da secção 236 da Lei das Sociedades de 2006.

Envolvimento dos empregados

O Grupo dá muitíssimo valor aos seus empregados e procura promover o seu envolvimento na atividade sempre que possível. Deu continuidade à prática anterior de os manter informados, por meio de comunicações escritas e reuniões, sobre os assuntos que os afetam enquanto empregados e sobre diversos fatores que afetam a atividade do Grupo e do Citigroup como um todo. Os empregados são incentivados a apresentar as suas sugestões e opiniões ao Grupo através de vários canais, incluindo um órgão representativo dos empregados e o inquérito anual Voz do Empregado. Os empregados elegíveis participam em esquemas de incentivos baseados na performance.

Emprego de pessoas portadoras de deficiência

O Grupo está empenhado em manter uma política de recrutamento e promoção baseada nas aptidões e capacidades e sem nenhuma discriminação de qualquer tipo. Os pedidos de emprego feitos por pessoas portadoras de deficiência são avaliados de forma cuidadosa e justa, tendo em conta as aptidões e capacidades de cada requerente. São desenvolvidos esforços para que os empregados que venham a sofrer de qualquer deficiência enquanto se encontrarem ao serviço possam continuar a sua carreira dentro do Grupo. As oportunidades de formação, desenvolvimento da carreira e promoção de pessoas portadoras de deficiência são, na medida do possível, idênticas às dos outros empregados.

Diversidade

No Citi, a diversidade é reconhecida com um dos seus principais valores. Por conseguinte, o Grupo assumiu como uma prioridade promover uma cultura em que os melhores querem trabalhar, em que as pessoas são promovidas com base no seu mérito, em que o respeito pelos outros é exigido e valorizado e em que todos podem aceder às oportunidades de desenvolvimento – independentemente das diferenças. O Grupo promove um local de trabalho com percursos, perspetivas e ideias diferentes e oferece aos empregados uma gama alargada de experiências e competências para desenvolverem plenamente todo o seu potencial. O Código de Conduta do Citi proíbe a discriminação e o assédio.

As Redes de Empregados do Citi (*Citi Employee Networks*) é um programa global composto por redes que são grupos iniciados e liderados pelos empregados organizados com base em afinidades. Estes grupos oferecem oportunidades para desenvolvimento profissional, acompanhamento, criação de redes e trabalho em rede e envolvimento na comunidade. Todas as redes de empregados estão alinhadas de acordo com as seguintes dimensões de diversidade: Herança Africana; Herança da Ásia-Pacífico; inCAPACIDADE; Gerações; Herança Hispânica; Veteranos das Forças Armadas; Orgulho; Raízes; Mulheres; e Pais e Mães.

Ambiente

O Grupo reconhece a importância das suas responsabilidades ambientais, controla o seu impacto no ambiente e desenha e aplica políticas para reduzir os eventuais danos causados pelas suas atividades. As

6/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

iniciativas concebidas para minimizar o impacto do Grupo no ambiente incluem o tratamento seguro dos resíduos, reciclagem e redução do consumo de energia.

Donativos para partidos políticos

Não foram feitos quaisquer donativos a partidos políticos durante o ano (2012: 0)

Divulgação de informação aos auditores

De acordo com a secção 418 da Lei das Sociedades de 2006 e sujeito a todas as disposições dessa secção, os Administradores que exerciam funções na data de aprovação do presente Relatório declaram que:

- tanto quanto é do seu conhecimento, não existem informações de auditoria relevantes que não sejam do conhecimento dos auditores da Sociedade; e
- cada Administrador tomou as medidas que deveria tomar nessa qualidade para tomar conhecimento das informações de auditoria relevantes e determinar se os auditores da Sociedade têm conhecimento das mesmas.

Auditores

A KPMG Audit plc renunciou às suas funções como auditor em 2 de dezembro de 2013 de acordo com a secção 516 da Lei das Sociedades de 2006. Os Administradores nomearam a KPMG LLP como auditor da Sociedade de acordo com a secção 489 da Lei das Sociedades de 2006. Uma deliberação no sentido da renomeação da KPMG LLP como auditor será proposta na próxima Assembleia Geral Anual.

Por ordem do Conselho de Administração

[assinatura]

S J Cumming
Secretário

27 de março de 2014

Constituída em Inglaterra e no País de Gales
Sede: Citigroup Centre, Canada Square, Canary Wharf, Londres E14 5LB
Registo nº: 1088249

7/a

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os Administradores apresentam o seu Relatório Estratégico do Citibank International plc (a "Sociedade") e das suas subsidiária (o "Grupo") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Resumo e principais atividades

O Grupo é o banco pan-europeu do Citigroup criado para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Espaço Económico Europeu (EEE).

O Grupo tem sede em Londres e atualmente opera em dezassete países através de uma rede de sucursais e subsidiárias europeias. A Sociedade está autorizada pela PRA e é regulada pela FCA e pela PRA.

De acordo com a sua autorização da PRA e da FCA, a Sociedade tem um "passaporte" ao abrigo da Diretiva da Consolidação Bancária da União Europeia (UE) e, por conseguinte, pode desenvolver uma gama alargada de atividades bancárias e de serviços financeiros no EEE através de sucursais e numa base internacional. As sucursais da Sociedade no estrangeiro com "passaporte" estão localizadas na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suécia.

Para além das sucursais no estrangeiro com "passaporte", a Sociedade tem CSC na Hungria e na Polónia que prestam serviços de apoio operacionais e tecnológicos cruciais a outras afiliadas do Citigroup. O Grupo também tem subsidiárias que desenvolvem atividades de locação financeira.

O Grupo tem dois segmentos em termos de prestação de informações, o Citicorp e o Citi Holdings, em consonância com os segmentos de prestação de informações do Citigroup Inc. A estratégia do Grupo alinha-se pela do Citigroup, que continua a ser liquidar a Citi Holdings tão cedo quando possível de uma forma racional em termos económicos, trabalhando simultaneamente para gerar uma rentabilidade de longo prazo e crescimento a partir do Citicorp, que compreende a sua atividade principal.

O Citicorp é composto pelo Grupo de Clientes Institucionais (GCI) e pelo Global Consumer Bank (GCB), ao passo que o Citi Holdings incorpora as atividades de Crédito ao Consumo Local (CCL) juntamente com uma Carteira de Ativos Especiais.

Citicorp

Grupo de Clientes Institucionais (GCI)

As atividades do GCI do Grupo incluem a Originação de Mercados de Capitais, a Banca de Empresas e de Investimento, os Mercados, o Citi Private Bank (CPB), os Valores Mobiliários e Serviços (VMS) e as Soluções de Tesouraria e Negociação (STN).

Originação de Mercados de Capitais, Banca de Empresas e de Investimento, Mercados

Estas três linhas de negócio permitem ao Grupo prestar às empresas, governos e investidores uma gama alargada de produtos e serviços de banca de investimento, incluindo banca de investimento em geral, negociação de dívida, serviços de consultoria, câmbios, produtos estruturados, instrumentos derivados e crédito.

O Grupo tipicamente não detém posições de risco de preço diretas, com exceção de posições em papel comercial. Os veículos preferenciais para criação de mercado (*market making*) e facilitação de operações de clientes na região da EMEA são o Citibank, N.A., sucursal de Londres, e o Citigroup Global Markets Limited (CGML). Quando estas operações são organizadas através da Sociedade, esta retém o risco associado da contraparte, pelo qual recebe alguma remuneração permanente, mas pode transferir o risco de mercado para outras entidades do Citi. Na qualidade de entidade que concede crédito, a Sociedade assume risco de crédito em conformidade com a Política e os Procedimentos Globais de Crédito do Citigroup.

Valores Mobiliários e Serviços e Soluções de Tesouraria e Negociação

O Grupo é o principal veículo do Citigroup na Europa Ocidental para custódia direta e compensação e compensação local de moeda. O Grupo presta serviços fiduciários e de custódia no RU e em oito sucursais, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Suécia. Estas sucursais prestam serviços fiduciários e de custódia predominantemente a fundos de investimento

8/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

coletivo geridos por terceiros, com responsabilidade primária pela boa custódia dos ativos dos fundos e proteção dos interesses dos investidores nos fundos.

O Grupo oferece Serviços de Administração Combinados a investidores clientes e aos seus clientes de retalho. Os Serviços Combinados incluem muitas das facetas do agenciamento de transferências, como contabilização, processamento de operações, reconciliação de caixa e valores e prestação de informações.

Citi Private Bank (CPB)

O Citi Private Bank oferece serviços de consultoria de investimentos, planeamento financeiro e produtos personalizados de gestão de fortuna a clientes com altos rendimentos.

A estratégia do CPB é oferecer a gama completa dos seus produtos e serviços de banca de particulares através da extensa rede de sucursais do Grupo. O marketing no EEE é em geral efetuado em base transnacional a partir do RU, usando o "passaporte" da Diretiva sobre Consolidação Bancária. O CPB tem empregados dedicados na sucursal do Grupo em Espanha e usa a Sociedade para contabilizar contas de clientes, primariamente de residentes na UE.

Global Consumer Bank (GCB)

A Sociedade oferece depósitos a clientes (tanto à ordem como a prazo), contas e poupança e depósitos a prazo indexados ao mercado.

Além disso, o GCB oferece ainda mais duas linhas de negócio através da Sociedade, o International Personal Bank (IPB) e os Indianos Não Residentes (INR). O IPB está direcionado para clientes de altos rendimentos, que tanto podem ser clientes internacionais como estarem localizados no RU, ao passo que o INR está direcionado para a Diáspora Indiana no RU. Os produtos oferecidos pelo IPB e pelo INR incluem depósitos, facilidades de crédito e operações em investimentos geridos, por exemplo fundos de investimento e serviços de custódia.

Citi Holdings

Crédito ao Consumo Local (CCL)

O segmento de Crédito ao Consumo Local do Grupo tem sido sujeito a várias alienações e reorganizações em anos recentes, em consonância com a estratégia do Citigroup de liquidar o Citi Holdings. A principal atividade remanescente é a sucursal do Grupo na Grécia, que inclui, entre outras atividades, atividades de retalho, cartões e crédito ao consumo.

Outros

Os ativos do legado do Grupo incluem os últimos dos seus Veículos de Investimento Estruturado (VIS) que estão atualmente a ser liquidados e são supervisionados pelos Investimentos de Tesouraria da Sociedade. O Grupo também tem uma carteira de valores mobiliários garantidos por hipoteca detidos até ao vencimento na Carteira de Ativos Especiais, que são supervisionados pelo Risco de Tesouraria e são alienados quando os critérios pré-determinados são preenchidos.

Não se verificaram alterações nem reorganizações substanciais nas principais atividades do Grupo durante o exercício.

Análise do negócio e resultados financeiros

Os resultados do Grupo em 2013 foram afetados pela persistência das difíceis condições operacionais em matéria de economia, tanto localmente como na região, que continuaram a influenciar a confiança das empresas e a atividade do mercado. O Grupo espera que o ambiente operacional continue a apresentar desafios importantes em 2014. As taxas de juro de curto prazo deverão manter-se baixas durante algum tempo e, em consequência, a compressão das margens poderá continuar a afetar o Grupo durante o exercício. A principal preocupação da Administração é assegurar a estabilidade e rentabilidade das atividades correntes do Grupo.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

O Grupo gerou prejuízos antes de impostos no valor de £18 milhões durante o exercício até 31 de dezembro de 2013 (2012: prejuízos de £86 milhões) e prejuízos depois de impostos no valor de £49 milhões (2012: lucros de £9 milhões). O Citicorp teve lucros antes de impostos no valor de £91 milhões em 2013 (2012: lucros de £69 milhões). Este crescimento deve-se essencialmente à redução de custos e a uma melhoria nas imparidades do crédito a empresas em 2013. O Citi Holdings teve prejuízos antes de impostos no valor de £109 milhões em 2013 (2012: prejuízos de £155 milhões), essencialmente influenciados pela alienação das carteiras de crédito ao consumo a particulares, cartões de crédito encerrados e crédito hipotecário na Grécia durante 2013. Estas carteiras foram vendidas com um prejuízo líquido de £45 milhões, mas a sua alienação contribuiu para melhorias significativas nas provisões para imparidade no país.

Performance do Grupo

	2013			2012			Total
	Citicorp £ milhões	Citi Holdings £ milhões	Total £ milhões	Citicorp £ milhões	Citi Holdings £ milhões	Total £ milhões	Varição £ milhões
Proveitos de juros	230	45	275	248	67	315	(40)
Custos de juros	(82)	(23)	(105)	(67)	(17)	(84)	(21)
Margem financeira	148	22	170	181	50	231	(61)
Proveitos líquidos de comissões	255	34	289	257	31	288	1
Outros proveitos operacionais	49	(6)	43	41	3	44	(1)
Total de proveitos operacionais	452	50	502	479	84	563	(61)
Custos operacionais	(331)	(107)	(438)	(366)	(134)	(500)	62
Provisões para compromissos de concessão de crédito não financiados	(22)	-	(22)	(16)	-	(16)	(6)
Prejuízos líquidos do crédito	(15)	(7)	(22)	(28)	(105)	(133)	111
Prejuízos na alienação de operações	-	(45)	(45)	-	-	-	(45)
Lucros na venda de subsidiárias	(7)	-	7	-	-	-	7
Resultado antes de impostos	91	(109)	(18)	69	(155)	(86)	68
Impostos sobre o rendimento	8	(39)	(31)	(44)	139	95	(126)
Resultado do exercício	99	(148)	(49)	25	(16)	9	(58)

Proveitos

O total de proveitos operacionais no valor de £502 milhões caiu face aos £563 milhões alcançados no ano anterior. Os proveitos do Citi Holdings caíram na sequência da alienação de carteiras durante o exercício, em consonância com a estratégia do Grupo de liquidar os ativos do Citi Holdings, ao passo que a performance do Citicorp foi afetada negativamente pelas baixas taxas de juro e pela reduzida atividade por parte dos clientes no segmento de banca de empresas.

Os proveitos do Grupo oriundos do Citicorp são essencialmente função dos seus três principais segmentos de negócio:

- os proveitos de VMS e STN, no valor de £189 milhões, cresceram £29 milhões face a 2012, impulsionados pelo crescimento dos proveitos de custódia direta e compensação resultantes de um aumento dos volumes;
- os proveitos de atividades bancárias, no valor de £128 milhões, caíram £17 milhões face a 2012 devido às menores taxas de juro e a reduzida concessão de crédito;
- os proveitos de taxa fixa, no valor de £94 milhões, estiveram em linha com os alcançados em 2012, com um crescimento de £28 milhões nas dotações para ajustamentos de avaliação do crédito / ajustamentos de avaliação da dívida (AAC/AAD) (prejuízos de £10 milhões em 2013 e prejuízos de £38 milhões em 2012), sendo anulados por uma redução de £31 milhões nos proveitos de comissões da EMSO Partners Limited, que foi vendida durante o exercício.

10/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Custos

O controlo de custos continua a ser uma das principais prioridades do Grupo, tendo as despesas operacionais caído de £500 milhões para £438 milhões. Esta redução deveu-se principalmente ao aumento das recuperações de transferência de preços e menores custos associados às carteiras de crédito ao consumo vendidas na Grécia.

Uma parte significativa dos custos do Grupo resulta dos serviços prestados pelos CSC a outras entidades do Citi, tanto global como regionalmente. Estes custos são afetos às áreas de negócio e entidades jurídicas com base em vários fatores. O Grupo tanto debita como recupera custos. Todos estes contratos de transferência de preços são revistos regularmente quanto à sua adequação. A Nota 33 – "Operações com partes relacionadas" contém mais elementos sobre os custos da Sociedade com partes relacionadas.

No entanto, o Grupo criou mais provisões para compromissos de concessão de crédito não utilizados em consequência de novos compromissos, redução de ratings de contrapartes e rácios de prejuízos mais elevados que a norma. Tudo isto ascendeu a custos no valor de £22 milhões para o Grupo, um aumento de £6 milhões face a 2012.

O número de empregados aumentou de 4.389 para 4.580 em termos médios. Os custos globais com remunerações mantiveram-se estáveis apesar do aumento verificado nos CSC regionais na Polónia e na Hungria que suportam as atividades principais do Citicorp. Estas contratações refletem os esforços permanentes do Citigroup para maximizar o potencial de locais com custos menores dentro da região. Este aumento foi compensado por reduções nas sucursais, principalmente na Grécia.

Os prejuízos líquidos do crédito caíram de £133 milhões para £22 milhões. Esta queda deveu-se principalmente às alienações de carteiras na Grécia e, em menor medida, a uma melhoria da qualidade do crédito na Europa. Na Grécia, a melhoria resultou essencialmente de uma redução nos abates na sequência da alienação das carteiras de crédito hipotecário e crédito a particulares, juntamente com a reversão associada das provisões para riscos gerais de crédito. As atividades do Citicorp também beneficiaram de prejuízos de crédito limitados, ao passo que as provisões para risco de crédito se mantiveram estáveis.

Os impostos sobre o rendimento foram particularmente influenciados pela decisão do Grupo de reclamar os prejuízos de 2012, anteriormente cedidos a outras empresas do grupo, para sua utilização própria. Esta decisão levou a custos de impostos incrementais no valor de £30 milhões no exercício em curso. O crédito de impostos em 2012 foi influenciado pela alteração da regulamentação fiscal italiana, que permitiu ao Grupo reconhecer ativos por impostos diferidos relativamente a prejuízos de imparidade históricos.

Posição do Grupo em 31 de dezembro

	2013 £ milhões	2012 £ milhões		2013 £ milhões	2012 £ milhões
Ativo			Passivo		
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	4 257	2 922	Depósitos de bancos	7 082	6 317
Ativos da carteira de negociação	1 103	1 439	Contas de clientes	8 270	8 771
Crédito sobre bancos	5 727	6 196	Todos os outros passivos	2 781	2 824
Crédito sobre clientes	4 205	4 876			
Títulos da carteira de investimento	2 351	2 580	Total do passivo	18.133	17.912
Todos os outros ativos	2 913	2 380	Situação líquida imputável a acionistas	2 423	2 481
Total do ativo	20 556	20 393	Total do passivo e situação líquida	20 556	20 393

O total do ativo manteve-se estável face ao ano anterior, num valor de £20,6 mil milhões (2012: £20,4 mil milhões), com um aumento na caixa junto de bancos centrais, resultante da gestão da liquidez, compensado por uma redução no crédito concedido.

O negócio de CCL do Grupo no Reino Unido nunca comercializou Seguros de Proteção de Pagamentos ("SPP") e, como tal, não tem provisões para pedidos de indemnização ao abrigo de SPP em 31 de dezembro de 2013.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Quando à venda irregular de produtos de proteção de cartões de crédito pelo Plano de Proteção de Cartões (PPC), o Grupo reconheceu uma provisão no valor de £1 milhão a respeito à sua exposição limitada nesta matéria.

Principais indicadores de performance

Para além dos resultados financeiros da Sociedade, a administração sénior também considera a monitorização das seguintes rubricas financeiras e não financeiras críticas para o futuro da Sociedade: capital regulamentar e requisitos de liquidez.

Capital regulamentar

Os recurso de capital regulamentar do Grupo em 31 de dezembro eram os seguintes:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Capital do tier 1	2.230	2.286
Capital do tier 2	138	166
	<u>2.368</u>	<u>2.452</u>
Deduções	(25)	(40)
Total do capital regulamentar	<u>2.343</u>	<u>2.412</u>

O capital regulamentar da Sociedade é mantido nos níveis necessários para cumprir as normas sobre capital mínimo definidas pela PRA.

O capital do tier 1 compreende os fundos tangíveis de acionistas menos determinadas deduções de capital. A administração mantém um saldo de capital suficientemente forte e estável acima dos requisitos de capital regulamentar e monitoriza o saldo de capital do tier 1 para assegurar que é sempre mantido um superavit.

Durante todo o exercício, os requisitos de capital regulamentar mínimo da Sociedade foram preenchidos sem dificuldade com os seus recursos de capital disponíveis.

A Nota 36 – "Instrumentos financeiros e gestão de riscos" contém elementos sobre a gestão do capital da Sociedade.

Requisitos de liquidez

Desde junho de 2010, a Sociedade tem vindo a comunicar a sua posição de liquidez face às Orientações de Liquidez Individual (OLI) emitidas pela PRA.

A Sociedade também monitoriza a sua posição face às métricas de liquidez previstas de Basileia 3 – o rácio de cobertura da liquidez (RCL) e o rácio de financiamento líquido estável (RFLE). O RCL destina-se a promover a resistência de curto prazo do perfil de risco de liquidez dos bancos, garantindo que têm recursos líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver num cenário de stress agudo com uma duração de 30 dias. O RFLE tem um horizonte temporal de um ano e foi desenvolvido para promover uma estrutura de vencimentos dos ativos e dos passivos sustentável.

Teste de stress	OLI da PRA	RCL de Basileia 3	RFLE de Basileia 3
Horizonte temporal	3 meses	30 dias	1 ano
Cálculo	Ativos líquidos sobre saídas líquidas de caixa	Ativos líquidos sobre saídas líquidas de caixa	Recursos de financiamento estáveis sobre necessidades de financiamento estáveis

12/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

A Nota 36 – "Instrumentos financeiros e gestão de riscos" contém mais elementos sobre a forma como o Grupo e a Sociedade gerem a sua posição e requisitos de liquidez. O Grupo e a Sociedade cumpriram os seus requisitos de liquidez durante o exercício.

Gestão de riscos – generalidades

O Citigroup e o Grupo acreditam que uma gestão de riscos eficaz é da maior importância para as suas operações globais. Em consequência, o processo de gestão de riscos do Citi foi desenhado para monitorizar, avaliar e gerir os principais riscos que assume no desenvolvimento das suas atividades. Especificamente, as atividades em que o Grupo se envolve e os riscos que essas atividades geram têm de ser consentâneos com os compromissos subjacentes em termos de princípios de "Financiamento Responsável".

"Financiamento Responsável" significa uma conduta transparente, prudente e confiável e que gere os melhores resultados para os clientes do Citi e para a sociedade. Para respeitar estes princípios, o Citi define e aplica expectativas para as suas atividades de assunção de riscos através da sua cultura de risco e papéis e responsabilidades definidos (as "Três Linhas de Defesa") e das suas políticas, procedimentos e processos que aplicam estas normas.

Cultura de risco

O quadro de gestão de riscos do Grupo foi desenhado para equilibrar a responsabilidade e a responsabilização pelos riscos na atividade, com uma supervisão e responsabilidade independentes bem definidas pela gestão dos riscos. O Grupo aplica o quadro global de gestão de riscos do Citi com base nos seguintes princípios definidos pelo Diretor do Risco:

- uma apetência pelo risco definida, consentânea com a estratégia comercial;
- responsabilização através de um quadro comum de gestão de riscos;
- decisões sobre riscos baseadas em análises transparentes, exatas e rigorosas;
- um modelo comum de capital de risco para avaliar os riscos;
- conhecimentos, estatura, autoridade e independência dos gestores de riscos; e
- autoridade dos gestores de riscos para tomarem decisões e remeterem questões para outros níveis de decisão.

Foi dada uma significativa atenção à promoção de uma cultura de risco baseada numa política de assunção inteligente de riscos com responsabilidade partilhada, sem prescindir da responsabilização individual:

- uma assunção inteligente de riscos significa que o Grupo tem de identificar, mensurar e agregar os riscos e tem de definir tolerâncias ao risco com base numa compreensão plena das concentrações e do "risco de cauda" (*tail risk*);
- responsabilidade partilhada significa que todas as pessoas têm uma responsabilidade coletiva por procurar contributos e potenciar conhecimentos nas "Três Linhas de Defesa"; e
- responsabilização individual significa que todas as pessoas têm de gerir os riscos de forma ativa, identificar os problemas e tomar decisões devidamente informadas que tomem em conta todos os riscos para o Grupo.

Papéis e responsabilidades

Embora a gestão dos riscos seja da responsabilidade coletiva de todos os empregados, o Citi e o Grupo afetam a responsabilização a três linhas de defesa:

- primeira linha de defesa: o negócio é responsável por todos os seus riscos e é responsável pela gestão desses riscos;
- segunda linha de defesa: as funções de controlo do Grupo (por exemplo, Risco, Departamento Financeiro, Compliance, etc.) definem normas para gestão dos riscos e eficácia dos mecanismos de controlo; e

13/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

- terceira linha de defesa: a função de Auditoria Interna do Cit presta garantias independentes, com base num plano de auditoria baseado no risco, no sentido de que os processos são fiáveis e a governação e os mecanismos de controlo são eficazes.

Em resumo, o quadro de gestão de riscos do Grupo procura reconhecer a diversidade das atividades comerciais globais do Grupo, combinando a supervisão corporativa com funções independentes de gestão de riscos dentro de cada área de negócio. Os gestores de riscos independentes ao nível do negócio são responsáveis por definir e aplicar políticas e práticas de gestão de riscos nas suas áreas de negócio, supervisionar os riscos nas suas áreas de negócio e dar resposta às necessidades e problemas que surjam nas suas áreas de negócio. Este sistema assegura uma gestão ativa dos principais riscos do Grupo.

Desde a crise financeira de 2008, os processos de gestão de riscos e governação interna, tanto do Citigroup como do Grupo, tiveram melhorias significativas em todas as frentes principais, incluindo uma análise de crédito e dos devedores mais rigorosa, aumento do controlo dos processos comerciais e de comunicação através de um processo de ACA e reforço dos testes de stress abrangentes das entidades. Uma gestão e supervisão de riscos específicas da entidade foi posta em prática e os processos de controlo e governação continuam a evoluir em consonância com as melhores práticas específicas da zona de risco.

A Nota 36 – "Instrumentos financeiros e gestão de riscos" contém mais elementos sobre o quadro de gestão de riscos e os processos de governação de riscos do Grupo.

Gestão de riscos – principais riscos

Os principais riscos do Grupo decorrem da sua atividade de concessão de crédito a consumidores e clientes empresariais na UE, principalmente na Europa Ocidental e no Sul da Europa, e incluem tanto riscos financeiros como riscos não financeiros. Os principais riscos cobertos pelo quadro de gestão de riscos da Sociedade são o risco de mercado, o risco de crédito, o risco operacional, o risco da atividade, o risco de liquidez e o risco de concentração em países.

Alguns dos principais riscos inerentes às atividades do Grupo são assinalados a seguir.

Risco de crédito e risco de incumprimento da contraparte

O risco de crédito corresponde ao potencial de perdas financeiras decorrentes de um mutuário ou contraparte não honrar as suas obrigações financeiras ou contratuais.

O risco de crédito decorre predominantemente das atividades de concessão de crédito do Grupo, bem como das atividades limitadas que desenvolve nos mercados de negociação de instrumentos derivados e acordos de recompra e de empréstimo de títulos.

O risco de crédito também decorre das atividades de liquidação e compensação, quando a Sociedade transfere um ativo antes de receber o seu contravalor ou adianta fundos para liquidar uma operação por conta de um cliente. O risco de concentração, dentro do risco de crédito, é um risco associado a ter exposição de crédito concentrada num determinado cliente, setor, região ou outra categoria para efeitos de agrupamento.

O risco de crédito é um dos riscos mais significativos que o Grupo enfrenta como intermediário financeiro. Em consequência, o Citi tem em prática um quadro bem definido para gerir o risco de crédito em todas as áreas de negócio. Este quadro inclui a definição da apetência pelo risco, limites de crédito e políticas de crédito, tanto ao nível do negócio como ao nível de toda a empresa. A gestão de risco de crédito do Citi também inclui processos e políticas relativos ao reconhecimento de problemas, incluindo "listas de observação", revisão das carteiras, atualização dos ratings de risco e fatores de desencadeamento da classificação.

Quanto às atividades de liquidação e compensação do Citi, a utilização das linhas pelos clientes dentro do próprio dia é acompanhada de perto face aos limites, bem como face a padrões de utilização

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

"normais". Na medida em que surja um problema, o Citi tipicamente transfere o cliente para um modelo operacional seguro (com garantias). Em geral, as linhas do Citi para liquidação e compensação dentro do próprio dia não são linhas firmes e podem ser canceladas em qualquer altura.

Para gerir o risco de concentração dentro do risco de crédito, o Citi tem em prática um quadro de gestão das concentrações composto por limites por setor, limites por devedor e fatores de desencadeamento para devedores individuais. Além disso, a gestão independente dos riscos revê a concentração de risco em todas as regiões e áreas de negócio do Citi para ajudar a gerir este tipo de risco.

O risco de crédito está refletido num quadro definido de apetência pelo risco, que é complementado por testes de stress regulares e monitorização regular das exposições, com relatórios mensais e trimestrais para a administração sénior e o Conselho de Administração, respetivamente.

Exposição à Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal (EGIIP) e concentração em países

As atividades do Grupo estão intrinsecamente ligadas aos desenvolvimentos económicos na região em que opera. Dado que está orientado predominantemente para o setor das grandes empresas na Europa Ocidental, o risco de ter exposições concentradas em determinados setores ou países é significativo para o Grupo.

Em consequência das atividades de concessão de crédito do Grupo na região, a concentração da exposição a determinados países, como a Espanha e a França, foi-se desenvolvendo ao longo dos anos. Embora o objetivo seja manter uma carteira bem diversificada, algumas das causas destas concentrações têm raízes históricas, ao passo que outras estão relacionadas com requisitos regulamentares específicos relativos a atividades de concessão de crédito ou regras fiscais em determinados países.

Dada a deterioração particularmente relevante das condições económicas observada nos últimos anos em vários países europeus, incluindo a Espanha, a Grécia, a Irlanda, a Itália e Portugal (os países EGIIP), a gestão das exposições nesses países foi e continua a ser de grande importância para o Grupo.

Em particular, a longa história do Citi na Grécia levou o Grupo a ter uma grande presença bancária nas empresas e particulares nesse país. O financiamento de atividades de transporte pelo Citi e as suas relações antigas com famílias gregas bem conhecidas, que controlam grandes frotas de navios de carga ("empresas de transporte marítimo") levou a uma concentração no setor de transporte marítimo grego.

Em consonância com a estratégia global do Citigroup de sair de linhas de negócio que não sejam centrais, o Grupo continuou a procurar oportunidades para reduzir a sua presença no setor de banca de particulares na Grécia. Um dos desenvolvimentos significativos neste sentido foi a venda da carteira de crédito hipotecário a particulares, que ficou concluída em dezembro de 2013.

O Grupo também tem uma grande concentração em Espanha, primariamente através do crédito concedido a grandes empresas de serviços públicos e telecomunicações e a bancos locais. A gestão de riscos continua a monitorizar e gerir estas exposições, recorrendo a técnicas de mitigação adequadas.

Risco de redenominação da moeda

Em 2013, a economia da Zona Euro deu sinais de recuperação da mais longa recessão das últimas três décadas. Embora as perspetivas económicas tenham melhorado, perfilam-se no horizonte muitos desafios e incertezas, como o ritmo lento da recuperação, espartilhada por pressões redutoras do setor público e do setor privado, um setor bancário pouco capitalizado e prognósticos no sentido da continuação do crescimento do desemprego. Em consequência, o risco de redenominação continua a ser uma realidade.

A saída de um ou mais países membros da União Económica e Monetária (UEM) pode levar a que determinadas obrigações relativas ao país que sai sejam redenominadas do Euro para uma nova moeda do país. A redenominação pode ser acompanhada pela desvalorização imediata da nova moeda. Uma redenominação / desvalorização desta natureza pode causar incertezas jurídicas e de outra natureza significativas a respeito das obrigações não vencidas de devedores e contrapartes dos países que saísem do Euro, sejam eles estatais ou não, e levaria provavelmente a processos contenciosos complexos e

15/20

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

demorados. A redenominação / reavaliação poderia ser acompanhada pela imposição de normas sobre controlo de capitais e/ou câmbios, alterações obrigatórias da moeda de funcionamento e "fuga de depósitos".

O Grupo, como outras instituições financeiras com grandes operações na UEM, está exposto a riscos de potencial redenominação e desvalorização em Espanha e na Grécia.

As estimativas da exposição em termos de redenominação / desvalorização estão sujeitas a uma análise permanente e envolvem necessariamente inúmeras premissas, incluindo quanto aos ativos e passivos que ficariam sujeitos a redenominação num determinado caso, a disponibilidade de proteção de crédito comprada e a medida de utilização de compromissos não financiados. Além disso, outros fatores fora do controlo do Grupo – tais como a medida da eventual fuga de depósitos e da desvalorização, a imposição de controlos cambiais e/ou de capitais ou a eventual calendarização requerida para as alterações da moeda de funcionamento e o seu impacto contabilístico – poderiam também afetar negativamente o Grupo nessas circunstâncias. Em consequência, num cenário de efetiva redenominação e desvalorização, as exposições do Grupo poderiam variar consideravelmente com base nos factos e circunstâncias específicos nesse momento.

Embora o Citigroup procure mitigar a sua exposição de crédito e outras exposições relacionadas com a Zona Euro, as potenciais consequências e o impacto dessas consequências decorrentes de uma crise na Zona Euro são altamente incertos e, em última análise, irão depender dos factos e circunstâncias concretos. Em consequência, não podem ser dadas nenhuma garantia de que as várias medidas tomadas pelo Citigroup para proteger os seus negócios, os resultados das suas operações e a sua situação financeira contra estes acontecimentos serão suficientes. Além disso, podem verificar-se impactos negativos nos negócios, nos resultados das operações e na situação financeira do Citigroup que sejam atualmente desconhecidos do Citigroup e, por conseguinte, não possam ser mitigados como parte integrante do planeamento de contingência permanente.

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição que o Grupo identificou como estando em risco de denominação no grupo de países composto pela Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal (EGIIP) diminuiu comparada com a situação em 31 de dezembro de 2012, em consonância com o objetivo do Grupo de gerir este risco eficazmente.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes de processos, sistemas ou fatores humanos inadequados ou que falharam ou de acontecimentos externos. Abrange o risco para a reputação e o risco para a empresa associado a práticas comerciais ou conduta no mercado em que o Citi esteja envolvido.

Em anos recentes, verificou-se um aumento da atenção tanto internamente como por parte do público e das autoridades reguladoras quanto à identificação, mensuração e gestão do risco operacional de grandes instituições financeiras. Esta atenção foi desencadeada pelas perturbações de que o setor foi palco durante a recente crise financeira de 2008, bem como por algumas revelações públicas de conduta irregular dentro do setor financeiro. O Citigroup tem um quadro de gestão do risco operacional que continua a evoluir para refletir as melhores práticas do setor e a conjuntura externa.

Um dos principais desafios nesta área está relacionado com o acompanhamento de acontecimentos externos relevantes, tais como perdas incorridas por organizações congéneres decorrentes de multas e penalidades devidas a incumprimento dos regulamentos, averiguações e processos judiciais que envolvam grandes instituições financeiras e a sua constituição, quando aplicáveis ao modelo interno de funcionamento do Citigroup para o risco operacional.

O risco operacional do Citi é gerido através de um quadro global desenhado para conseguir um ponto de equilíbrio entre uma forte supervisão em termos societários e um quadro de gestão de riscos independente bem definido. Este quadro inclui:

- reconhecimento da responsabilidade das áreas de negócio pelo risco;
- supervisão por funções de controlo do Citi; e

16/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

- avaliação independente pela função de Auditoria Interna do Citi.

O objetivo é manter o risco operacional em níveis adequados face às características das atividades do Citigroup, os mercados em que opera, o seu capital e liquidez, bem como ao ambiente concorrencial, económico e regulamentar.

Para prevenir, mitigar e controlar o risco operacional, o Citigroup mantém um sistema de políticas e definiu um quadro coerente para monitorização, avaliação e comunicação dos riscos operacionais e da eficácia global do ambiente de controlo interno no Citigroup. Como parte integrante deste quadro, o Citi criou um programa de Avaliação do Controlo da Administração (*Management Control Assessment*) (ACA) para ajudar os gestores a autoavaliar os principais riscos operacionais e mecanismos de controlo e identificar e lidar com insuficiências na conceção e/ou eficácia dos mecanismos de controlo interno que mitigam os riscos operacionais significativos.

Conforme já referimos, todos os principais segmentos de negócio têm de aplicar um processo de risco operacional consentâneo com os requisitos deste quadro.

O processo para gestão do risco operacional inclui os passos seguintes:

- identificar e avaliar os principais riscos operacionais;
- desenhar mecanismos de controlo para mitigar os riscos identificados;
- definir indicadores para os principais riscos e mecanismos de controlo;
- aplicar um processo para reconhecimento precoce dos problemas e passagem atempada dos mesmos para níveis hierárquicos superiores;
- produzir um relatório abrangente sobre o risco operacional; e
- assegurar que estão disponíveis recursos suficientes para melhorar ativamente o ambiente de risco operacional e mitigar os riscos emergentes.

À medida que são desenvolvidos novos produtos e atividades, também são desenvolvidos, alterados ou criados processos através de meios alternativos e os riscos operacionais são considerados.

Além disso, a Gestão do Risco da Empresa, dentro da função de gestão independente dos riscos no Citi, auxilia de forma ativa e dinâmica as áreas de negócio, as operações, a área das tecnologias e outras áreas de controlo independentes a melhorar a eficácia dos mecanismos de controlo e a gerir os riscos operacionais dos vários produtos, linhas de negócio e regiões e facilita a gestão do risco operacional ao nível do Grupo e da Sociedade.

Para melhorar a sua gestão do risco operacional, o Grupo implementou uma análise de cenários projetados para identificar e quantificar os riscos operacionais emergentes. Este desenvolvimento foi integrado no cálculo do capital de risco operacional para o Grupo.

O risco operacional é parte integrante do quadro de apetência pelo risco definida do Grupo, suplementado por relatórios e atualizações regulares destinados à administração sénior e ao Conselho de Administração.

Operações dos Centros de Serviços do Citigroup na Polónia e na Hungria

As operações de um determinado número de funções de apoio ao negócio do Citigroup, incluindo o Departamento Financeiro, a Tesouraria, a Assistência das Tecnologias da Informação de vários sistemas e as Liquidações do *Middle Office* estão baseadas em dois CSC criados pelo Citigroup na Polónia e na Hungria, cujo pessoal é empregado pelo Grupo.

A distância destes processos coloca alguns riscos operacionais ao Citigroup, tais como perturbações na apresentação de relatórios dentro dos prazos, fluxo de informações e taxas elevadas de rotação, entre outros riscos.

JA/e

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

A responsabilização da gestão dos CSC é assegurada através do seu reporte à Comissão Nacional de Risco Comercial, Compliance e Controlo (CNRCCC) e seguidamente à CNRCCC do RU e da Europa Ocidental.

Risco regulamentar

O risco regulamentar é o risco de não respeitar os requisitos regulamentares, as alterações da regulamentação ou as expectativas das autoridades reguladoras. A falta de uma gestão adequada do risco regulamentar pode levar a sanções regulamentares e ao aumento do risco para a reputação e do risco da atividade.

Desenvolvimentos regulamentares

À medida que o ambiente regulamentar continua a evoluir, o Citigroup e a Sociedade continuam empenhados em aplicar os novos regulamentos e assegurar o respeito permanente pelos requisitos regulamentares futuros.

Os desenvolvimentos mais significativos que estão atualmente a ser avaliados pela Sociedade são:

- a Diretiva sobre Requisitos de Capital (DRC4) na União Europeia;
- a Diretiva de Gestores de Fundos de Investimentos Alternativos (DGFIA);
- a Diretiva sobre Recuperação e Resolução Bancária;
- a Lei Dodd-Frank de Reforma da Wall Street e de Proteção dos Consumidores (Lei Dodd-Frank) nos Estados Unidos;
- os Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu (RIME).

Implementação da DRC4

O pacote legislativo DRC4 da UE, que inclui o Regulamento sobre Requisitos de Capital (RRC) e a Diretiva sobre Requisitos de Capital (DRC), foi aprovado pelo Parlamento Europeu em 16 de abril de 2013 e que é diretamente aplicável aos bancos e sociedades financeiras sujeitos a regulação prudencial no RU. Entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014 e introduziu significativas alterações quantitativas e qualitativas na adequação do capital e nos processos de governação relacionados em todo o setor financeiro na União Europeia. As implicações quantitativas incluem requisitos de capital mais elevados associados ao risco de crédito da contraparte e à introdução de "almofadas" adicionais de capital para cobrir riscos cíclicos e sistémicos, bem como preocupações em termos de conservação do capital. Alguns destes requisitos irão ser introduzidos de forma faseada entre 2014 e 2019. Também há implicações qualitativas, tais como um maior recurso a capital de maior qualidade e expectativas no sentido de melhorias nos processos de gestão de riscos.

O impacto das regras da DRC4 na adequação de capital do Grupo não foi significativo e o Grupo continua a manter um rácio de capital total bem superior ao mínimo exigido e aos níveis de gestão do capital interno.

DGFIA

Esta diretiva entrou em vigor em 22 de julho de 2013 e veio harmonizar os requisitos para entidades jurídicas envolvidas na gestão e administração de fundos de investimento alternativos (FIA) destinados a investidores profissionais na UE. Para obter autorização, o gestor do FIA tem de cumprir os requisitos da DGFIA. Estes compreendem requisitos de capital, risco e gestão da liquidez, a nomeação de um depositário único, a divulgação a investidores e a prestação de informações às autoridades competentes. O Grupo, quando age como depositário para outras afiliadas do Citi, pode ser responsabilizado por perda de ativos sob custódia. Este risco será mitigado através da celebração de acordos de indemnização com as afiliadas.

Diretiva sobre Recuperação e Resolução Bancária

Há uma maior insistência por parte das autoridades reguladoras locais no sentido de assegurar que as subsidiárias e sucursais de grandes empresas internacionais de serviços financeiros estão devidamente capitalizadas e são devidamente geridas localmente, de forma que no caso de perturbação no mercado

18/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

local seriam capazes de manter a sua atividade e cobrir eventuais prejuízos sem uma dependência exagerada de ajuda financeira de casas-mãe no estrangeiro.

O processo de Planeamento da Recuperação e Resolução para o Grupo foi concebido para assegurar transparência e um caminho viável para a resolução. O Grupo foi identificado como uma Entidade Jurídica Material no Plano de Resolução do Citigroup. O Citigroup define as Entidades Jurídicas Materiais como sendo as entidades jurídicas, incluindo subsidiárias e escritórios no estrangeiro, com linhas de negócio, incluindo operações, serviços e funções associados, que, em caso de falha, levariam a perdas materiais de proveitos, lucros ou valor da atividade para o Citi.

Implementação da Lei Dodd Frank nos EUA

A Lei Dodd-Frank Act introduz requisitos obrigatórios de divulgação, bem como obrigações de negociar determinados tipos de instrumentos derivados através de Facilidades de Execução Especiais. Estes requisitos, que entraram em vigor em outubro de 2013, afetam diretamente as atividades desenvolvidas pelo Citibank N.A. através da sua Sucursal de Londres com clientes empresariais e institucionais de fora dos EUA. Para ir de encontro aos desejos destes clientes de fora dos EUA que não desejam ter como interlocutor pessoas dos EUA, o Citi pode permitir aos clientes migrarem para terem o Grupo como interlocutor, quando tal for considerado adequado e consentâneo com os objetivos de gestão de riscos da Sociedade. O Citi pode continuar a centralizar a gestão de riscos de determinadas atividades em entidades jurídicas adequadas.

A administração sénior vai assegurar que o Grupo está devidamente capitalizado antes de se envolver em atividades desta natureza a uma escala significativa dentro da entidade.

RIME

À semelhança da Lei Dodd-Frank nos EUA, a regulamentação do RIME da UE introduz a compensação central obrigatória de operações com determinadas contrapartes que irão afetar o Grupo, com potenciais considerações em matéria de liquidez, despesas e capital. A exposição a contrapartes que sejam câmaras de compensação centrais terá de ser cuidadosamente monitorizada e gerida como qualquer outro relacionamento no âmbito do quadro de gestão de risco de crédito do Grupo. As regras finais para compensação de instrumentos derivados de mercado de balcão (*OTC*) de clientes e as implicações dos requisitos obrigatórios de margem para instrumentos derivados não compensados vão continuar a ser monitorizadas de perto. O Grupo está atualmente envolvido no desenvolvimento de sistemas para garantir que está preparado para a aplicação destas regras assim que o regulamento entrar em vigor.

Risco de mercado

O risco de mercado abrange o risco de liquidez e o risco de preço, que decorrem ambos do exercício normal da atividade de um intermediário financeiro como a Sociedade.

Risco de financiamento e de liquidez

Uma liquidez e fontes de financiamento adequadas são essenciais para o negócio do Citi. Os riscos de financiamento e liquidez decorrem de vários fatores, muitos dos quais o Citi não pode controlar, por exemplo perturbações nos mercados financeiros, alterações nas principais fontes de financiamento, margens de crédito, alterações dos ratings de crédito do Citi e condições políticas e económicas em determinados países.

Os objetivos de financiamento e liquidez do Citi são manter liquidez adequada para (i) financiar a sua base de ativos existente; (ii) fazer crescer as suas atividades principais no Citicorp; (iii) manter um excesso de liquidez suficiente, devidamente estruturado, de forma que possa operar nas mais variadas condições de mercado, incluindo perturbações de mercado de curto e longo prazo; e (iv) cumprir os requisitos regulamentares. Estes objetivos primários de liquidez são cumpridos tanto ao nível da entidade jurídica, como em termos agregados ao nível do Citigroup.

Risco de preço

As perdas de risco de preço decorrem de flutuações do valor de mercado de posições de negociação e sem ser de negociação resultantes de alterações das taxas de juro, margens de crédito, taxas de câmbio e preços de ações e das suas volatilidades implícitas.

19/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Cada área de negócio que usa o Grupo em operações com clientes tem de definir, com a aprovação da gestão do risco de mercado do Citi, um quadro de limites de risco de mercado para os fatores de risco identificados que defina claramente perfis de risco aprovados e esteja dentro dos parâmetros do Citi em termos globais, bem como dentro da tolerância do Grupo ao risco. Estes limites são monitorizados por um risco de mercado independente, Comissões de Ativos e Passivos do país e das áreas de negócio do Citi e pela Comissão de Ativos e Passivos do Citigroup. Em qualquer caso, as áreas de negócio são, em última análise, responsáveis pelos riscos de mercado assumidos e por respeitarem os seus limites definidos.

A estratégia do Grupo é manter o risco de mercado num nível muito baixo.

O quadro de gestão de riscos do Grupo e a importância que o Grupo lhe dá, bem como os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro do Grupo e a exposição a risco de mercado, crédito, operacional, liquidez e país são divulgados de forma abrangente na Nota 36 - "Instrumentos financeiros e gestão de riscos".

Perspetivas para o futuro

A estratégia do Grupo continua a ser aproveitar oportunidades para desenvolver mais a sua atividade. O Grupo continua a monitorizar de perto os acontecimentos políticos em curso e que se vão desenrolando e afetam a região e os seus clientes. Esta incerteza pode ter um impacto negativo persistente na atividade dos investidores e, por conseguinte, nos níveis de atividade e resultados do Grupo em 2014. Além disso, as contínuas reformas do enquadramento regulamentar, tanto no RU como a nível global, podem afetar os resultados futuros.

Por ordem do Conselho de Administração

[assinatura]

J Bardrick
Administrador

27 de março de 2014

Constituída em Inglaterra e no País de Gales
Sede: Citigroup Centre, Canada Square, Canary Wharf, Londres E14 5LB
Registo nº: 1088249

10/12

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK INTERNATIONAL PLC

Auditámos as demonstrações financeiras do Citibank International Plc (a “Sociedade”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O quadro de informações financeiras aplicado à sua preparação é composto pela lei aplicável e pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela UE.

Este relatório destina-se exclusivamente aos acionistas da Sociedade como um todo, de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Sociedades de 2006. O nosso trabalho de auditoria foi levado a cabo de forma a podermos relatar aos acionista da Sociedade as questões que estamos obrigados a comunicar-lhes no relatório de auditoria, mas não para quaisquer outros fins. Na máxima medida permitida por lei, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade em relação ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório e às opiniões que formámos perante pessoas que não sejam a Sociedade e os seus acionistas como um todo.

Responsabilidades respetivas dos administradores e dos auditores

Tal como explicado de forma mais detalhada na Declaração das Responsabilidades dos Administradores que figura na página 3, os Administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e por ficarem convencidos de que as mesmas dão uma imagem fiel e verdadeira. A nossa responsabilidade é auditar e dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de acordo com a lei aplicável e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Estas normas exigem que cumpramos as Normas Éticas para Auditores publicadas pelo Conselho de Práticas de Auditoria (*Auditing Practices Board - APB*).

Âmbito da auditoria das demonstrações financeiras

Uma descrição do âmbito da auditoria de informações financeiras é fornecida no *website* do *Financial Reporting Council* em www.frc.org.uk/auditscopeukprivate.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras:

- dão uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira do Grupo e da casa-mãe à data de 31 de dezembro de 2013, bem como dos prejuízos do Grupo e da casa-mãe para o exercício findo nessa data;
- foram devidamente preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE; e
- foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2006.

Opinião sobre outra matéria prescrita na Lei das Sociedades de 2006

Na nossa opinião, as informações fornecidas no Relatório Estratégico e no Relatório dos Administradores para o exercício a que as demonstrações financeiras dizem respeito são consentâneas com as mesmas.

Matérias sobre as quais temos de informar por exceção

Não temos nada a informar relativamente às seguintes matérias, relativamente às quais estamos obrigados, ao abrigo da Lei das Sociedades de 2006, a informar se, na nossa opinião:

- não foram mantidos registos contabilísticos adequados ou não recebemos declarações adequadas para a nossa auditoria das sucursais que não visitámos; ou
- as demonstrações financeiras não são compatíveis com os registos e declarações contabilísticas; ou
- determinadas informações exigidas por lei sobre a remuneração dos Administradores não foram dadas; ou
- não recebemos todas as informações e explicações necessárias para a nossa auditoria.

21/22

[assinatura]

Richard Faulkner (Auditor Oficial Sénior)

em representação de KPMG LLP, Auditores Oficiais

Técnicos Oficiais de Contas
15 Canada Square
Londres
E14 5GL

27 de março de 2014

22/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Proveitos de juros e proveitos equiparados		275	315
Custos de juros e custos equiparados		(105)	(84)
Margem financeira	3	170	231
Proveitos de dividendos	4	-	1
Proveitos líquidos de comissões	5	289	288
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	6	35	20
Proveitos líquidos de investimentos	7	2	-
Outros proveitos operacionais		6	23
Total de proveitos operacionais		502	563
Custos com o pessoal	8	(244)	(246)
Despesas gerais e administrativas	9	(114)	(166)
Amortizações e abates de imobilizado incorpóreo	22	(41)	(39)
Reintegrações de imobilizado corpóreo	23	(39)	(49)
Resultados operacionais antes de prejuízos líquidos do crédito		64	63
Provisões para compromissos de concessão de crédito não financiados		(22)	(16)
Prejuízos líquidos do crédito		(22)	(133)
Prejuízos na alienação de operações	10	(45)	-
Lucros na venda de subsidiárias	11	7	-
Resultados antes de impostos		(18)	(86)
Imposto sobre o rendimento	12	(31)	95
Resultados do exercício		(49)	9

*Reformulado em função dos ajustamentos ao exercício anterior, conforme explicado na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" – NIC 19 – *Benefícios dos empregados* – Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

23/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL CONSOLIDADO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Resultados do exercício		(49)	9
Rubricas que nunca serão reclassificadas em resultados:			
Remensuração de ativos/(passivos) de benefícios definidos	13	15	(53)
<i>Impostos relacionados</i>	12	(3)	12
		<u>12</u>	<u>(41)</u>
Rubricas que foram ou serão reclassificadas em resultados:			
Diferenças de conversão cambial de operações no estrangeiro		(11)	11
Resultados da cobertura de investimento líquido em operações no estrangeiro	18	10	5
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda):			
- alteração líquida do justo valor		(22)	-
- montante líquido transferido para resultados	7	(2)	-
<i>Impostos relacionados</i>	12	6	(3)
		<u>(19)</u>	<u>13</u>
Outras rubricas do resultado integral do exercício, líquidas de impostos		<u>(7)</u>	<u>(28)</u>
Total do prejuízo integral do exercício		<u>(56)</u>	<u>(19)</u>

*A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 1 – *Apresentação de rubricas do resultado integral; outros* – Alterações.

O total do resultado integral do exercício é imputável aos acionistas da casa-mãe.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

24/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

BALANÇO CONSOLIDADO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Ativo			
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	31	4.257	2.922
Ativos da carteira de negociação	19	1.103	1.439
Instrumentos financeiros derivados	18	241	196
Crédito sobre bancos		5.727	6.196
Crédito sobre clientes	16	4.205	4.876
Títulos da carteira de investimento	20	2.351	2.580
Adiantamentos e acréscimos de proveitos		92	122
Ativos por impostos correntes		9	-
Outros ativos	24	2.092	1.620
Imobilizado corpóreo	23	83	95
Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo	22	181	136
Ativos por impostos diferidos	25	215	211
Total do ativo		20.556	20.393
Passivo			
Depósitos de bancos		7.082	6.317
Contas de clientes		8.270	8.771
Instrumentos financeiros derivados	18	255	262
Títulos de dívida em circulação	26	800	922
Acréscimos e proveitos diferidos		122	129
Passivos por impostos correntes		-	1
Outros passivos	27	1.536	1.469
Provisões para riscos e encargos	28	67	40
Passivos por impostos diferidos	25	1	1
Total do passivo		18.133	17.912
Situação líquida			
Capital social	30	1.757	1.757
Prémios de emissão		64	64
Outras reservas		1.197	1.218
Resultados transitados		(595)	(558)
Total da situação líquida imputável a acionistas da casa-mãe		2.423	2.481
Total do passivo e da situação líquida		20.556	20.393

*Reformulado em função dos ajustamentos ao exercício anterior, conforme explicado na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" – NIC 19 – *Benefícios dos empregados* – Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores em 27 de março de 2014 e assinadas em sua representação por:

[assinatura]

J Bardrick
Administrador

Registo nº: 1088249

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2013

	Imputável a titulares de capital do Grupo*						Total transitados £ milhões	Total £ milhões
	Capital social £ milhões	Prêmios de emissão £ milhões	Reserva de capital £ milhões	Reserva de conversão £ milhões	Reserva de justo valor £ milhões	Reservas £ milhões		
Balanco em 1 de janeiro de 2012	1.757	64	1.152	9	24	17	2.497	
Total do resultado integral:								
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	9	
Outras rubricas do resultado integral, líquidas de impostos:								
Remuneração de ativos / (passivos) por benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	(53)	
Diferenças cambiais de conversão de operações no estrangeiro	-	-	-	11	-	-	11	
Resultados da cobertura do investimento líquido em operações no estrangeiro	-	-	-	5	-	-	5	
Impostos sobre outras rubricas do resultado integral	-	-	-	-	(3)	-	9	
Total de outras rubricas do resultado integral	-	-	-	16	(3)	-	(28)	
Total do resultado integral	-	-	-	16	(3)	-	(19)	
Operações com titulares, levadas diretamente ao capital:								
Prestações de e distribuições aos titulares:	-	-	-	-	-	3	3	
Pagamentos baseados em ações liquidados com capital	-	-	-	-	-	3	3	
Total de prestações e distribuições aos titulares	-	-	-	-	-	3	3	
Balanco em 31 de dezembro de 2012 / 1 de janeiro de 2013	1.757	64	1.152	25	21	20	2.481	
Total do resultado integral:								
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	(49)	
Outras rubricas do resultado integral, líquidas de impostos:								
Remuneração de ativos / (passivos) por benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	15	
Diferenças cambiais de conversão de operações no estrangeiro	-	-	-	(11)	-	-	(11)	
Resultados da cobertura do investimento líquido em operações no estrangeiro	-	-	-	10	-	-	10	
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda):								
- alteração líquida do justo valor	-	-	-	-	(22)	-	(22)	
- montante líquido transferido para resultados	-	-	-	-	(2)	-	(2)	
Impostos sobre outras rubricas do resultado integral	-	-	-	-	6	-	(3)	
Total de outras rubricas do resultado integral	-	-	-	(1)	(18)	-	(7)	
Total do resultado integral	-	-	-	(1)	(18)	-	(37)	
Operações com titulares, levadas diretamente ao capital:								
Prestações de e distribuições aos titulares:	-	-	-	-	-	(2)	(2)	
Pagamentos baseados em ações liquidados com capital	-	-	-	-	-	(2)	(2)	
Total de prestações de e distribuições aos titulares	-	-	-	-	-	(2)	(2)	
Balanco em 31 de dezembro de 2013	1.757	64	1.152	24	3	18	2.423	

*A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 1 - Apresentação de rubricadas do resultado integral; outros - Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

26/2013

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades operacionais:			
Resultados antes de impostos		(18)	(86)
Ajustamentos para reconciliar os resultados líquidos com os fluxos de caixa de / (usados em) atividades operacionais:			
Rubricas não relacionadas com caixa incluídas nos resultados líquidos e outros ajustamentos:			
Reintegrações de imobilizado corpóreo	23	39	49
Amortizações e abates de imobilizado incorpóreo	22	41	39
Provisões para compromissos de concessão de crédito não financiados		22	16
Prejuízos do crédito líquidos		15	152
Lucros na venda de subsidiárias	11	(7)	-
Prejuízos na alienação de operações	10	45	-
Dividendos recebidos	4	-	(1)
Variação do justo valor de títulos de dívida		9	38
(Aumento) / decréscimo líquido em ativos operacionais:			
Variação em crédito sobre bancos		(24)	329
Variação em crédito sobre clientes		536	1.337
Variação em ativos da carteira de negociação		336	(193)
Variação em ativos de instrumentos derivados		(45)	120
Variação em adiantamentos e acréscimos de proventos		18	(5)
Variação em outros ativos		(485)	(1.167)
Aumento / (decrécimo) líquido em passivos operacionais:			
Variação em depósitos de bancos		765	1.913
Variação em contas de clientes		(501)	1.021
Variação em passivos de instrumentos derivados		(7)	(303)
Variação em acréscimos e proventos diferidos		(7)	(26)
Variação em outros passivos		63	1.147
Variação nas provisões para passivos		5	19
Impostos sobre o rendimento pagos		(12)	(22)
Fluxos de caixa líquidos de atividades operacionais		788	4.361
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades de investimento:			
Produto da venda de unidades de negócio e subsidiárias	10, 11	94	-
Compra de imobilizado corpóreo	23	(32)	(38)
Compra de imobilizado incorpóreo	22	(87)	(65)
Produto da venda de imobilizado corpóreo		5	9
Produto da venda de imobilizado incorpóreo		1	11
Compra de títulos da carteira de investimento		(566)	(423)
Alienação de títulos da carteira de investimento		788	488
Fluxos de caixa líquidos de / (usados em) atividades de investimento		203	(18)
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades de financiamento:			
Dividendos recebidos	4	-	1
Emissão de títulos de dívida		-	490
Remissão de títulos de dívida		(162)	(509)
Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de financiamento		(162)	(18)
Efeito das diferenças cambiais		13	(24)
Aumento / decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		842	4.301
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31	9.046	4.745
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31	9.888	9.046

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

LT/ax

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Proveitos de juros e proveitos equiparados		267	311
Custos de juros e custos equiparados		(97)	(80)
Margem financeira	3	170	231
Proveitos de dividendos	4	14	1
Proveitos líquidos de comissões	5	280	248
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	6	35	20
Proveitos líquidos de investimentos	7	2	-
Outros proveitos operacionais		8	23
Total de proveitos operacionais		509	523
Custos com o pessoal	8	(244)	(247)
Despesas gerais e administrativas	9	(72)	(143)
Amortizações e abates de imobilizado incorpóreo	22	(41)	(39)
Reintegrações de imobilizado corpóreo	23	(39)	(49)
Resultados operacionais antes de prejuízos líquidos do crédito		113	45
Provisões para compromissos de concessão de crédito não financiados		(22)	(16)
Prejuízos líquidos do crédito		(22)	(133)
Prejuízos na alienação de operações	10	(45)	-
Lucros na venda de subsidiárias	11	7	-
Reversão da imparidade de subsidiárias	21	-	120
Imparidade de subsidiárias	21	(3)	-
Resultados antes de impostos		28	16
Imposto sobre o rendimento	12	(31)	(18)
Resultados do exercício		(3)	(2)

*Reformulado em função dos ajustamentos ao exercício anterior, conforme explicado na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" – NIC 19 – Benefícios dos empregados – Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

28/10

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Resultados do exercício		(3)	(2)
Rubricas que nunca serão reclassificadas em resultados:			
Remensuração de ativos/(passivos) de benefícios definidos	13	15	(53)
<i>Impostos relacionados</i>	12	(3)	12
		<u>12</u>	<u>(41)</u>
Rubricas que foram ou serão reclassificadas em resultados:			
Diferenças de conversão cambial de operações no estrangeiro		(13)	16
Resultados da cobertura de investimento líquido em operações no estrangeiro	18	10	5
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda):			
- alteração líquida do justo valor		(22)	-
- montante líquido transferido para resultados	7	(2)	-
<i>Impostos relacionados</i>	12	6	(3)
		<u>(21)</u>	<u>18</u>
Outras rubricas do resultado integral do exercício, líquidas de impostos		<u>(9)</u>	<u>(23)</u>
Total do prejuízo integral do exercício		<u>(12)</u>	<u>(25)</u>

*A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 1 - *Apresentação de rubricados do resultado integral; outros - Alterações.*

O total do resultado integral do exercício é imputável aos acionistas da casa-mãe.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

25/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

BALANÇO DA SOCIEDADE

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Ativo			
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	31	4.257	2.922
Ativos da carteira de negociação	19	1.103	1.439
Instrumentos financeiros derivados	18	241	196
Crédito sobre bancos		5.724	6.173
Crédito sobre clientes	16	4.093	4.723
Títulos da carteira de investimento	20	2.351	2.580
Ações de subsidiárias	21	25	39
Adiantamentos e acréscimos de proveitos		92	94
Ativos por impostos correntes		9	-
Outros ativos	24	2.030	1.564
Imobilizado corpóreo	23	83	95
Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo	22	181	136
Ativos por impostos diferidos	25	213	209
Total do ativo		20.402	20.170
Passivo			
Depósitos de bancos		7.118	6.349
Contas de clientes		8.270	8.771
Instrumentos financeiros derivados	18	255	262
Títulos de dívida em circulação	26	631	728
Acréscimos e proveitos diferidos		123	132
Passivos por impostos correntes		-	1
Outros passivos	27	1.529	1.464
Provisões para riscos e encargos	28	67	40
Total do passivo		17.993	17.747
Situação líquida			
Capital social	30	1.757	1.757
Prémios de emissão		64	64
Outras reservas		1.197	1.220
Resultados transitados		(609)	(618)
Total da situação líquida		2.409	2.481
Total do passivo e da situação líquida		20.402	20.170

*Reformulado em função dos ajustamentos ao exercício anterior, conforme explicado na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" – NIC 19 – *Benefícios dos empregados* – Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores em 27 de março de 2014 e assinadas em sua representação por:

[assinatura]

J Bardrick
Administrador

Registo nº: 1088249

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2013

	Imputável a titulares de capital do Grupo*							
	Capital social £ milhões	Prêmios de emissão £ milhões	Reserva de capital £ milhões	Reserva de conversão £ milhões	Reserva de justo valor £ milhões	Reserva de capital £ milhões	Resultados transitados £ milhões	Total £ milhões
Balanco em 1 de janeiro de 2012	1.757	64	1.168	(10)	24	17	(575)	2.445
Total do resultado integral:								
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Outras rubricas do resultado integral, líquidas de impostos:								
Remensuração de ativos / (passivos) por benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	(53)	(53)
Diferenças cambiais de conversão de operações no estrangeiro	-	-	-	16	-	-	-	16
Resultados da cobertura do investimento líquido em operações no estrangeiro	-	-	-	5	-	-	-	5
Impostos sobre outras rubricas do resultado integral	-	-	-	-	(3)	-	12	9
Total de outras rubricas do resultado integral	-	-	-	21	(3)	-	(41)	(23)
Total do resultado integral	-	-	-	21	(3)	-	(43)	(25)
Operações com titulares, levadas diretamente ao capital:								
Prestações de e distribuições aos titulares:	-	-	-	-	-	3	-	3
Pagamentos baseados em ações liquidados com capital	-	-	-	-	-	3	-	3
Total de prestações e distribuições aos titulares	-	-	-	-	-	20	(618)	2.423
Balanco em 31 de dezembro de 2012 / 1 de janeiro de 2013	1.757	64	1.168	11	21	20	(618)	2.423
Total do resultado integral:								
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Outras rubricas do resultado integral, líquidas de impostos:								
Remensuração de ativos / (passivos) por benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	15	15
Diferenças cambiais de conversão de operações no estrangeiro	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)
Resultados da cobertura do investimento líquido em operações no estrangeiro	-	-	-	10	-	-	-	10
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda):								
- alteração líquida do justo valor	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)
- montante líquido transferido para resultados	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Impostos sobre outras rubricas do resultado integral	-	-	-	(3)	(18)	-	12	(9)
Total de outras rubricas do resultado integral	-	-	-	(3)	(18)	-	9	(12)
Total do resultado integral	-	-	-	(3)	(18)	-	(2)	(2)
Operações com titulares, levadas diretamente ao capital:								
Prestações de e distribuições aos titulares:	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Pagamentos baseados em ações liquidados com capital	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Total de prestações de e distribuições aos titulares	-	-	-	-	-	18	(609)	2.409
Balanco em 31 de dezembro de 2013	1.757	64	1.168	8	3	18	(609)	2.409

*A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 1 - Apresentação de rubricas do resultado integral; outros - Alterações.

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA SOCIEDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Nota	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades operacionais:			
Resultados antes de impostos		28	16
Ajustamentos para reconciliar os resultados líquidos com os fluxos de caixa de / (usados em) atividades operacionais:			
Rubricas não relacionadas com caixa incluídas nos resultados líquidos e outros ajustamentos:			
Reintegrações de imobilizado corpóreo	23	39	49
Amortizações e abates de imobilizado incorpóreo	22	41	39
Provisões para compromissos de concessão de crédito não financiados		22	16
Prejuízos do crédito líquidos		13	152
Lucros na venda de subsidiárias	11	(7)	-
Prejuízos na alienação de operações	10	45	-
Imparidade / (reversão da imparidade) de subsidiárias	21	3	(120)
Dividendos recebidos	4	(14)	(1)
Variação do justo valor de títulos de dívida		4	38
(Aumento) / decréscimo líquido em ativos operacionais:			
Variação em crédito sobre bancos		(27)	332
Variação em crédito sobre clientes		497	1.242
Variação em ativos da carteira de negociação		336	(193)
Variação em ativos de instrumentos derivados		(45)	120
Variação em adiantamentos e acréscimos de proveitos		2	18
Variação em outros ativos		(479)	(1.122)
Aumento / (decrécimo) líquido em passivos operacionais:			
Variação em depósitos de bancos		769	1.876
Variação em contas de clientes		(501)	1.021
Variação em passivos de instrumentos derivados		(7)	(303)
Variação em acréscimos e proveitos diferidos		(9)	(18)
Variação em outros passivos		61	1.030
Variação nas provisões para passivos		5	4
Impostos sobre o rendimento pagos		(12)	(22)
Fluxos de caixa líquidos de atividades operacionais		764	4.174
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades de investimento:			
Produto da venda de unidades de negócio e subsidiárias	10, 11	94	127
Compra de imobilizado corpóreo	23	(32)	(38)
Compra de imobilizado incorpóreo	22	(87)	(65)
Produto da venda de imobilizado corpóreo		5	9
Produto da venda de imobilizado incorpóreo		1	11
Compra de títulos da carteira de investimento		(566)	(423)
Alienação de títulos da carteira de investimento		788	488
Reembolso de capital de subsidiárias	21	-	21
Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimento		203	130
Fluxos de caixa de / (usados em) atividades de financiamento:			
Dividendos recebidos	4	14	1
Emissão de títulos de dívida		-	490
Remissão de títulos de dívida		(133)	(470)
Fluxos de caixa líquidos (usados em) / de atividades de financiamento		(119)	21
Efeito das diferenças cambiais		11	(14)
Aumento / decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		859	4.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31	9.026	4.715
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31	9.885	9.026

As notas constantes das páginas 32 a 112 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

32/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Principais políticas contabilísticas

(a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo foram preparadas e aprovadas pelos Administradores de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como adotadas pela UE.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a convenção de custos históricos, alterada para incluir o justo valor de determinados instrumentos financeiros na medida exigida ou permitida de acordo com as normas contabilísticas e como indicado nas políticas contabilísticas relevantes. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em libras esterlinas (£) e todos os valores foram arredondados para milhões de libras, exceto se o contrário for indicado.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuação da atividade tendo em conta a continuação do apoio por parte da casa-mãe do Grupo. Os riscos e incertezas identificados pelo Grupo são debatidos em maior pormenor no Relatório Estratégico que figura nas páginas 7 a 19. Tendo em conta estes fatores de risco, os Administradores reconhecem e aceitam a intenção e capacidade do Citigroup de prestar apoio ao Grupo, se necessário, e, em consequência, apresentam as presentes demonstrações financeiras no pressuposto da continuação da atividade. Dado que o Grupo depende, em última análise, do apoio da sua casa-mãe, devem consultar-se os fatores de risco que afetam o Citigroup Inc., contidos no seu relatório anual de 2013 constante do impresso 10-K em <http://www.citigroup.com/citi/investor/sec.htm>.

(b) Alteração da política contabilística e divulgações

Normas e interpretações novas e alteradas

Na preparação das presentes contas, o Grupo adotou as seguintes alterações das normas pela primeira vez:

- NIRF 7 " Instrumentos Financeiros: Divulgações. Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Alterações à NIRF 7". Estas alterações exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos sobre garantias). As divulgações devem fornecer informações aos utilizadores que sejam úteis para avaliar os efeitos dos acordos de compensação na posição financeira da entidade. As novas divulgações são requeridas para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a NIC 32 "Instrumentos Financeiros: Apresentação". As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estejam sujeitos a um contrato-quadro de compensação vinculativo ou a algum acordo semelhante, independentemente de serem compensados de acordo com a NIC 32. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras dado que o Grupo não tem nenhuns ativos financeiros sujeitos a compensação, uma vez que os contratos-quadro de compensação e acordos semelhantes não preenchem as condições para compensação de acordo com esta norma.
- NIRF 13 "Mensurações do Justo Valor". A NIRF 13 não muda quando uma entidade tem de aplicar a mensuração ao justo valor, mas, pelo contrário, dá orientações sobre a forma de mensurar o justo valor dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. A adoção desta norma não teve um impacto material na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo. A NIRF 13 também determina requisitos suplementares em matéria de divulgação de informações. Estes novos requisitos em matéria de divulgação de informações não estão incluídos na informação para efeitos de comparação. No entanto, na medida em que a divulgação de informações já era exigida por outras normas antes da entrada em vigor da NIRF 13, o Grupo forneceu as informações relevantes para efeitos de comparação ao abrigo de tais normas.
- NIC 1 "Apresentação de outras Rubricas do Resultado Integral – Alterações". As alterações à NIC 1 modificam o agrupamento das rubricas apresentadas nas outras rubricas do resultado integral. As rubricas que poderiam ser reclassificadas (ou recicladas) em lucros ou prejuízos num momento futuro no tempo (por exemplo, ganhos líquidos de cobertura de investimentos líquidos, diferenças cambiais na conversão de operações no estrangeiro, movimentos líquidos em coberturas de fluxos de

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

caixa e perdas ou ganhos líquidos em ativos financeiros disponíveis para venda) seriam apresentadas separadamente das rubricas que nunca seriam reclassificadas (por exemplo, ganhos e prejuízos atuariais em planos de benefícios definidos) A alteração afeta só a apresentação e não tem impacto na posição financeira nem na performance do Grupo. A informação para efeitos de comparação foi reapresentada na mesma base.

- NIC 19 "Benefícios dos Empregados – Alterações". As alterações à NIC 19 eliminam a opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais, ou seja, os mecanismos de "corredor". Todas as alterações de valor dos planos de benefícios definidos têm de ser reconhecidas na conta de exploração ou no resultado integral. Igualmente, ao abrigo da norma alterada, a margem financeira do passivo ou ativo líquido por benefícios definidos é determinada aplicando a taxa de desconto utilizada para medir a obrigação de benefícios definidos no início do período anual, tendo em conta eventuais alterações do passivo ou ativo líquido por benefícios definidos durante o período resultantes das contribuições e pagamento de benefícios. A adoção desta norma não teve um impacto material na situação financeira nem na performance do Grupo.

Em consequência da NIC 19 revista, o Grupo alterou a sua política contabilística relativa à base de cálculo dos custos ou despesas relacionados com os seus planos de benefícios definidos. Todas as alterações têm de ser feitas retroactivamente em linha com a NIC 8 "Políticas Contabilísticas, Alterações das Estimativas Contabilísticas e Erros", o que implicou a reformulação de informação financeira respeitante ao exercício anterior.

Em consequência da revisão, as seguintes alterações tiveram de ser feitas nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2012: o passivo por pensões reconhecido no balanço do Grupo aumentou £2 milhões e o reconhecido no balanço da Sociedade aumentou £1 milhão. Os outros passivos diminuíram £2 milhões para o Grupo e £1 milhão para a Sociedade. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, para o Grupo e para a Sociedade, os custos do plano de benefícios definidos aumentaram £1 milhão, ao passo que os custos com salários diminuiu £1 milhão. As alterações não tiveram impacto no ativo líquido da Sociedade. As notas foram alteradas para refletir a reformulação embora o ajustamento tenha tido um impacto insignificante nas demonstrações financeiras.

Outras alterações decorrentes de melhoramentos das NIRF seguintes não tiveram nenhum impacto nas políticas contabilísticas, na situação financeira e na performance do Grupo:

- NIC 16 "Imobilizado corpóreo". Este melhoramento esclarece que as principais peças sobressalentes e equipamento de manutenção abrangidos pela definição de imobilizado corpóreo não são considerados inventários.
- NIRF 32 "Instrumentos Financeiros, Apresentação". Este melhoramento esclarece que os impostos sobre o rendimento decorrentes de distribuições a titulares do capital devem ser contabilizados de acordo com a NIC 12 - Impostos sobre o Rendimento.

Normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor

Há algumas normas e interpretações contabilísticas que foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas que ainda não entraram em vigor para as demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo. O Grupo não tenciona proceder à adoção antecipada destas normas, que incluem:

- A primeira fase da NIRF 9 "Instrumentos Financeiros", que cobre os requisitos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Foram feitas algumas melhorias ao modelo de classificação e mensuração da NIRF 9, numa tentativa de o alinhar mais de perto pelo modelo dos GAAP dos Estados Unidos. Uma versão preliminar foi publicada em dezembro de 2012. O IASB planeia emitir a norma final no segundo trimestre de 2014. Para a segunda fase, "Metodologia da Imparidade", uma versão preliminar "Instrumentos Financeiros: Perdas de Crédito Esperadas" foi publicada em março de 2013, encontrando-se as novas deliberações ainda em curso, com planos para emitir a norma final no segundo trimestre de 2014. Em 19 de novembro de 2013, o IASB publicou a NIRF 9 "Instrumentos Financeiros (2013)" que trata da terceira fase da contabilização das coberturas. O

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IASB decidiu que uma data obrigatória de 1 de janeiro de 2015 não daria tempo suficiente às entidades para se prepararem para a nova norma porque a fase de imparidade do projeto da NIRF 9 ainda não estava concluída. Em consequência, o IASB decidiu que uma nova data deveria ser decidida quando todo o projeto da NIRF 9 estivesse próximo da sua conclusão. As alterações feitas à NIRF 9 em novembro de 2013 retiraram a data obrigatória para entrada em vigor da NIRF em 1 de janeiro de 2015. No entanto, as entidades ainda podem optar por aplicar imediatamente a NIRF 9. Em fevereiro de 2014, o IASB finalizou as suas deliberações sobre as alterações limitadas aos requisitos de classificação e mensuração da NIRF 9 "Instrumentos Financeiros". O IASB também decidiu provisoriamente exigir às entidades que apliquem a NIRF 9 aos períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2018 ou em data posterior. O Grupo irá quantificar o efeito da adoção das várias fases da NIRF 9, quando emitidas, de forma a apresentar uma visão abrangente.

- NIRF 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas", NIC 27 "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas". A norma adotada pela UE aplica-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior. Substitui os requisitos da NIC 27, que trata da contabilidade das demonstrações financeiras consolidadas e da interpretação SIC 12 "Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais". O que resta da NIC 27 fica limitado à contabilização das subsidiárias, entidades sob controlo conjunto e associadas nas demonstrações financeiras separadas. Não se espera que a adoção desta norma tenha um impacto material na situação financeira nem na performance do Grupo.
- NIRF 11 "Acordos Conjuntos". A norma adotada pela UE aplica-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior. Substitui a NIC 31 "Interesses em Empreendimentos Conjuntos" e a SIC 31 "Entidades sob Controlo Comum – Contribuições Não Monetárias dos Associados". Devido ao facto da NIRF 11 usar o princípio de controlo da NIRF 10 para definir a noção de controlo, a determinação da existência de controlo conjunto pode modificar-se. Não se espera que a adoção desta norma tenha um impacto material na situação financeira nem na performance do Grupo.
- NIRF 12 "Divulgação de Interesses Noutras Entidades". A norma adotada pela UE aplica-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior. Cobre os requisitos para divulgação de informações que estavam anteriormente contidos na NIC 27 em relação às demonstrações financeiras consolidadas, na NIC 31 "Interesses em Empreendimentos Conjuntos" e na NIC 28 "Investimentos em Associadas". As informações a serem divulgadas dizem respeito aos interesses de uma entidade em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. A NIRF 12 obriga à divulgação de informações, incluindo julgamentos, para determinar se se controla outra entidade. Muitas destas alterações foram introduzidas pelo IASB em resposta à crise financeira. Atualmente, mesmo que o Grupo conclua que não controla uma entidade, a informação usada para fazer esse julgamento tem de ser transparente para os utilizadores das demonstrações financeiras poderem fazer a sua própria avaliação do impacto financeiro, caso o Grupo chegasse a uma conclusão diferente quanto à consolidação. O Grupo vai ter de divulgar mais informações sobre a estrutura de entidades consolidadas e não consolidadas em que está envolvido ou que patrocinou. Não se espera que a adoção desta norma tenha impacto na situação financeira nem na performance do Grupo.
- NIC 28 "Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos" (revista em 2011). Em consequência das novas NIRF 11 "Empreendimentos Conjuntos" e NIRF 12 "Divulgação de Interesses Noutras Entidades", a designação da NIC 28 "Investimentos em Associadas" foi alterada para NIC 28 "Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos" e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial aos empreendimentos conjuntos, para além das associadas. A norma revista aplica-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior.
- NIC 32 "Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" – Alterações". Estas alterações esclarecem o significado de "direito de compensação juridicamente eficaz". Será necessário avaliar o impacto para o Grupo de rever os procedimentos de liquidação e a documentação jurídica. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da NIC 32 aos sistemas de liquidação (tais como as câmaras de compensação centrais) que aplicam mecanismos de

35/2
1

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

liquidação bruta que não são simultâneos. A compensação com fundamento na liquidação simultânea é particularmente relevante para o Grupo dado que se envolve num elevado número de operações de compra e venda. Atualmente, as operações liquidadas através de sistemas de compensação consideram-se, na maioria dos casos, liquidadas simultaneamente. Embora se espere que muitos sistemas de liquidação venham a preencher os novos critérios, alguns podem não o fazer. Dado que o impacto da adoção depende do exame do Grupo dos procedimentos operacionais aplicados pelas câmaras de compensação centrais e pelos sistemas de liquidação com quem trata para determinar se cumprem os novos critérios, é impraticável quantificar os efeitos. Estas alterações aplicam-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior.

- NIRF 21 "Taxas". A NIRF 21 define uma taxa como uma saída de caixa de uma entidade imposta por um governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo relativo a uma taxa quando – e só quando – o facto que a desencadeia especificado na legislação se verifica. Não se espera que a NIRF 21 venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. A NIRF 21 aplica-se a períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2014 ou em data posterior.

(c) Consolidação

As subsidiárias (incluindo algumas entidades de finalidade especial) que são direta ou indiretamente controladas pelo Grupo são consolidadas. As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o seu controlo é transferido para o Grupo. Considera-se que existe controlo quando o Grupo tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios da sua atividade. As subsidiárias deixam de ser consolidadas na data em que cessa tal controlo. O Grupo usa o método de contabilização da compra para a aquisição de subsidiárias.

As operações entre empresas, os saldos e os ganhos não realizados em operações entre sociedades do Grupo são eliminados. As políticas contabilísticas do Grupo foram aplicadas de forma uniforme para efeitos de preparação das contas consolidadas.

O Grupo patrocina a constituição de entidades de finalidade especial (EFE) primariamente para efeitos de facilitar investimentos por parte de clientes do Grupo, operações de titularização de ativos e emissões de dívida estruturada, bem como para alcançar determinados objetivos estritos e bem definidos. O Grupo consolida estas entidades se a substância da relação com as mesmas indicar que as controla.

As seguintes circunstâncias podem indicar uma relação em que o Grupo tem o controlo em termos de substâncias e, em consequência, consolida as entidades de finalidade especial:

- as atividades da EFE são conduzidas por conta do Grupo de acordo com as suas necessidades comerciais específicas de forma que o Grupo obtenha benefícios das operações da EFE;
- o Grupo tem poderes decisórios para obter a maioria dos benefícios das atividades da EFE ou o Grupo delegou estes poderes decisórios, através da criação de um mecanismo de "piloto automático";
- o Grupo tem direitos de obter a maioria dos benefícios da EFE e, em consequência, pode estar exposto a riscos decorrentes das atividades da EFE;
- o Grupo tem a maioria do risco residual ou de propriedade relacionado com a EFE ou os seus ativos com vista a obter benefícios das suas atividades.

A avaliação de se o Grupo tem controlo sobre uma EFE é realizada no início e normalmente não é feita nenhuma reavaliação do controlo se não se verificarem alterações na estrutura ou nos termos da EFE ou operações suplementares entre o Grupo e a EFE. As alterações diárias às condições de mercado normalmente não levam a uma reavaliação do controlo. No entanto, por vezes, verificam-se alterações das condições de mercado que podem modificar a substância da relação entre o Grupo e a EFE e, nesses casos, o Grupo determina se a alteração obriga a uma reavaliação do controlo com base em factos e circunstâncias concretos. Quando atos voluntários do Grupo, como mutuar montantes superiores às facilidades de liquidez existentes ou prorrogar termos para além do inicialmente acordado, alterarem a relação entre o Grupo e a EFE, o Grupo reavalia o controlo da EFE.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados do Grupo são consolidados nas demonstrações financeiras da última casa-mãe, o Citigroup Inc., que são disponibilizadas ao público anualmente.

Os interesses que não são de controlo representam a parte dos lucros ou prejuízos de subsidiárias não detidas direta ou indiretamente pelo Grupo. Os interesses que não são de controlo são apresentados na demonstração de resultados consolidados e na situação líquida na demonstração da posição financeira consolidada, mas separadamente do capital dos acionistas da casa-mãe. Os eventuais prejuízos imputados a interesses que não são de controlo são afetos aos interesses do interesse que não é de controlo, mesmo que tal leve a um saldo negativo.

(d) Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente do Grupo que gera receitas e incorre em custos, cujos resultados são revistos regularmente pela administração e para o qual existe informação financeira separada. O Grupo está organizado em dois segmentos operacionais, o Citicorp e o Citi Holdings. Esta estrutura organizacional constitui a base em que o Grupo comunica a sua informação por segmentos de negócio primários. Existem dois segmentos geográficos segundo os quais a administração analisa as operações do Grupo, o Reino Unido e a Europa Ocidental. Os proveitos, custos e desempenho dos segmentos incluem transferências entre segmentos de negócio, realizadas em condições de mercado.

(e) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Sociedade e do Grupo são apresentadas em libras esterlinas ("£"), que é a moeda de apresentação do Grupo e da Sociedade. As operações em moeda estrangeira são mensuradas em cada uma das sucursais ou entidades do Grupo na moeda de funcionamento destas, correspondente à moeda primária de funcionamento do ambiente económico em que exercem a sua atividade. As principais moedas de funcionamento são a libra esterlina e o euro.

Na data do balanço, os ativos e passivos monetários são convertidos para libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor no final do exercício e as diferenças cambiais são levadas à conta de exploração. Os ativos e passivos não monetários mensurados em custos históricos são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da operação. Os ativos e passivos não monetários classificados como detidos para venda ou designados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio à vista no fecho do exercício. Os eventuais prejuízos ou ganhos cambiais em rubricas não monetárias são levados diretamente à demonstração do resultado integral. As diferenças de conversão de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda também são incluídas na demonstração de resultados.

Na consolidação, os ativos e passivos das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos às taxas de câmbio em vigor no final do exercício para a moeda de apresentação. As rubricas de proveitos e custos são convertidas às taxas de câmbio médias da moeda de apresentação. As diferenças cambiais resultantes da reconversão no final do ano do saldo de abertura dos investimentos líquidos nas entidades no estrangeiro às taxas de câmbio do final do exercício e as decorrentes da conversão dos resultados de tais sucursais e subsidiárias no estrangeiro à taxa de câmbio média são levadas diretamente à rubrica de capital.

(f) Margem financeira

Os proveitos e custos de juros de ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração de resultados usando o método da taxa de juro efetiva. As comissões e os custos diretos relacionados com a originação de empréstimos, refinanciamentos ou reestruturações e compromissos de crédito são diferidos e amortizados aos juros ganhos no crédito recorrendo ao método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (TJE) é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um prazo mais curto) face ao valor contabilístico do ativo ou passivo financeiro. Quando calcula a taxa de juro efetiva, o Grupo estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não os prejuízos do crédito futuros.

37/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(g) Comissões

Os proveitos e custos de comissões que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva de um ativo ou passivo financeiro são incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva.

Os proveitos e custos de comissões que não fazem parte integrante da taxa de juro efetiva resultantes da negociação ou participação na negociação de uma operação de um terceiro, tais como compensação de títulos ou dinheiro ou compra ou venda de empresas, são reconhecidas com base na especialização dos exercícios, à medida que o serviço é prestado. As comissões de gestão de carteiras e outras comissões de consultadoria de gestão e serviços são reconhecidas com base no contrato de prestação de serviços aplicável. As comissões de gestão de ativos não baseadas na performance são reconhecidas ao longo do período em que o serviço é prestado. As comissões de gestão de ativos baseadas na performance e os proveitos da gestão de fortunas e de serviços de custódia são reconhecidas quando o valor do proveito pode ser mensurado com fiabilidade e se torne provável que tais comissões sejam pagas ao Grupo.

Os outros custos de comissões são levados a custos quando os serviços são recebidos.

(h) Proveitos de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o direito de receber o pagamento é determinado, o que corresponde à data ex-dividendos para as ações.

(i) Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração

Os proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração compreendem todos os ganhos menos os prejuízos relacionados com ativos e passivos e instrumentos financeiros de negociação designados ao justo valor e incluem todas as alterações do justo valor realizadas e não realizadas, juntamente com os juros, dividendos e diferenças cambiais relacionados.

(j) Instrumentos derivados

Os instrumentos derivados são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor na data em que o contrato correspondente é celebrado e são subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços cotados no mercado em mercados ativos, incluindo operações de mercado recentes, e técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções, consoante for adequado. Todos os instrumentos derivados são contabilizados como ativos quando o seu justo valor é positivo e passivos quando este é negativo. As alterações do justo valor são reconhecidas nos resultados.

Determinados instrumentos derivados podem estar incorporados (embebidos) noutros contratos ("contratos hospedeiros"). O Grupo contabiliza os instrumentos derivados embebidos separadamente do contrato hospedeiro quando este último não é ele próprio contabilizado ao justo valor através da conta de exploração e as características do instrumento derivado não estão clara e estreitamente relacionadas com o contrato hospedeiro.

Quando um instrumento derivado ou um passivo financeiro não derivado é designado como instrumento de cobertura na cobertura de um investimento líquido em operações no estrangeiro, a parte eficaz de alterações do justo valor do instrumento de cobertura é reconhecida nas outras rubricas do resultado integral na reserva de conversão. A parte ineficaz das alterações do justo valor do instrumento derivado é reconhecida imediatamente na conta de exploração. O valor reconhecido nas outras rubricas do resultado integral é reclassificado em lucros ou prejuízos. O valor reconhecido nas outras rubricas do resultado integral é reclassificado em lucros ou prejuízos como um ajustamento de reclassificação na alienação das operações no estrangeiro.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(k) Outros ativos e passivos financeiros

Ativos da carteira de negociação

Os ativos da carteira de negociação do Grupo são adquiridos principalmente para efeitos de serem vendidos a curto prazo ou fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros que são geridos em conjunto e para os quais existem sinais da realização de lucros no curto prazo. Os ativos da carteira de negociação são mensurados inicialmente e subsequentemente pelo seu justo valor. Os ganhos e prejuízos realizados na alienação ou remissão e os ganhos e prejuízos não realizados decorrentes de alterações do justo valor são contabilizados em proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração. O Grupo usa a data da negociação para contabilizar os ativos da carteira de negociação.

Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento são reconhecidos com base na data de negociação e são classificados como títulos detidos até ao vencimento, títulos disponíveis para venda ou títulos designados ao justo valor.

Os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos que a administração do Grupo tem decididamente a intenção e capacidade de deter até ao vencimento. Os títulos da carteira de investimento detidos até ao seu vencimento são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, incluindo os custos diretamente imputáveis, e posteriormente avaliados ao seu custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva menos eventuais prejuízos por imparidade. A venda ou reclassificação de títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento levaria à reclassificação de todos os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento para títulos da carteira de investimento disponíveis para venda e impediria o Grupo de classificar títulos da carteira de investimento como títulos detidos até ao vencimento no exercício em curso e nos dois exercícios seguintes. A venda ou reclassificação é permitida nos casos seguintes:

- vendas ou reclassificações que estejam tão próximas do vencimento que as alterações da taxa de juro de mercado não teriam um efeito importante no justo valor do ativo financeiro;
- vendas ou reclassificações depois da entidade ter recebido substancialmente a totalidade do capital original do instrumento; ou
- vendas ou reclassificações imputáveis a acontecimentos isolados não recorrentes fora do controlo da entidade que não poderiam ter sido previstos com razoabilidade.

Os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são aqueles que se prevê serem detidos por um prazo indeterminado e que podem ser vendidos para responder a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das ações. Os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, incluindo custos diretamente imputáveis, e posteriormente avaliados pelo seu justo valor, sendo as alterações do justo valor refletidas na demonstração do resultado integral. Os ganhos e prejuízos decorrentes da conversão de títulos em moeda estrangeira são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados. Quando os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são vendidos, os ganhos ou prejuízos acumulados previamente reconhecidos na demonstração do resultado integral são transferidos para a demonstração de resultados e relevados nos proveitos de investimentos. Quando títulos da carteira de investimento disponíveis para venda ficam afetados por imparidade, essa imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. O Grupo aplica uma contabilização com base na data de negociação para registar os títulos da carteira de investimento.

Crédito e valores a receber

O crédito e valores a receber é composto por ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo nem classificados como ativos disponíveis para venda e o Grupo não tenciona vendê-los num futuro imediato ou próximo. São inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, que é igual aos fundos dados para originar o empréstimo, incluindo os custos da operação diretamente imputáveis menos as comissões recebidas, e posteriormente avaliados pelo seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva, menos eventuais prejuízos por imparidade. Os empréstimos são reconhecidos quando os fundos são adiantados aos mutuários e deixam de ser

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

reconhecidos quando os direitos a receber os fluxos financeiros terminam ou o Grupo transfere virtualmente todos os riscos e benefícios da sua titularidade.

O Grupo pode celebrar determinados compromissos de concessão de crédito, sendo neste caso reconhecido um compromisso não sacado numa conta extrapatrimonial. Quando se prevê que o crédito, quando for sacado, fique no Grupo, o compromisso só é reconhecido no balanço quando se tratar de um contrato oneroso que vai dar provavelmente origem a prejuízos. Para mais pormenores, consultar a Nota 35 – Contas extrapatrimoniais.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor

O Grupo pode designar instrumentos financeiros ao justo valor através da conta de exploração no caso de:

- i) tal eliminar ou reduzir significativamente incoerências de avaliação ou reconhecimento que surgiram de outro modo da avaliação de ativos ou passivos financeiros ou de reconhecer ganhos e prejuízos relativos aos mesmos em bases diferentes;
- ii) grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou combinações de ambos serem geridos e a sua performance ser avaliada com base no justo valor de acordo com uma estratégia de gestão de riscos ou de investimento documentada e quando a informação sobre grupos de instrumentos financeiros for reportada à administração nessa base; ou
- iii) instrumentos financeiros que contêm um ou mais instrumentos derivados embebidos que alterem significativamente os fluxos de caixa resultantes de tais instrumentos financeiros.

O Grupo designou ao justo valor através da conta de exploração determinados títulos da carteira de investimento, títulos de dívida e créditos sobre clientes com fundamento no facto de serem geridos e da sua performance ser avaliada com base no justo valor. Para mais pormenores, consultar a Nota 15 – Ativos e passivos financeiros.

Passivos financeiros

Os depósitos, contas de clientes, títulos de dívida em circulação, empréstimos subordinados e passivos financeiros derivados são inicialmente avaliados ao justo valor líquido dos custos da operação na data de negociação. Subsequentemente, são avaliados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva, exceto para os passivos financeiros derivados e eventuais passivos designados no momento do reconhecimento inicial como sendo avaliados ao justo valor através da conta de exploração.

O Grupo designou ao justo valor através da conta de exploração determinados títulos de dívida em circulação que contêm instrumentos derivados de ações, taxas de juro e crédito embebidos que teriam de outro modo de ser divididos e contabilizados separadamente ao justo valor. O justo valor dos títulos de dívida em circulação também tem em conta as provisões para os riscos de crédito próprios do Grupo. Para mais pormenores, consultar a Nota 15 – Ativos e passivos financeiros.

Acordos de revenda

Quando o Grupo compra um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato para vender o ativo ou um ativo substancialmente semelhante a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como crédito concedido e o ativo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido refletido no balanço sempre que existe um direito juridicamente eficaz de proceder a tal compensação dos valores reconhecidos e uma intenção de proceder à liquidação numa base compensada ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(I) Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se existem sinais objetivos de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros está afetado por imparidade. Considera-se que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros está afetado por imparidade e que se verificam prejuízos por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

depois do reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um "evento de prejuízos") e que o evento ou eventos de prejuízos tiveram um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou carteira de ativos financeiros que pode ser estimado com fiabilidade. Os sinais objetivos de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros está afetado por imparidade incluem dados observáveis que cheguem ao conhecimento do Grupo acerca dos seguintes eventos de prejuízos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou devedor;
- incumprimento de um contrato, tal como falta de pagamento ou mora no pagamento de juros ou capital;
- se se tornar provável que o mutuário entre em falência ou fique sujeito a outro tipo de processo especial de recuperação de empresas;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial de tais ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado nos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - i) uma alteração negativa do estatuto em termos de pagamentos dos mutuários que compõem a carteira; e
 - ii) condições económicas nacionais ou locais com correlação com incumprimentos nos ativos da carteira.

O Grupo avalia primeiro se existem sinais objetivos de imparidade individualmente para ativos financeiros que sejam significativos em termos individuais e individual ou coletivamente para os ativos financeiros que não sejam significativos em termos individuais. Os ativos que são avaliados individualmente em termos de imparidade e para os quais são ou continuam a ser reconhecidas prejuízos por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva da imparidade.

Para o crédito e ativos detidos até ao vencimento, o montante dos prejuízos por imparidade é mensurado como correspondendo à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados tendo em conta as garantias e descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O montante dos prejuízos é reconhecido numa conta separada. As provisões para risco de crédito e o valor dos prejuízos são levados à conta de exploração. Os ativos financeiros não afetados individualmente por imparidade são agrupados para avaliar a imparidade em termos coletivos, que é refletida em provisões para riscos de crédito. A avaliação coletiva inclui uma avaliação dos prejuízos:

- que foram incorridos, mas ainda não foram identificados tendo em conta a experiência histórica de prejuízos e o prazo estimado entre a verificação da imparidade e a identificação dos prejuízos;
- baseada na análise estatística dos dados históricos e na experiência do Grupo em termos de incidentes de crédito e incumprimento; e
- resultante do impacto de outros fatores de risco, incluindo taxas de desemprego, tendências em termos de falências, condições económicas e o nível corrente dos abates.

Para efeitos da avaliação coletiva da imparidade, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhantes usando um processo de graduação que leva em consideração o tipo de devedor, o setor, a localização geográfica, o tipo de garantias, eventuais casos de mora e outros fatores relevantes. Estas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos devido a serem indicativas da probabilidade de receber todas as quantias devidas ao abrigo da facilidade de acordo com os termos contratuais dos ativos sujeitos a avaliação.

Os fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros avaliados coletivamente em termos de imparidade são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos do grupo e na experiência histórica em termos de prejuízos para ativos com características de risco de crédito semelhantes às dos que compõem o grupo.

Quando um empréstimo é incobrável, é abatido por contrapartida da provisão relacionada para imparidade do crédito. Esses empréstimos são abatidos depois de serem levados a cabo todos os procedimentos necessários e do valor dos prejuízos ser determinado.

u) / a

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Se, num período posterior, o montante dos prejuízos por imparidade diminuir e tal diminuição se puder relacionar objetivamente com um facto que se verificou depois da imparidade ter sido reconhecida, os prejuízos por imparidade reconhecidos em momento anterior são estornados através de um ajustamento à conta de provisões. O montante do estorno é reconhecido na conta de exploração.

Em determinadas circunstâncias, o Grupo concede determinadas facilidades aos clientes quanto aos termos do seu crédito. Em caso de incumprimento, o Grupo procura reestruturar o crédito em vez de tomar posse das garantias, o que pode envolver a prorrogação dos termos de pagamento ou a contratação de novas condições. Depois dos termos serem renegociados, a eventual imparidade é mensurada usando a TJE original calculada antes da modificação dos termos e o crédito deixa de ser considerado em mora. A administração analisa regularmente os créditos renegociados para garantir que todos os critérios são preenchidos e que os pagamentos futuros têm probabilidade de se verificarem. Os créditos continuam a ser objeto de uma avaliação individual ou coletiva da imparidade, calculada usando a sua TJE original. Nestes casos, o crédito deixa de ser considerado em mora, mas é sim considerado crédito "vivo" a partir do momento em que o número mínimo de pagamentos seja recebido ou os critérios acordados sejam preenchidos. Em consequência, o perfil de risco destes créditos reflete o de outro crédito na mesma situação de incumprimento que não foi objeto de alterações, enquanto estiver a seguir termos de pagamento revistos. Para o crédito por grosso que está sujeito a negociação e faz parte integrante da gestão corretiva do crédito em incumprimento, a política de gestão corretiva do Grupo permite ao segmento de negócio relevante responsável por essa dívida celebrar um acordo de renegociação de uma facilidade com um devedor ou relacionamento que esteja a passar por dificuldades financeiras, modificando o contrato subjacente e/ou fazendo determinado tipo de concessões.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado no justo valor do título para um valor inferior ao seu custo também é tomado em consideração para determinar se existe uma imparidade. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios que para os ativos contabilizados pelo custo amortizado. A imparidade é reconhecida reclassificando os prejuízos acumulados em outras rubricas do resultado integral para a conta de exploração.

O aumento do justo valor de títulos de dívida disponíveis para venda é reconhecido em outras rubricas do resultado integral, a menos que o aumento possa ser relacionado objetivamente com um facto verificado antes do prejuízo por imparidade ser reconhecido, caso em que a imparidade é estornada através da conta de exploração. O estorno da imparidade de participações sociais disponíveis para venda não é reconhecido na conta de exploração. O aumento do justo valor de participações sociais depois de uma imparidade é reconhecido diretamente em outras rubricas do resultado integral.

(m) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando o direito a receber os fluxos de caixa dos ativos termina ou o Grupo transmite o seu direito contratual de receber os fluxos de caixa dos ativos financeiros e substancialmente todos os riscos e benefícios da sua titularidade ou, ainda, quando esses riscos e benefícios não sejam transmitidos nem retidos, mas o controlo não seja mantido.

Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando se extinguem, ou seja, quando a obrigação é cumprida, cancelada, expira ou é modificada ou permutada.

Nas operações em que o Grupo não retém nem transmite substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo financeiro e mantém o controlo do mesmo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida da continuação do seu envolvimento, determinada pela extensão em que está exposto a alterações de valor dos ativos transmitidos.

(n) Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo

Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação decorrentes de aquisições representam a parte do custo de aquisição que excede o justo valor da quota-parte do Grupo nos ativos líquidos identificáveis da subsidiária adquirida na

ce/ok

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

data de aquisição. Os ganhos e prejuízos realizados aquando da alienação de uma entidade incluem o valor contabilístico das diferenças de consolidação relativas à entidade vendida. As diferenças de consolidação são registadas pelo seu valor de custo menos os eventuais prejuízos por imparidade acumulados.

As diferenças de consolidação anteriores a 1 de janeiro de 2005 deixaram de ser amortizadas a partir dessa data, mas continuam a ser revistas anualmente em termos de imparidade.

Outro imobilizado incorpóreo

O imobilizado incorpóreo adquirido pelo Grupo é contabilizado ao seu valor de custo menos amortizações e prejuízos por imparidade acumulados. As amortizações são levadas à conta de exploração usando os métodos que melhor refletem os benefícios económicos ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Licenças informáticas adquiridas	3 – 5 anos
Desenvolvimento de programas informáticos	1 – 3 anos

Desenvolvimento de programas informáticos:

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de programas informáticos são reconhecidos como um custo quando são incorridos. Os custos diretamente associados à produção de programas informáticos únicos e identificáveis controlados pelo Grupo e que irão provavelmente gerar benefícios económicos superiores aos custos ao longo de um prazo superior a um ano são reconhecidos como imobilizado incorpóreo. O custo dos programas informáticos desenvolvidos inclui os custos internos e externos diretamente imputáveis aos mesmos.

Ativos incorpóreos relacionados com clientes:

Os ativos incorpóreos relacionados com clientes são ativos identificáveis e são reconhecidos ao seu valor atual com base em projeções de fluxos de caixa decorrentes de direitos contratuais adquiridos relativamente a relacionamentos com clientes.

(o) Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo é contabilizado pelo seu custo menos as reintegrações e os prejuízos por imparidade acumulados (ver infra). As reintegrações são calculadas para abater o custo menos o valor residual estimado de cada bem em quotas constantes ao longo da sua vida útil estimada. Os terrenos não são reintegrados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis próprios	50 anos
Imóveis arrendados	prazo do arrendamento
Benfeitorias em imóveis arrendados	10 anos ou o prazo do arrendamento, consoante o que for menor
Veículos, mobiliário e equipamento	entre 1 e 10 anos
Bens locados	entre 1 e 20 anos

Os custos posteriores são incluídos no valor contabilístico do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, consoante for apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros associados ao ativo revertam para o Grupo e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros custos com reparações e manutenção são levados à conta de exploração durante o exercício em que são incorridos.

O imobilizado corpóreo deixa de ser reconhecido quando é alienado ou deixa de haver benefícios económicos futuros esperados do seu uso. Os ganhos ou prejuízos decorrentes do desreconhecimento do ativo (calculados como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor contabilístico do ativo) são reconhecidos em outros resultados operacionais na demonstração de resultados, no exercício em que o bem deixa de ser reconhecido.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(p) Imparidade de diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo e corpóreo

Em cada data de prestação de informações, o Grupo avalia se existem sinais de que o seu imobilizado incorpóreo ou corpóreo está afetado por imparidade. As diferenças de consolidação são avaliadas em termos de imparidade todos os anos ou com uma frequência maior se alguns factos ou alterações das circunstâncias indicarem que podem estar afetadas por imparidade. As diferenças de consolidação são afetadas a unidades geradoras de caixa para efeitos da avaliação da sua imparidade. Os prejuízos por imparidade relativos a diferenças de consolidação não são estornados. Para mais elementos sobre os testes de imparidade para unidades de caixa que tenham diferenças de consolidação, incluindo as principais premissas subjacentes aos valores recuperáveis, ver a Nota 22 – Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo.

(q) Locação financeira e operacional

Quando o Grupo dá bens de locação e se verifica uma transmissão para o locatário de substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, a operação é contabilizada como uma locação financeira. Todas as outras operações são contabilizadas como locações operacionais.

Locação financeira e operacional - enquanto locatário

Os ativos detidos ao abrigo de contratos de locação financeira e locação-compra são capitalizados e reintegrados conforme descrito na Nota 1 (o) supra. Os encargos financeiros são imputados aos períodos contabilísticos de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da obrigação para cada exercício. As rendas devidas ao abrigo de contratos de locação operacional são levadas à conta de exploração em prestações constantes ao longo do prazo da locação e são contabilizadas na rubrica de despesas gerais e administrativas.

Locação financeira e operacional - enquanto locador

O investimento líquido em operações de locação financeira está incluído na rubrica de crédito sobre clientes. Os proveitos brutos ganhos durante o prazo da locação são imputados de forma a produzir uma taxa de rendibilidade periódica e constante sobre o investimento líquido. Os custos diretos de montagem das operações são adicionados ao valor inicial reconhecido do ativo. As rendas recebidas são contabilizadas na rubrica de proveitos de juros e proveitos equiparados.

Os ativos detidos para efeitos de locação a terceiros ao abrigo de contratos de locação operacional estão contabilizados na rubrica de imobilizado corpóreo e são reintegrados em quotas constante durante as suas vidas úteis estimadas. As rendas recebidas são contabilizadas em prestações constantes ao longo do prazo da locação na rubrica de outros proveitos operacionais.

Valores residuais

A exposição a valores residuais verifica-se devido à natureza incerta do valor do bem no termo do contrato. Durante a vida do bem, o seu valor residual varia devido à incerteza quanto ao mercado futuro e às alterações tecnológicas ou versões mais modernas do produto, bem como das condições económicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início da locação com base nas expectativas da administração relativas ao valor futuro do bem. Durante o prazo da locação, os valores residuais são revistos anualmente de forma a identificar uma potencial imparidade. As reduções do valor residual que levem à imparidade de um bem são identificadas no âmbito destas revisões e são reconhecidas imediatamente.

(r) Participações em subsidiárias

As participações da Sociedade em subsidiárias, incluindo as ações não cotadas, são contabilizadas ao seu preço de custo deduzido de provisões para imparidade.

As quantias a receber em consequência da liquidação de subsidiárias são contabilizadas na rubrica de outros ativos.

94/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Grupo determina se é necessário reconhecer prejuízos por imparidade dos seus investimentos em participações em subsidiárias comparando o valor contabilístico do investimento com o valor líquido do ativo correspondente à subsidiária na data de prestação de informações.

(s) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento devidos sobre os resultados são reconhecidos como um custo com base nas leis fiscais aplicáveis em cada jurisdição no período a que tais resultados dizem respeito.

São reconhecidos ativos e passivos por impostos diferidos para as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contabilístico nas demonstrações financeiras. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis que permitam a utilização de tais diferenças.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto esperadas no período em que o ativo vai ser realizado ou o passivo vai ser liquidado, com base nas taxas de imposto em vigor ou substancialmente em vigor à data do balanço.

Os impostos diferidos relativos a ganhos ou prejuízos atuariais de benefícios pós reforma são reconhecidos em outras rubricas do resultado integral. Os impostos diferidos relativos a operações de pagamento baseadas em ações são reconhecidos diretamente no capital na medida em que o valor estimado da dedução fiscal futura seja superior ao valor do custo acumulado da remuneração relacionada. Os impostos diferidos relativos a reavaliação do justo valor de investimentos disponíveis para venda e de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa que são levados a débito ou a crédito em outras rubricas do resultado integral também são levados a débito ou a crédito de outras rubricas do resultado integral e posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados quando o ganho ou perda de justo valor diferido for reconhecido na demonstração de resultados.

Os impostos sobre o rendimento abrangem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quando digam respeito a itens reconhecidos em outras rubricas do resultado integral ou diretamente no capital, caso em que são reconhecidas na demonstração correspondente em que o item relacionado figura.

(t) Obrigações relativas a pensões de reforma

O Grupo participa e gere planos de pensões contributivos definidos estatais e não estatais para os empregados no Reino Unido e localmente no estrangeiro. O valor que é abatido aos lucros é igual ao montante das contribuições devidas a respeito dos serviços prestados durante o exercício.

O Grupo também participa e continua a gerir planos de pensões definidos para empregados em Espanha, na Noruega, em Itália, nos Países Baixos, na Áustria, na Bélgica e na Grécia. Os empregados não fazem contribuições em relação às pensões de base. Em relação aos planos de pensões definidos no estrangeiro, o passivo reconhecido no balanço é igual ao valor atual, calculado utilizando métodos atuariais, da obrigação de pagar pensões definidas na data do balanço deduzido do justo valor dos ativos afetos ao plano.

A obrigação de pagar pensões definidas é calculada anualmente por atuários independentes usando o método da unidade de crédito projetada. O valor atual da obrigação de pagar pensões definidas é determinado descontando as saídas de fluxos de caixa futuras estimadas, usando taxas de juro de obrigações de emitentes privados de grande qualidade, denominadas na moeda em que as pensões serão pagas e com prazos até ao vencimento aproximados do prazo da responsabilidade por pensões relacionada. Os ganhos e prejuízos atuariais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado integral. Os custos por serviços presentes e passados, os custos de juros e a rendibilidade esperada dos ativos são reconhecidos na conta de exploração.

41/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reconhece-se um excedente no balanço quando um benefício económico fica disponível sob a forma de uma redução das contribuições futuras ou um reembolso à Sociedade.

(u) Planos de incentivos baseados em ações

O Grupo participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup Inc. ("Citigroup"), ao abrigo dos quais o Citigroup concede ações aos empregados da Sociedade. Ao abrigo de um acordo separado (o Acordo de Participação de Afiliada nos Planos de Ações - APAPA), a Sociedade procede a um pagamento em dinheiro ao Citigroup equivalente ao justo valor dos bónus sob a forma de incentivos baseados em ações entregues aos empregados da Sociedade de acordo com esses planos.

O Grupo adotou uma contabilização liquidada em ações para os seus planos de incentivos baseados em ações, com uma contabilização separada das obrigações associadas de fazer pagamentos ao Citigroup. O Grupo reconhece o justo valor dos bónus na data da sua concessão como despesas de remuneração ao longo do período de cristalização, com um crédito correspondente nos fundos próprios como uma prestação de capital do Citigroup. Todas as quantias pagas ao Citigroup e as obrigações associadas ao abrigo do APAPA são reconhecidas nos fundos próprios ao longo do período de cristalização. As alterações posteriores do justo valor de todos os direitos não exercidos e do APAPA são revistas anualmente e as eventuais alterações de valor são reconhecidas na reserva de capital, mais uma vez ao longo do período de cristalização.

Para os planos de incentivos baseados em ações do Citigroup que têm um período de cristalização escalonado, cada tranche do bónus é tratada como um bónus separado; quando o programa prevê uma cristalização em pico, o bónus tem uma só tranche. A despesa é reconhecida no primeiro ano de diferimento.

Período de cristalização do bónus	Percentagem de despesa reconhecida			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2 anos (2 tranches)	75%	25%		
2 anos (1 tranche)	50%	50%		
3 anos (3 tranches)	61%	28%	11%	
3 anos (1 tranche)	33%	33%	33%	
4 anos (4 tranches)	52%	27%	15%	6%
4 anos (1 tranche)	25%	25%	25%	25%

No entanto, os empregados que preencham determinados requisitos em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar o serviço ativo e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bónus desde que cumpram determinadas disposições específicas em matéria de não concorrência. O custo dos planos de incentivos baseados em ações são reconhecidos ao longo do período de serviço necessário. Para os bónus concedidos a empregados elegíveis para reforma, os serviços são prestados antes da data de concessão e, posteriormente, os custos são objeto de acréscimo no exercício anterior à data da concessão.

(v) Provisões

São criadas provisões quando é provável que seja necessária uma saída de benefícios económicos para liquidar uma obrigação legal ou interpretativa efetiva resultante de acontecimentos passados e se pode fazer uma estimativa razoável do montante de tal obrigação. Inclui situações em que o Grupo tem compromissos relativos a facilidades de crédito não sacadas e são criadas provisões para os prejuízos esperados.

(w) Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem saldos com um prazo original inferior a três meses, incluindo: caixa e saldos não sujeitos a restrições junto de bancos centrais, bilhetes do tesouro e outras obrigações elegíveis, crédito sobre bancos e quantias devidas por outros bancos.

46/28

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(x) Atividades fiduciárias

O Grupo atua regularmente como trustee ou noutras qualidades fiduciárias que levam à detenção ou colocação de ativos por conta de particulares, trusts, planos de reforma e outras instituições. Ao agir nessa qualidade, o Grupo concluiu que atua como um agente e, por conseguinte, esses ativos e os proveitos decorrentes dos mesmos são excluídos destas demonstrações financeiras uma vez que não são ativos do Grupo.

(y) Garantias financeiras e compromissos de concessão de crédito

As garantias financeiras são contratos que obrigam o Grupo a fazer determinados pagamentos para indemnizar o titular de algum prejuízo em que incorra em consequência de um determinado devedor não proceder a um pagamento na data devida de acordo com os termos de um instrumento de dívida. Os compromissos de concessão de crédito são compromissos firmes de conceder crédito em termos e condições pré-acordados.

Os passivos emergentes de garantias financeiras ou compromissos de concessão de crédito a taxas de juro inferiores às taxas de mercado são inicialmente mensurados ao justo valor e o justo valor inicial é amortizado ao longo da vida da garantia ou do compromisso. O passivo é posteriormente refletido ao seu custo amortizado ou ao valor presente do eventual pagamento esperado para liquidar a responsabilidade quando um pagamento ao abrigo do contrato se tenha tornado provável, consoante o que for maior. As garantias financeiras e os compromissos de concessão de crédito a taxas de juro inferiores às taxas de mercado figuram nos outros passivos.

2. Utilização de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Grupo são sensíveis às políticas contabilísticas, às premissas e às estimativas subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas acima em pormenor.

A preparação das demonstrações financeiras obriga a administração a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores comunicados dos ativos, passivos, proveitos e custos. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são revistas regularmente. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que se verificam e nos períodos futuros afetados.

Em particular, a informação sobre áreas de estimativa, incerteza e julgamento crítico significativas na aplicação das políticas contabilísticas e que têm o impacto mais relevante nos valores reconhecidos nas demonstrações financeira é a seguinte:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras áreas cruciais de estimativa incerta na data de prestação de informações que tenham um risco significativo de causarem um ajustamento material ao valor contabilísticos de ativos e passivos no exercício seguinte são descritas seguidamente. O Grupo baseou as suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem variar devido a alterações no mercado ou circunstâncias fora do controlo do Grupo. Estas alterações são refletidas nas premissas no momento em que se verificam.

Imparidade do crédito e momento do reconhecimento de perdas

A política contabilística do Grupo relativa aos prejuízos por imparidade do crédito sobre clientes está descrita na Nota 1 (I). Para determinar se certos prejuízos por imparidade devem ser registados na conta de exploração, o Grupo avalia se existem dados observáveis que indiquem que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma determinada carteira de crédito antes do decréscimo poder ser identificado num crédito em especial integrante dessa carteira. A administração

ut/ra

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

recorre a estimativas que se baseiam na experiência histórica em termos de prejuízos e à experiência de prejuízos incorridos mas ainda não identificados em ativos com características de risco de crédito e sinais objetivos de imparidade semelhantes aos da carteira, quando estima os seus fluxos de caixa futuros. A Nota 17 – Provisões para risco de crédito fornece elementos sobre os movimentos nas provisões para imparidade do exercício.

Provisões

A política contabilística do Grupo para reconhecimento de provisões é descrita na Nota 1(v). A Nota 28 – Provisões para riscos e encargos divulga as categorias de provisões reconhecidas.

A rubrica de outras provisões inclui provisões para compromissos de concessão de crédito não sacados. Uma abordagem semelhante às provisões para risco de crédito é utilizada para calcular as provisões para perdas esperadas relacionadas com compromissos de concessão de crédito não financiados. Para uma descrição mais pormenorizada da abordagem ao reconhecimento de perdas em relação à imparidade do crédito sobre clientes, ver a secção acima intitulada "Imparidade do crédito e momento do reconhecimento de perdas".

Avaliação de instrumentos financeiros

A política contabilística do Grupo relativa à avaliação de instrumentos financeiros consta das Notas 1 (j) e 1 (k). O justo valor de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos é determinado recorrendo a técnicas de avaliação. Tanto quanto possível, os modelos só usam dados observáveis; quando tal não é possível, a administração pode ter de fazer estimativas. A Nota 15 – Ativos e passivos financeiros fornece mais elementos sobre a avaliação dos instrumentos financeiros.

Durante 2011, em consequência da evolução das práticas do setor, o Grupo começou a incorporar curvas de swaps indexados ao *overnight* ("OIS") como fatores para a mensuração do justo valor de determinados instrumentos garantidos relacionados com taxas de juro. As curvas de OIS refletem as taxas de juro pagas em garantias em dinheiro dadas em contrapartida do justo valor desses instrumentos derivados. A Sociedade julga que usar as curvas de OIS relevantes para determinar mensurações do justo valor reflete melhor o justo valor destes instrumentos derivados garantidos relacionados com taxas de juro. Até 2011, a Sociedade usava as curvas de referência relevantes para a moeda do instrumento derivado (por exemplo, as curvas de referência do dólar da *London Interbank Offered Rates* para instrumentos derivados em dólares) como taxa de desconto para estes instrumentos derivados garantidos relacionados com taxas de juro.

À data de 31 de dezembro de 2013, o Grupo não tinha reconhecido nenhum ajustamento de avaliação para refletir o custo de financiar posições de instrumentos derivados não garantidos para além do implícito na curva de referência relevante. O Citi continua a acompanhar as práticas e atividades do mercado relativas aos descontos na avaliação de instrumentos derivados.

Imparidade de diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo e corpóreo

A política contabilística do Grupo para avaliar se há alguns sinais de que o seu imobilizado corpóreo ou incorpóreo está afetado por imparidade está descrita na Nota 1(p).

Para mais elementos sobre os testes de imparidade para unidades de caixa que tenham diferenças de consolidação, incluindo as principais premissas subjacentes aos valores recuperáveis, ver a Nota 22 – Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo.

Obrigações relativas a pensões de reforma

O Grupo participa em planos de pensões definidos geridos localmente para as suas sucursais europeias. Os planos de pensões definidos são avaliados numa base atuarial, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, a mortalidade e a rendibilidade dos investimentos. De acordo com a NIC 19 revista, a rendibilidade esperada dos ativos do plano é calculada aplicando a taxa de desconto de obrigações de emitentes privados com um rating AA. As taxas de inflação são selecionadas por referência aos objetivos do Banco Central Europeu para a inflação. As premissas relativas à mortalidade baseiam-se nas normas relevantes do setor e nas tabelas de mortalidade nacionais. As taxas de desconto baseiam-se em índices específicos de obrigações de emitentes privados que refletem a curva de rendibilidade

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

subjacente a cada plano. É necessária uma avaliação por parte da administração para estimar a taxa de crescimento futuro dos salários. Todas as premissas são imparciais, mutuamente compatíveis e baseadas em expectativas do mercado na data de prestação de contas. A sensibilidade das principais premissas é debatida na Nota 13 – Obrigações relativas a pensões de reforma.

Ativos por impostos diferidos

A política contabilística do Grupo relativa ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos está descrita na Nota 1 (s). É reconhecido um ativo por impostos diferidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros adequados a que possam ser abatidas as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo por impostos diferidos depende de julgamentos da administração relativos à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros adequados, ao estorno das diferenças temporárias tributáveis existentes e a estratégias de planeamento.

O valor dos ativos por impostos diferidos reconhecidos baseia-se nos indícios disponíveis sobre a situação na data do balanço e obriga a administração a fazer julgamentos da maior importância, especialmente os que se baseiam nas suas projeções para o crescimento da atividade, prejuízos do crédito e duração da recuperação económica em geral.

Os julgamentos da administração tomam em conta o impacto tanto dos sinais positivos como dos negativos, incluindo resultados financeiros históricos e projeções de lucros tributáveis futuros, dos quais depende de forma relevante o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos. A Nota 25 analisa os ativos por impostos diferidos com maior profundidade.

As projeções da administração sustentam a premissa que é provável que os resultados futuros do Grupo gerem lucros tributáveis suficientes e adequados para que os ativos por impostos diferidos possam ser utilizados.

Planos de incentivos baseados em ações

Os bónus concedidos através do Programa de Opções sobre Ações do Citigroup são mensurados aplicando um modelo de fixação de preços de opções, tendo em conta os termos e condições do programa. A análise do comportamento no exercício anterior, o historial de dividendos do Citigroup e a volatilidade histórica são considerados no modelo de avaliação.

Ajustamentos de avaliação do crédito e ajustamentos de avaliação da dívida

Aplicam-se ajustamentos de avaliação do crédito (AAC) aos instrumentos derivados do mercado de balcão, em que a base de avaliação geralmente desconta os fluxos de caixa esperados usando uma curva de swaps indexados ao *overnight* (OIS). Dado que nem todas as contrapartes apresentam o mesmo risco de crédito que o implícito na curva de OIS relevante, é necessário incorporar na avaliação a visão do mercado, tanto do risco de crédito da contraparte, como do próprio risco de crédito do Citi.

A metodologia de AAC do Citigroup desenvolve-se em dois passos. Primeiro, é determinado o perfil de exposição para cada contraparte usando os termos de todas as posições individuais em instrumentos derivados e uma simulação Monte Carlo ou outra análise quantitativa para gerar uma série de fluxos de caixa esperados em pontos futuros no tempo. O cálculo deste perfil de exposição considera o efeito de fatores de mitigação do risco de crédito, incluindo penhores de dinheiro ou outras garantias e o eventual direito jurídico de compensação que exista com uma contraparte através de acordos como acordos de liquidação em base líquida. Os contratos individuais de instrumentos derivados que são objeto de um acordo-quadro de liquidação em base líquida com uma contraparte são agregados para este efeito, dado que são estes fluxos de caixa agregados que estão sujeitos a risco de incumprimento. Este processo identifica fluxos de caixa específicos num determinado ponto no futuro que estão sujeitos a risco de incumprimento, em vez de usar o ativo ou passivo líquido reconhecido como base para medir o AAC. Seguidamente, a visão do mercado quanto à probabilidade de incumprimento derivada das margens de crédito observadas no mercado de swaps de incumprimento de crédito (*credit default swaps* ou CDS) é aplicada aos fluxos de caixa futuros esperados determinados no passo um.

O AAC do crédito próprio é determinado usando as margens dos swaps de incumprimento de crédito específicas do Citi para o prazo relevante. Em geral, o AAC da contraparte é determinado usando índices

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de margem de CDS para cada rating e prazo de crédito. Para determinadas facilidades identificadas em que a análise individual é possível (por exemplo, exposições a contrapartes *monoline*), as margens de CDS específicas da contraparte são usadas.

O AAC destina-se a incorporar a visão do mercado do risco de crédito inerente à carteira de instrumentos derivados. No entanto, a maioria dos instrumentos derivados são contratos bilaterais negociados e normalmente não são transmitidos a terceiros. Os instrumentos derivados são normalmente liquidados de acordo com o contrato ou, se forem resolvidos antecipadamente, são liquidados a um valor negociado bilateralmente entre as contrapartes.

São reconhecidos ajustamentos de avaliação da dívida própria (AAD), usando as margens de crédito do Citigroup observadas nos mercados obrigacionistas, para os títulos de dívida em circulação designados ao justo valor. Em consequência, o justo valor dos títulos de dívida em circulação é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

Tanto o AAC como o AAD podem não ser realizados aquando da liquidação ou resolução no exercício normal da atividade. Além disso, a totalidade ou uma parte dos ajustamentos de avaliação do crédito pode ser estornada ou ajustada em períodos futuros em caso de alterações do risco de crédito do Citigroup ou das suas contrapartes ou de alterações dos fatores de mitigação do crédito (garantias e acordos de liquidação em base líquida) associados aos instrumentos derivados.

O Grupo designou vários instrumentos financeiros ao justo valor através da conta de exploração. De acordo com a NIC 39, o Grupo tem de considerar o seu próprio risco de crédito para determinar o justo valor destes passivos.

Durante 2013, o Grupo registou prejuízos de AAC/AAD num valor aproximado de £10 milhões (2012: prejuízos de £38 milhões).

3. Margem financeira

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Proveitos de juros e proveitos equiparados				
Caixa e depósitos em bancos centrais	3	6	3	6
Crédito sobre bancos	68	37	68	37
Crédito sobre clientes	139	191	131	187
Títulos da carteira de investimento	37	51	37	51
Outros proveitos de juros	28	30	28	30
	<u>275</u>	<u>315</u>	<u>267</u>	<u>311</u>
Custos de juros e custos equiparados				
Depósitos de bancos	47	36	47	36
Contas de clientes	30	34	30	33
Títulos de dívida em circulação	21	8	13	5
Outros juros pagos	7	6	7	6
	<u>105</u>	<u>84</u>	<u>97</u>	<u>80</u>
Margem financeira	<u>170</u>	<u>231</u>	<u>170</u>	<u>231</u>

A margem financeira relativa a rubricas não contabilizadas ao justo valor ascendeu a £111 milhões (2012: £244 milhões) para o Grupo e £110 milhões (2012: £239 milhões) para a Sociedade.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

50/2

4. Proveitos de dividendos

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Custos de dividendos	-	1	14	1
	-	1	14	1

EMSO Partners Limited pagou dividendos intercalares no valor de £11 milhões (2012: £0) à Sociedade. O Diners Club UK Limited pagou dividendos intercalares no valor de £3 milhões (2012: £0) à Sociedade.

5. Proveitos líquidos de comissões

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Proveitos de comissões	312	303	302	262
Custos de comissões	(23)	(15)	(22)	(14)
	289	288	280	248

Os proveitos e custos de comissões do Grupo incluem uma verba de £64 milhões (2012: £100 milhões) relativa a proveitos de comissões de atividades de trust e fiduciárias. Os custos relativos a estas atividades, no valor de £89 milhões (2012: £75) estão incluídos nos custos de comissões e nas despesas gerais e administrativas do Grupo.

Os proveitos de comissões do Grupo no valor de £258 milhões (2012: £237 milhões) dizem respeito a ativos e passivos financeiros não contabilizados ao justo valor. Os proveitos líquidos de comissões da Sociedade incluem £249 milhões (2012: £192 milhões) relativos a ativos e passivos financeiros não contabilizados ao justo valor.

6. Lucros/(prejuízos) líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Prejuízos líquidos de instrumentos financeiros designados ao justo valor	-	(13)	-	(13)
Proveitos líquidos de negociação	35	33	35	33
	35	20	35	20

7. Proveitos líquidos de investimentos

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Disponíveis para venda:				
- Títulos de dívida	2	-	2	-
	2	-	2	-

51/24

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Custos com o pessoal

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Remunerações	178	169	178	170
Contribuições para a segurança social	37	35	37	35
Custos com incentivos baseados em ações (Nota 14)	5	6	5	6
Custos com pensões e benefícios pós reforma				
- planos contributivos definidos	6	7	6	7
- planos de pensões definidos (Nota 13)	9	15	9	15
Custos de reestruturação	9	14	9	14
	<u>244</u>	<u>246</u>	<u>244</u>	<u>247</u>

* A divulgação do exercício anterior relativa aos planos de benefícios definidos e, conseqüentemente, aos salários foi reformulada para ser consentânea com a apresentação deste exercício, tal como descrito na Nota 1(b) – Alterações da política contabilística e divulgações, NIC 19 – “Benefícios dos empregados – Alterações”.

O número médio de pessoas empregadas pelo Grupo durante o exercício foi 4.509 (2012: 4.389).

9. Despesas gerais e administrativas

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Despesas administrativas	114	162	72	139
Custos com programas informáticos	-	4	-	4
	<u>114</u>	<u>166</u>	<u>72</u>	<u>143</u>

As despesas administrativas incluem a remuneração dos auditores, como segue:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Auditoria destas demonstrações financeiras	0,7	0,7	0,7	0,7
Comissões recebidas pelos auditores do Grupo e pelas suas associadas a respeito de:				
Auditoria das demonstrações financeiras de subsidiárias da Sociedade	0,1	0,1	-	-
Todos os outros serviços	0,1	0,1	0,1	0,1
	<u>0,9</u>	<u>0,9</u>	<u>0,8</u>	<u>0,8</u>

O Financial Services Compensation Scheme (“FSCS”) indenizou clientes na sequência do colapso de algumas instituições tomadoras de depósitos. As indenizações pagas aos clientes são atualmente financiadas através de contribuições do Banco de Inglaterra e do Tesoureiro de Sua Majestade, que ascendiam a aproximadamente £17 mil milhões em 31 de dezembro de 2013. Para reembolsar o saldo de capital que não se espera recuperar, o FSCS confirmou em fevereiro de 2013 que iria levantar aproximadamente £363 milhões durante o Ano do Plano 2013/2014 e nos dois Anos do Plano seguintes, a título de taxas junto das instituições financeiras participantes. Em janeiro de 2014, o FSCS anunciou que as taxas esperadas a serem pagas pelas instituições financeiras para o Ano do Plano 2014/2015 ascenderiam a £399 milhões. Atualmente, a Taxa para Despesas de Gestão paga pelo Grupo representa a sua quota-parte dos interesses neste empréstimo. O Grupo pode ficar responsável por pagar ainda outra parte do empréstimo em curso que o FSCS tomou do Tesoureiro de Sua Majestade.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O valor acrescido à data de 31 de dezembro de 2012 era de £2,6 milhões (2012: £1,6 milhões), o que representa £1,7 milhões para 2013 e £0,9 milhões para 2012. Este valor está incluído nas despesas administrativas.

O valor final das taxas para o FSCS aplicadas ao setor em consequência dos colapsos não pode ser estimado com fiabilidade neste momento, uma vez que depende de vários fatores incertos, incluindo a potencial recuperação de ativos pelo FSCS e alterações das taxas de juro e níveis dos depósitos protegidos e dos membros do FSCS em cada momento.

10. Prejuízos na alienação de operações

Em 28 de maio de 2013, o Grupo vendeu a sua carteira de crédito a particulares não abatido e a sua carteira de cartões de crédito encerrados na Grécia por uma contrapartida total de £19 milhões (€22 milhões), com prejuízos no valor de £8 milhões (€9 milhões).

Em 19 de dezembro de 2013, o Grupo vendeu a sua carteira de crédito hipotecário na Grécia por uma contrapartida total de £56 milhões (€66 milhões), com prejuízos no valor de £37 milhões (€43 milhões).

Grupo e Sociedade	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Produto	75	-
Menos:	(120)	-
Valor contabilístico do negócio / carteira	<u> </u>	<u> </u>
Prejuízos na venda	<u>(45)</u>	<u>-</u>

11. Lucros na venda de subsidiárias

Grupo e Sociedade	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Produto	19	-
Menos:	(11)	-
Valor contabilístico do negócio / carteira	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Despesas diretamente relacionadas com a venda	<u>7</u>	<u>-</u>
Lucros na venda	<u>7</u>	<u>-</u>

Em 8 de agosto de 2013, a Sociedade vendeu o seu investimento na EMSO Partners Limited a um terceiro por uma contrapartida de £19 milhões. O lucro realizado na venda ascendeu a £7 milhões.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. Custos com impostos sobre o rendimento

(a) Análise do encargo fiscal do exercício

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Impostos correntes:				
Prejuízos fiscais cedidos com contrapartida	-	(30)	-	(30)
Correções a exercícios anteriores	30	-	30	-
Total de imposto no Reino Unido	30	(30)	30	(30)
Impostos correntes no estrangeiro	12	13	12	13
Correções por impostos no estrangeiro de exercícios anteriores	(10)	(104)	(10)	9
	32	(121)	32	(8)
Impostos diferidos:				
Originação e estorno de diferenças temporárias				
- Reino Unido	(40)	21	(40)	21
- Estrangeiro	15	(27)	15	(27)
Correções a exercícios anteriores	(6)	17	(6)	17
Correções devido a alteração da taxa de tributação	30	15	30	15
Total de impostos diferidos (Nota 25)	(1)	26	(1)	26
Total do encargo/(crédito) de imposto do exercício	31	(95)	31	18

(b) Fatores que afetam o encargo fiscal do exercício

O imposto calculado para o Grupo e para a Sociedade para o exercício difere da taxa normal de tributação no Reino Unido de 23,3% (2012: 24,5%). Estas diferenças são explicadas seguidamente:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Resultados antes de impostos	(18)	(86)	28	16
Resultados x taxa normal de imposto no RU de 23,3% (2012: 24,5%)	(4)	(21)	7	4
Efeitos de:				
Proveitos de dividendos	-	-	(3)	-
Montantes abatidos aos investimentos	(1)	1	-	(28)
Dedução de impostos estrangeiros	(2)	(3)	(2)	(3)
Outros proveitos não dedutíveis para efeitos fiscais	(26)	(9)	(26)	(9)
Benefícios fiscais do Grupo cedidos sem contrapartida	7	(4)	-	-
Impostos no estrangeiro relativos a subsidiárias europeias	12	13	12	13
Correções devido a alteração das taxas de tributação	30	15	30	15
Correções a encargos fiscais de exercícios anteriores	15	(87)	13	26
Total do encargo/(crédito) de imposto do exercício	31	(95)	31	18

O crédito de imposto agregado do Grupo e da Sociedade relativos a rubricas levadas aos fundos próprios à data de 31 de dezembro de 2013 ascendeu a £4 milhões (2011: £14 milhões).

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Alteração do justo valor de ativos disponíveis para venda	(6)	3	(6)	3
Prejuízos atuariais em pensões de reforma	3	(12)	3	(12)
	(3)	(9)	(3)	(9)
Rubricas levadas direct. a capital - remuneração baseada em ações	(1)	(5)	(1)	(5)
	(4)	(14)	(4)	(14)

54/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. Obrigações relativas a pensões de reforma

O Grupo participa em planos de pensões de benefícios e contribuições definidos geridos localmente para as suas sucursais europeias. As sucursais no estrangeiro na Bélgica, Países Baixos, Noruega, Espanha e Grécia gerem localmente planos de reforma definidos. Em alguns países europeus, a entidade patronal paga contribuições para o fundo de pensões gerido pelo Estado. O Grupo cumpre as suas obrigações a este respeito conforme exigido pela legislação local. No Reino Unido, o Grupo participa num plano de contribuições definido.

As contribuições regulares da entidade patronal para os planos de pensões definidos em 2013 foram de £2 milhões para o Grupo para a Sociedade (2012: £9 milhões para o Grupo e para a Sociedade). Em 2014, a Sociedade espera fazer contribuições num valor aproximado de £2 milhões. As obrigações relativas a benefícios definidos abrangem os atuais empregados, os antigos empregados e os atuais pensionistas. A vida média destas obrigações é de 17,6 anos. Os planos principais providenciam benefícios relacionados com o salário perto da reforma ou da saída do serviço em momento anterior.

Durante o exercício, foram feitas alterações às obrigações relativas a pensões na Grécia para compensar as alterações das disposições em matéria de segurança social na Grécia. Além disso, verificou-se um corte na Grécia. Para além do já referido, não se verificaram mais alterações, cortes ou liquidações significativos no Grupo durante o exercício.

Os montantes reconhecidos no balanço foram determinados como segue:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Valor atual das obrigações com benefícios definidos financiadas	(296)	(298)	(296)	(298)
Justo valor dos ativos do plano	226	226	226	226
Défice	(70)	(72)	(70)	(72)
Valor atual das obrigações com benefícios definidos não financiadas	(10)	(14)	(10)	(14)
Responsabilidade reconhecida no balanço (Nota 27)	(80)	(86)	(80)	(86)
Ativos por impostos diferidos	16	20	16	20
Responsabilidade líquida por pensões	(64)	(66)	(64)	(66)

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 - "Benefícios dos Empregados - Alterações".

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Custos operacionais:				
Custo dos serviços presentes	(6)	(4)	(6)	(4)
Custo dos serviços passados (incluindo rescisões)	1	(9)	1	(9)
Despesas administrativas	(1)	(1)	(1)	(1)
Custos financeiros:				
Custos de juros	(11)	(11)	(11)	(11)
Rendibilidade esperada dos ativos do plano	8	10	8	10
Custos reconhecidos na demonstração de resultados (Nota 8)	(9)	(15)	(9)	(15)

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 - "Benefícios dos Empregados - Alterações".

55/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As alterações do valor atual das obrigações relativas a benefícios definidos durante o exercício foram as seguintes:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Obrigações relativas a pensões definidas no início do exercício	(312)	(231)	(312)	(231)
Diferenças cambiais	(6)	4	(6)	4
Custo dos serviços presentes	(6)	(45)	(6)	(45)
Custos de juros	(11)	(11)	(11)	(11)
Remensurações por alteração das premissas financeiras	49	(68)	49	(68)
Remensurações por alteração das premissas demográficas	(1)	(1)	(1)	(1)
Remensurações por alteração da experiência de passivos	(31)	3	(31)	3
Pensões líquidas pagas	11	11	11	11
Custo dos serviços passados	1	(9)	1	(9)
Aumento líquido em passivos de aquisições	-	(6)	-	(6)
Obrigações relativas a pensões definidas no fim do exercício	<u>(306)</u>	<u>(312)</u>	<u>(306)</u>	<u>(312)</u>

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 - "Benefícios dos Empregados - Alterações".

As alterações do justo valor dos ativos do plano durante o exercício foram as seguintes:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Justo valor dos ativos do plano no início do exercício	226	204	226	204
Diferenças cambiais	4	(3)	4	(3)
Rendibilidade esperada dos ativos	8	10	8	10
Remensurações dos ativos do plano	(2)	13	(2)	13
Contribuições da entidade patronal	2	9	2	9
Pensões líquidas pagas	(11)	(11)	(11)	(11)
Custos de administração incorridos	(1)	(1)	(1)	(1)
Aumento líquido em ativos de aquisições	-	5	-	5
Justo valor dos ativos do plano no fim do exercício	<u>226</u>	<u>226</u>	<u>226</u>	<u>226</u>

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 - "Benefícios dos Empregados - Alterações".

A rendibilidade efetiva dos ativos do plano foi a seguinte:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Rendibilidade esperada dos ativos do plano	8	10	8	10
Remensurações dos ativos do plano	(2)	13	(2)	13
Rendibilidade efetiva dos ativos do plano	<u>6</u>	<u>23</u>	<u>6</u>	<u>23</u>

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 - "Benefícios dos Empregados - Alterações".

A decomposição das quantias reconhecidas fora da demonstração de resultados e mencionadas na demonstração do resultado integral é a seguinte:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Total de ganhos prejuízos atuariais	15	(53)	15	(53)
Ganhos totais na demonstração do resultado integral	<u>15</u>	<u>(53)</u>	<u>15</u>	<u>(53)</u>
Valor acumulado dos prejuízos reconhecidos na demonstração do resultado integral	<u>(101)</u>	<u>(116)</u>	<u>(98)</u>	<u>(113)</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O historial em termos de valores dos ativos, obrigações relativas a pensões definidas, défice do plano e experiência de ganhos e prejuízos do Grupo é o seguinte:

Grupo	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2011 £ milhões	2010 £ milhões	2009 £ milhões
Justo valor dos ativos do plano	226	226	204	199	160
Obrigações de pensões definidas	(306)	(312)	(230)	(217)	(172)
Défice do plano	(80)	(86)	(26)	(18)	(12)
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2011 £ milhões	2010 £ milhões	2009 £ milhões
Experiência de ganhos/(prejuízos) nos ativos do plano	(2)	13	(4)	(2)	10
Experiência de prejuízos nos passivos do plano	(31)	4	(4)	(15)	(1)
Ganhos/(prejuízos) de premissas nos passivos do plano	48	(70)	(10)	(2)	(6)
Total de ganhos/(prej.) atuariais nos passivos do plano	17	(66)	(14)	(17)	(7)
Total de ganhos / (prejuízos) atuariais	15	(53)	(18)	(19)	3

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 – "Benefícios dos Empregados – Alterações".

O historial em termos de valores dos ativos, obrigações relativas a pensões definidas, défice do plano e experiência de ganhos e prejuízos da Sociedade é o seguinte:

Sociedade	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2011 £ milhões	2010 £ milhões	2009 £ milhões
Justo valor dos ativos do plano	226	226	204	199	160
Obrigações de pensões definidas	(306)	(312)	(230)	(217)	(172)
Défice do plano	(80)	(86)	(26)	(18)	(12)
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2011 £ milhões	2010 £ milhões	2009 £ milhões
Experiência de ganhos/(prejuízos) nos ativos do plano	(2)	13	(4)	(2)	10
Experiência de prejuízos nos passivos do plano	(31)	4	(4)	(15)	(1)
Ganhos/(prejuízos) de premissas nos passivos do plano	48	(70)	(10)	(2)	(5)
Total de ganhos/(prej.) atuariais nos passivos do plano	17	(66)	(14)	(17)	(6)
Total de ganhos / (prejuízos) atuariais	15	(53)	(18)	(19)	4

* A divulgação do ano anterior foi reformulada para ser coerente com a apresentação deste exercício conforme descrito na Nota 1(b), "Alterações da política contabilística e divulgações" - NIC 19 – "Benefícios dos Empregados – Alterações".

As premissas com maior impacto nos resultados da avaliação são as relativas à taxa de desconto dos passivos do plano e às taxas de mortalidade. A esperança de vida dos participantes no plano é uma premissa crucial. No entanto, espera-se que as premissas relativas à mortalidade variem de um país para outro devido a variações na mortalidade da população subjacente, bem como a variações no perfil do participante típico nos planos de pensões da Sociedade. A esperança de vida média de uma pessoa que se reforme aos 65 anos é de 17 anos para os indivíduos do sexo masculino e 21 anos para os do sexo feminino.

Através do seu plano de pensões de benefícios definidos, o Grupo está exposto a alguns riscos, de que detalhamos os mais significativos a seguir:

- a possibilidade que a rendibilidade das obrigações se altere, o que afetaria a dimensão das obrigações e o nível dos custos com pensões;
- a possibilidade que a rendibilidade dos ativos seja inferior ao esperado;
- o risco de alteração das tabelas de mortalidade, dado que a maioria das obrigações relativas a pensões com benefícios definidos do CIP são de pagar prestações durante a vida do participante e um aumento da esperança de vida implicaria um aumento das responsabilidades;
- dado que o plano de pensões grego está integrado na segurança social, as eventuais alterações das pensões da Segurança Social grega poderiam levar potencialmente a pensões mais elevadas.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As premissas financeiras médias ponderadas utilizadas no cálculo das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2013 foram as seguintes:

	Grupo e Sociedade		
	2013	2012	2011
Taxa de desconto para avaliar os passivos do plano	3,80%	3,40%	4,90%
Taxa de aumento futuro dos salários	1,80%	3,20%	3,20%
Taxa de aumento das pensões a pagamento	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de inflação estimada	2,00%	2,20%	2,20%

O justo valor dos ativos do plano é o seguinte:

	Grupo e Sociedade					
	2013		2012		2011	
	Total do justo valor £milhões	Dos quais não cotados em mercados ativos £milhões	Total do justo valor £milhões	Dos quais não cotados em mercados ativos £milhões	Total do justo valor £milhões	Dos quais não cotados em mercados ativos £milhões
Ações	45	-	39	-	33	-
Imóveis	5	-	4	-	4	-
Obrigações - emitentes públicos	94	-	130	-	90	-
Obrigações - emitentes privados	71	-	42	-	63	-
Outros	11	3	11	-	14	3
Total do justo valor dos ativos	226	3	226	3	204	3

A principal premissa usada para a NIC 19 é a taxa de desconto, apesar de os resultados também sejam sensíveis a outras premissas, embora em menor medida. Se fossem usadas premissas diferentes, poderia haver um efeito material nos resultados divulgados. As análises de sensibilidade baseiam-se na alteração de uma premissa mantendo-se todas as outras constantes.

A sensibilidade das principais premissas usadas para avaliar as obrigações é a seguinte:

	Grupo e Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Efeito de reduzir a premissa de taxa de desconto 1% nos passivos	(55)	(59)
Efeito dos participantes viverem mais um ano do que o esperado nos passivos	(9)	(10)

14. Planos de incentivos baseados em ações

Como parte do seu programa de remuneração, a Sociedade participa nalguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup. Estes planos envolvem a concessão de opções sobre ações, ações sujeitas a restrições ou diferimento e pagamentos em ações. Estes bónus são usados para atrair, reter e motivar os quadros e os empregados e dar-lhes incentivos para o seu contributo para a performance e crescimento da Sociedade no longo prazo, bem como alinhar os seus interesses com os dos acionistas. Os programas de incentivos são geridos pela Comissão de Pessoal e Remunerações do Conselho de Administração do Citigroup Inc., que é composta integralmente por administradores sem estatuto de assalariados.

No programa de concessão de ações, o Citigroup emite ações ordinárias sob a forma de ações sujeitas a restrições, ações sujeitas a diferimento e pagamentos em ações. Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações não são emitidas a favor do empregado (no caso de concessão de ações sujeitas a diferimento) ou não podem ser vendidas nem transmitidas pelos participantes (no caso de ações sujeitas a restrições) até que as condições para cristalização estejam preenchidas. As pessoas que recebem ações sujeitas a diferimento não têm nenhuns dos direitos dos

58/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

acionistas até que as ações lhes sejam entregues, mas em geral têm o direito de receber pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. As pessoas que recebem ações sujeitas a restrições têm direitos de voto limitados e o direito a receber dividendos ou pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. Depois das ações se cristalizarem, podem ser transmitidas livremente, mas no caso de determinados empregados, podem estar sujeitas a restrições quanto à transmissão pelos seus termos ou por compromissos de manter a sua titularidade.

O valor por ação das ações ordinárias do Citigroup Inc. era de \$52,11 em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012: \$39,56).

O Citigroup participou numa operação de aglutinação de 1 para 10 das ações ordinárias do Citigroup com efeitos a partir do fecho da negociação em 6 de maio de 2011. Cada conjunto de dez ações ordinárias do Citigroup emitidas e em circulação foi automaticamente agregado numa única ação ordinária emitida e em circulação sem alteração do valor ao par por ação. Não foram emitidas frações de ações no contexto da operação de aglutinação.

(a) Programa de concessão de ações

A Sociedade participa no Programa de Acumulação de Capital ("PAC") do Citigroup, ao abrigo do qual são concedidas ações ordinárias do Citigroup aos empregados participantes, sob a forma de ações sujeitas a restrições ou diferimento.

Em geral, as ações sujeitas a restrições ou a diferimento concedidas ao abrigo do PAC constituem uma percentagem da remuneração anual a título de incentivo e cristalizam-se ao longo de um período de três ou quatro anos com início no primeiro aniversário da data de concessão ou numa data próxima. Geralmente, é necessário manter o emprego no Citigroup sem interrupções para que as ações concedidas ao abrigo do PAC e de outros programas de concessão de ações se cristalizem.

O programa prevê que os empregados que preencham determinados critérios em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar os seus serviços ativos e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bónus, desde que cumpram determinadas disposições específicas em termos de não concorrência. Os bónus concedidos a empregados elegíveis para reforma são objeto de acréscimo no ano anterior à data da concessão da mesma maneira que os bónus em dinheiro, de forma que na prática não existem condições para cristalização.

Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas nem transmitidas pelo empregado e o bónus fica sujeito a cancelamento se o participante deixar de trabalhar no Citigroup. Depois do bónus se cristalizar, as ações são livremente transmissíveis (sujeito ao compromisso de manter a sua titularidade, por parte dos quadros superiores). A partir da data da concessão, os empregados que recebam ações sujeitas a restrições podem determinar o sentido de voto das ações e receber dividendos regulares, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup. Os empregados que recebam ações sujeitas a diferimento recebem pagamentos equivalentes a dividendos, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup, mas não podem votar.

Como parte da remuneração desde 2011, a Sociedade aderiu a um acordo conhecido como bónus "UE curto prazo". Este bónus será concedido sob a forma de ações sujeitas a restrições que se cristalizam imediatamente, sujeito a uma restrição de venda de seis meses.

As informações relativas aos bónus de ações concedidos no exercício são as seguintes:

	2013	2012	2011*	2010*
Ações concedidas	128.712	274.950	173.219	165.467
Justo valor de mercado médio ponderado por ação	<u>\$44,37</u>	<u>\$30,62</u>	<u>\$50,26</u>	<u>\$35,20</u>

* Ajustado em 2011 para ter em conta a operação de aglutinação de ações.

59/08

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Historicamente, a Sociedade oferece vários programas de opções sobre ações do Citigroup aos seus empregados. No entanto, desde janeiro de 2005, só foram concedidas opções sobre ações a participantes no PAC que optaram por receber opções sobre ações em vez de ações sujeitas a restrições ou diferimento e a administradores não executivos que optem por receber a sua remuneração sob a forma de opções sobre ações.

Todas as opções sobre ações são concedidas sobre ações ordinárias do Citigroup com preços de exercício iguais ao justo valor de mercado na data da concessão.

(b) Programa de opções sobre ações

Desde 2009, o Grupo fez concessões discricionárias de opções a empregados elegíveis de acordo com o Programa de Concessão de Opções a Empregados do Citigroup (PCOEC) de base alargada, ao abrigo do Plano de Incentivos em Ações do Citigroup. Ao abrigo do PCOEC, as opções em geral cristalizam-se durante um prazo de três anos e têm prazos de 6 anos a contar da data da sua concessão. As ações adquiridas na sequência do exercício das opções não estão sujeitas a restrições de venda. Na medida permitida, as opções do PCOEC concedidas a empregados elegíveis do Reino Unido foram concedidas ao abrigo de um subplano aprovado pelas autoridades fiscais do Reino Unido, sendo o eventual excesso face ao limite individual aplicável concedido ao abrigo do plano global, que não é um plano aprovado por estas autoridades fiscais.

Os movimentos nas opções sobre ações em 2013 e 2012 relativos ao programa de opções sobre ações do Citigroup foram os seguintes:

	2013		2012	
	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$
Em vigor, início do exercício	250.699	49,78	257.898	60,20
Canceladas	-	-	(212)	40,80
Exercidas	(26.186)	40,80	-	-
Transferências	5.080	92,74	461	371,01
Expiradas	(932)	543,80	(7.448)	430,72
Em vigor, fim do exercício	<u>228.661</u>	<u>49,75</u>	<u>250.699</u>	<u>49,78</u>
Passíveis de exercício, fim do exercício	<u>228.661</u>	<u>49,75</u>	<u>250.699</u>	<u>49,78</u>

O quadro seguinte resume a informação sobre opções sobre ações em vigor em 31 de dezembro de 2013 ao abrigo dos programas de opções sobre ações do Citigroup:

Intervalo de preços de exercício	Número em vigor	Opções em vigor		Opções passíveis de exercício	
		Vida contratual média ponderada restante	Preço de exercício médio ponderado \$	Número passível de exercício	Preço de exercício médio ponderado \$
<\$50,00	218.611	1,83	40,80	218.611	40,80
\$50,00 - \$399,99	10.050	0,06	244,50	10.050	244,50
	<u>228.661</u>	<u>1,75</u>	<u>49,75</u>	<u>228.661</u>	<u>49,75</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte resume a informação sobre opções sobre ações em vigor em 31 de dezembro de 2012 ao abrigo dos programas de opções sobre ações do Citigroup:

Intervalo de preços de exercício	Número em vigor	Opções em vigor		Opções passíveis de exercício	
		Vida contratual média ponderada restante	Preço de exercício médio ponderado \$	Número passível de exercício	Preço de exercício médio ponderado \$
<\$50,00	241,012	2,83	40,80	241.012	40,80
\$50,00 - \$399,99	8.755	1,06	244,50	8.755	244,50
>450,00	932	0,04	543,80	932	543,80
	<u>250.699</u>	<u>2,76</u>	<u>49,78</u>	<u>250.699</u>	<u>49,78</u>

Premissas quanto ao justo valor

O Citigroup usa um modelo binominal para avaliar as suas opções sobre ações. A volatilidade foi estimada com base na volatilidade histórica das opções do Citigroup transacionadas, ajustada no caso de fatores conhecidos que podem afetar a volatilidade futura.

	2013	2012
Justo valor médio ponderado no fim do exercício das opções concedidas durante o exercício		
Opção	<u>\$0,00</u>	<u>\$0,00</u>
Vida média esperada ponderada		
Vida da opção	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>
Premissas de avaliação		
Volatilidade esperada	37,23%	42,56%
Taxa de juro sem risco	0,45%	0,38%
Dividendos anuais por ação esperados	0,08%	0,13%
Cancelamentos anuais esperados	<u>9,62%</u>	<u>9,62%</u>

6/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte discrimina o impacto dos planos de incentivos baseados em ações em termos de demonstrações financeiras:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
<u>Bónus concedidos em 2013</u>		
Bónus em ações	2,4	-
<u>Bónus concedidos em 2012</u>		
Bónus em ações	1,3	3,4
<u>Bónus concedidos em 2011</u>		
Bónus em ações	0,6	1,5
<u>Bónus concedidos em 2010</u>		
Bónus em ações	0,2	0,5
<u>Bónus concedidos em 2009 ou mais cedo</u>		
Bónus em ações	-	0,3
Bónus em opções sobre ações	-	0,2
<u>Acréscimos de caixa</u>	0,5	0,3
Total de despesa	5,0	6,2
	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Custos da compensação levado a resultados	5	6
Ajustamentos de justo valor levados ao capital	3	2
Valor contabilístico total das operações liquidadas em dinheiro	13	11

15. Ativos e passivos financeiros

Os quadros seguintes resumem o valor contabilístico e o justo valor dos ativos e passivos financeiros, bem como a classificação de cada classe de ativos e passivos financeiros.

Grupo 2013	Nota	Negociação £ milhões	Disponíveis para venda £ milhões	Devidos até ao vencimento £ milhões	Crédito £ milhões	Custo amortizado £ milhões	Designados ao justo valor £ milhões	Valor	
								Contabilístico total £ milhões	Justo valor £ milhões
Ativo									
Caixa e dep. em bancos centrais		-	-	-	4.257	-	-	4.257	4.257
Ativos da carteira de negociação	19	856	-	-	-	-	247	1.103	1.103
Instrumentos financeiros derivados	18	241	-	-	-	-	-	241	241
Crédito sobre bancos		-	-	-	5.727	-	-	5.727	5.727
Crédito sobre clientes	16	-	-	-	4.199	-	6	4.205	3.988
Títulos da carteira de investimento	20	-	2.246	105	-	-	-	2.351	2.359
Outros ativos	24	-	-	-	-	2.092	-	2.092	2.092
Total de ativos financeiros		1.097	2.246	105	14.183	2.092	253	19.976	19.767
Passivo									
Depósitos de bancos		-	-	-	-	7.082	-	7.082	7.082
Contas de clientes		-	-	-	-	8.270	-	8.270	8.270
Instrumentos financeiros derivados	18	255	-	-	-	-	-	255	255
Títulos de dívida em circulação	26	-	-	-	-	671	129	800	800
Outros passivos	27	-	-	-	-	1.456	-	1.456	1.456
Total de passivos financeiros		255	-	-	-	17.479	129	17.863	17.863

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo 2012	Nota	Negociação £ milhões	Disponíveis para venda £ milhões	Devidos até ao vencimento £ milhões	Crédito £ milhões	Custo amortizado £ milhões	Designados ao justo valor £ milhões	Valor contabilístico total £ milhões	Justo valor £ milhões
Ativo									
Caixa e dep. em bancos centrais		-	-	-	2.922	-	-	2.922	2.922
Ativos da carteira de negociação	19	1.065	-	-	-	-	374	1.439	1.439
Instrumentos financeiros derivados	18	196	-	-	-	-	-	196	196
Crédito sobre bancos		-	-	-	6.196	-	-	6.196	6.196
Crédito sobre clientes	16	-	-	-	4.870	-	6	4.876	4.804
Títulos da carteira de investimento	20	-	2.386	194	-	-	-	2.580	2.593
Outros ativos	24	-	-	-	-	1.620	-	1.620	1.620
Total de ativos financeiros		1.261	2.386	194	13.988	1.620	380	19.829	19.770
Passivo									
Depósitos de bancos		-	-	-	-	6.317	-	6.317	6.317
Contas de clientes		-	-	-	-	8.771	-	8.771	8.771
Instrumentos financeiros derivados	18	262	-	-	-	-	-	262	262
Títulos de dívida em circulação	26	-	-	-	-	684	238	922	922
Outros passivos	27	-	-	-	-	1.385	-	1.385	1.385
Total de passivos financeiros		262	-	-	-	17.157	238	17.657	17.657
Sociedade 2013									
	Nota	Negociação £ milhões	Disponíveis para venda £ milhões	Devidos até ao vencimento £ milhões	Crédito £ milhões	Custo amortizado £ milhões	Designados ao justo valor £ milhões	Valor contabilístico total £ milhões	Justo valor £ milhões
Ativo									
Caixa e dep. em bancos centrais		-	-	-	4.257	-	-	4.257	4.257
Ativos da carteira de negociação	19	856	-	-	-	-	247	1.103	1.103
Instrumentos financeiros derivados	18	241	-	-	-	-	-	241	241
Crédito sobre bancos		-	-	-	5.724	-	-	5.724	5.724
Crédito sobre clientes	16	-	-	-	4.087	-	6	4.093	3.876
Títulos da carteira de investimento	20	-	2.246	105	-	-	-	2.351	2.359
Outros ativos	24	-	-	-	-	2.030	-	2.030	2.030
Total de ativos financeiros		1.097	2.246	105	14.068	2.030	253	19.799	19.590
Passivo									
Depósitos de bancos		-	-	-	-	7.118	-	7.118	7.118
Contas de clientes		-	-	-	-	8.270	-	8.270	8.270
Instrumentos financeiros derivados	18	255	-	-	-	-	-	255	255
Títulos de dívida em circulação	26	-	-	-	-	502	129	631	631
Outros passivos	27	-	-	-	-	1.449	-	1.449	1.449
Total de passivos financeiros		255	-	-	-	17.339	129	17.723	17.723
Sociedade 2012									
	Nota	Negociação £ milhões	Disponíveis para venda £ milhões	Devidos até ao vencimento £ milhões	Crédito £ milhões	Custo amortizado £ milhões	Designados ao justo valor £ milhões	Valor contabilístico total £ milhões	Justo valor £ milhões
Ativo									
Caixa e dep. em bancos centrais		-	-	-	2.922	-	-	2.922	2.922
Ativos da carteira de negociação	19	1.065	-	-	-	-	374	1.439	1.439
Instrumentos financeiros derivados	18	196	-	-	-	-	-	196	196
Crédito sobre bancos		-	-	-	6.173	-	-	6.173	6.173
Crédito sobre clientes	16	-	-	-	4.717	-	6	4.723	4.651
Títulos da carteira de investimento	20	-	2.386	194	-	-	-	2.580	2.593
Outros ativos	24	-	-	-	-	1.564	-	1.564	1.564
Total de ativos financeiros		1.261	2.386	194	13.812	1.564	380	19.597	19.538
Passivo									
Depósitos de bancos		-	-	-	-	6.349	-	6.349	6.349
Contas de clientes		-	-	-	-	8.771	-	8.771	8.771
Instrumentos financeiros derivados	18	262	-	-	-	-	-	262	262
Títulos de dívida em circulação	26	-	-	-	-	490	238	728	728
Outros passivos	27	-	-	-	-	1.379	-	1.379	1.379
Total de passivos financeiros		262	-	-	-	16.989	238	17.489	17.489

Os justos valores desta nota referem-se a uma data específica e podem ser substancialmente diferentes dos valores que serão efetivamente pagos nas datas de vencimento ou liquidação dos instrumentos. Em muitos casos, não seria possível realizar imediatamente os justos valores estimados dada a dimensão das carteiras

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

mensuradas. Em consequência, estes justos valores não representam o valor desses instrumentos no pressuposto da continuação da atividade do Grupo.

Mensuração do justo valor

A NIRF 13 "Mensuração do justo valor", define o justo valor, estabelece um quadro para mensurar o justo valor e exige divulgações sobre as mensurações do justo valor. O justo valor é definido como o preço que seria recebido por vender um ativo ou pago para transmitir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração. Entre outras coisas, a norma exige que o Grupo aumente para o máximo o recurso a dados observáveis e reduza ao mínimo o recurso a dados não observáveis no contexto da mensuração do justo valor.

Ao abrigo da NIRF 13, a probabilidade de incumprimento de uma contraparte é incorporada na avaliação das posições de instrumentos derivados e inclui o impacto do risco de crédito do próprio Grupo nos instrumentos derivados e outros passivos mensurados ao justo valor.

Hierarquia do justo valor

A NIRF 13 especifica uma hierarquia de dados em função destes serem observáveis ou não observáveis. Os dados observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, ao passo que os não observáveis refletem as premissas de mercado do Grupo. Os dois tipos de dados deram origem à seguinte hierarquia do justo valor:

- Nível 1: preços de mercado cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos.
- Nível 2: preços de mercado cotados em mercados ativos para instrumentos *semelhantes*; preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados não considerados ativos; e avaliações derivadas de modelos em que todos os dados significativos ou fatores de valor significativos são observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: avaliações derivadas de técnicas de avaliação em que um ou mais dados significativos ou fatores de valor significativos *não são observáveis*.

Esta hierarquia exige o recurso a dados de mercado observáveis sempre que possível. Sempre que possível, o Grupo considera preços de mercado relevantes e observáveis nas suas avaliações. A frequência das operações, a dimensão da margem entre os preços de oferta e procura e o valor do ajustamento necessário quando se comparam operações semelhantes são todos fatores considerados na determinação da liquidez dos mercados e da relevância dos preços observados nesses mercados.

A política do Grupo quanto a transferências entre níveis da hierarquia do justo valor é reconhecê-las nos níveis de saída e entrada no fim do período de prestação de contas.

Determinação do justo valor

Sempre que possível, o Grupo considera preços de mercado relevantes e observáveis nas suas avaliações. A frequência das operações, a dimensão da margem entre os preços de oferta e procura e o valor do ajustamento necessário quando se comparam operações semelhantes são fatores influenciados pela liquidez dos mercados e pela relevância dos preços observados nesses mercados.

Tal como indicado na Nota 1 (k), quando existam, o Grupo geralmente usa preços de mercado cotados em mercados ativos para calcular o justo valor de um ativo ou passivo financeiro e classifica-o no Nível 1. Em alguns casos em que exista um preço de mercado, o Grupo recorre a expedientes práticos aceitáveis (tais como matrizes de preços) para calcular o justo valor, caso em que o ativo ou passivo financeiro em causa é classificado no Nível 2.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, os justos valores baseiam-se em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente que usam, sempre que possível, parâmetros de mercado baseados

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em mercados atuais ou de fontes independentes, tais como taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidades das opções. Os ativos ou passivos avaliados com recurso a estas técnicas de avaliação desenvolvidas internamente são classificados de acordo com o nível do dado ou do fator de valor mais baixo que seja significativo para a avaliação.

Quando existam, o Grupo também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de posições com características idênticas ou semelhantes às avaliadas. A frequência e a dimensão das operações e a dimensão da margem entre os preços de oferta e procura estão entre os fatores considerados para determinar a liquidez dos mercados e a relevância dos preços observados nesses mercados. Se forem relevantes e estiverem disponíveis preços observáveis, estas avaliações devem ser classificadas como sendo de Nível 2. Se não houver preços disponíveis, devem ser usadas outras técnicas de avaliação e o ativo ou passivo em causa deve ser classificado no Nível 3.

As estimativas do justo valor decorrentes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos de operadores ou corretores independentes. As avaliações de operadores e corretores podem basear-se numa variedade de fatores que vão desde preços observados a modelos de avaliação próprios.

O Grupo usa os seguintes procedimentos para determinar o justo valor dos ativos e passivos financeiros, independentemente de serem detidos para negociação ou terem sido designados ao justo valor, incluindo uma indicação do nível da hierarquia do justo valor em que cada instrumento financeiro está geralmente classificado. Quando apropriado, a descrição inclui elementos dos modelos de avaliação, os principais fatores desses modelos e as premissas importantes.

Ajustamentos ao valor de mercado

São aplicados ajustamentos de liquidez aos itens dos níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor para garantir que o justo valor reflete a liquidez ou falta de liquidez do mercado. A reserva de liquidez pode utilizar a margem entre a oferta e procura para um instrumento como um dos fatores.

São aplicados ajustamentos de risco de crédito da contraparte aos instrumentos derivados, tais como instrumentos derivados não garantidos do mercado de balcão, em que a avaliação de base usa parâmetros de mercado baseados nas curvas de base das taxas de juro relevantes. Nem todas as contrapartes têm o mesmo risco de crédito que o implícito na curva de base relevante, de modo que é necessário considerar a visão do mercado do risco de crédito de uma contraparte para estimar o justo valor de um item desta natureza.

São aplicados ajustamentos de risco de crédito bilateral ou do "próprio" crédito para refletir o risco de crédito do próprio Grupo quando se avaliam instrumentos derivados e passivos mensurados ao justo valor. Os ajustamentos do risco de crédito da contraparte ou do próprio risco de crédito consideram os fluxos de caixa futuros esperados entre o Grupo e as suas contrapartes ao abrigo dos termos do instrumento e o efeito do risco de crédito na avaliação desses fluxos de caixa, em vez de uma avaliação num determinado ponto no tempo do ativo ou passivo líquido corrente reconhecido. Além disso, os ajustamentos de risco de crédito tomam em conta o efeito de mitigantes do risco de crédito, tais como garantias dadas de penhor e o eventual direito jurídico de compensação (na medida em que tal compensação exista) com uma contraparte através de acordos como acordos de liquidação em base líquida.

Em geral, a unidade de conta para um instrumento financeiro é o instrumento financeiro individual. O Grupo aplica ajustamentos de valor de mercado coerentes com a unidade de conta, que não inclui ajustamentos devido à dimensão da posição do Grupo, exceto conforme descrito seguidamente. A NIRF 13 permite uma exceção, através de uma escolha de política contabilística, no sentido de mensurar o justo valor de uma carteira de ativos financeiros e passivos financeiros com base na posição de risco líquida em aberto quando determinados critérios estiverem preenchidos. O Citi decidiu mensurar determinadas carteiras de instrumentos financeiros, tais como os instrumentos derivados, que preenchem esses critérios com base da posição de risco líquida em aberto. O Grupo aplica ajustamentos de avaliação do mercado,

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

incluindo ajustamentos para tomar em consideração a dimensão da posição de risco líquida em aberto, consentâneos com as premissas de participante no mercado e de acordo com a unidade de conta.

Instrumentos derivados

A maioria dos instrumentos derivados do Grupo são transacionados em mercado de balcão e, por conseguinte, são avaliados recorrendo a uma combinação de preços externos e técnicas de avaliação internas, incluindo preços de referência fornecidos por outros operadores. As técnicas de avaliação e os fatores considerados dependem do tipo de instrumento derivado e da natureza do instrumento subjacente. As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos são abordagens usadas em todo o setor, como fluxos de caixa descontados, modelação e abordagens numéricas.

O tipo de dados considerados pode incluir curvas de rendibilidade das taxas de juro, margens de crédito, taxas de câmbio, volatilidades e correlações.

O Grupo desconta os fluxos de caixa futuros usando curvas de taxas de juro apropriadas. No caso de instrumentos derivados de taxas de juro garantidos, o Grupo segue os termos do contrato de garantias celebrado com a contraparte. Os contratos, em geral, preveem que seja usada uma curva de swaps indexados ao *overnight* (OIS). A curva OIS reflete a taxa de juro paga sobre a garantia face ao justo valor destes instrumentos derivados. Anteriormente, o Grupo usava a curva de referência relevante para a moeda do instrumento derivado (por exemplo a LIBOR do dólar para instrumentos derivados em dólares) como taxa de desconto para estes instrumentos derivados garantidos relacionados com taxas de juro.

Ativos da carteira de negociação

Quando existam, o Grupo usa preços de mercado cotados para determinar o justo valor dos ativos da carteira de negociação, sendo tais ativos classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Trata-se, por exemplo, de títulos do tesouro. Para as obrigações de emitentes privados, o papel comercial europeu e o crédito, o Grupo geralmente determina o justo valor recorrendo a técnicas de avaliação internas. As estimativas do justo valor resultantes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos junto de operadores independentes. Os operadores compilam preços de diversas origens e podem aplicar matrizes de preços para obrigações ou empréstimos semelhantes para os quais não existam preços observáveis. Se existirem, o Grupo também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de ativos com características semelhantes às obrigações ou empréstimos objeto de avaliação. Os preços das obrigações de emitentes públicos e privados, do papel comercial europeu e do crédito derivados destes métodos são geralmente classificados no Nível 2.

No entanto, quando há menos liquidez, o preço cotado está desatualizado ou os preços obtidos junto de fontes independentes não são uniformes, são geralmente classificados no Nível 3.

Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento classificados como disponíveis para venda, detidos até ao vencimento ou designados ao justo valor através da conta de exploração, são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados, quando existam, sendo assim classificados no Nível 1.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é estimado com base noutras técnicas de avaliação reconhecidas. Os dados principais dependem do tipo de título de investimento e da natureza dos dados considerados na técnica de avaliação. Os títulos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Crédito e outros financiamentos

O justo valor do crédito e de outros financiamentos é estimado recorrendo a técnicas de avaliação internas, tais como análises dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa são descontados à LIBOR e à EURIBOR e uma aproximação às margens de crédito do Citigroup. Se possível, o Grupo também pode usar preços cotados para operações de negociação recentes com ativos com características semelhantes às do crédito que está a ser avaliado. Os créditos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo. Em determinados casos, o justo valor aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos são de curto prazo por natureza ou têm datas de refixação de preços frequentes.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos de dívida em circulação

O justo valor de títulos de dívida em circulação é mensurado usando fluxos de caixa descontados à LIBOR ou à EURIBOR. Os créditos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Outros ativos e passivos financeiros

O justo valor dos passivos relativos a depósitos de clientes, empréstimos subordinados e outros ativos e passivos é estimado com recurso aos fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado, quando possível. Nos casos em que se usam taxas de mercado, as mesmas são ajustadas pela margem de crédito do Citigroup.

O valor contabilístico da caixa e depósitos junto de bancos centrais é uma aproximação razoável do justo valor devido ao prazo curto destes ativos.

Processo de avaliação para a mensuração do justo valor do Nível 3

Os procedimentos de verificação de preços e procedimentos de controlo interno relacionados regem-se pela Política e Normas de Preços e Fixação de Preços do Citigroup, que é da responsabilidade conjunta do Departamento Financeiro e da Gestão do Risco. O Departamento Financeiro implementou Normas e Procedimentos de Preços e Verificação de Preços para a Banca e o GCI para facilitar o cumprimento desta política.

Para as mensurações do justo valor de virtualmente todos os ativos e passivos detidos pelo Grupo, as várias unidades de negócio são responsáveis por avaliar os ativos e passivos das contas de negociação e o Controlo de Produtos, dentro do Departamento Financeiro, executa procedimentos independentes de verificação de preços para avaliar essas mensurações do justo valor. O Controlo de Produtos é independente das várias unidades de negócio e reporta ao Diretor Global do Controlo de Produtos. Tem autoridade sobre a avaliação dos ativos e passivos financeiros. As mensurações do justo valor de ativos e passivos são efetuadas recorrendo a diversas técnicas, incluindo, nomeadamente, fluxos de caixa descontados e modelos internos, tais como modelos de opções e correlações.

Com base na observabilidade dos dados usados, o Controlo de Produtos classifica o inventário no Nível 1, 2 ou 3 da hierarquia de justo valor. Quando uma posição envolve um ou mais dados significativos que não são diretamente observáveis, são aplicados procedimentos adicionais de verificação de preços. Estes procedimentos podem incluir a análise de dados históricos relevantes, a análise de lucros e perdas, a avaliação individual de cada componente de uma operação estruturada e a identificação de valores de referência, entre outros procedimentos.

Os relatórios do inventário do Nível 3 de cada linha de negócio do Grupo são distribuídos à direção do Departamento Financeiro, do Risco e das várias linhas de negócio. Os relatórios também são distribuídos na Comissão de Risco e em reuniões mensais com a administração sénior. Sempre que é necessário um ajustamento de valor para corrigir o preço de um ativo ou passivo para o seu preço de saída, o Controlo de Produtos comunica-o à administração, juntamente com outros resultados da verificação de preços.

Além disso, os modelos de preços usados na mensuração do justo valor regem-se por um quadro de controlo independente. Embora os modelos sejam desenvolvidos e testados pelas várias unidades de negócio, são validados de forma independente pela Unidade de Validação de Modelos, dentro da Gestão do Risco. O objetivo deste quadro de controlo independente é avaliar o risco dos modelos decorrente da correção teórica dos modelos, as técnicas de calibragem (quando necessárias) e a adequação do modelo para um determinado produto num determinado mercado. Os ajustamentos de avaliação, se existirem, passam por um processo de revisão independente semelhante ao dos modelos de avaliação. Para garantir que continuam a ser aplicáveis, os modelos são revistos anualmente. Além disso, a Gestão do Risco aprova e mantém uma lista dos produtos que podem ser avaliados por cada modelo aprovado para uma determinada área de negócio.

67/a

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros seguintes mostram a decomposição dos ativos e passivos financeiros mensurados por hierarquia de justo valor:

Grupo e Sociedade	Nível 1 ⁽¹⁾ £ milhões	Nível 2 ⁽¹⁾ £ milhões	Nível 3 £ milhões	Total £ milhões
31 de dezembro de 2013				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos derivados	-	241	-	241
Ativos da carteira de negociação				
Obrigações de emitentes públicos	22	-	-	22
Obrigações de emitentes privados	-	143	3	146
Papel comercial europeu	-	688	-	688
Ações	-	-	-	-
Crédito	-	201	46	247
	<u>22</u>	<u>1.273</u>	<u>49</u>	<u>1.344</u>
Ativos financeiros designados ao justo valor				
Crédito sobre clientes	-	-	6	6
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos da carteira de investimento	<u>2.078</u>	<u>147</u>	<u>21</u>	<u>2.246</u>
Total de ativos financeiros	<u>2.100</u>	<u>1.420</u>	<u>76</u>	<u>3.596</u>
Passivos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos derivados	-	240	15	255
Passivos financeiros designados ao justo valor				
Títulos de dívida em circulação	-	129	-	129
Total de passivos financeiros	<u>-</u>	<u>369</u>	<u>15</u>	<u>384</u>

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não transferiu nenhuns ativos do Nível 2 para o Nível 1.

Grupo e Sociedade	Nível 1 £ milhões	Nível 2 £ milhões	Nível 3 £ milhões	Total £ milhões
31 de dezembro de 2012				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos derivados	-	186	10	196
Ativos da carteira de negociação				
Obrigações de emitentes públicos	20	-	-	20
Obrigações de emitentes privados	-	151	22	173
Papel comercial europeu	-	848	-	848
Ações	7	17	-	24
Crédito	-	271	103	374
	<u>27</u>	<u>1.473</u>	<u>135</u>	<u>1.635</u>
Ativos financeiros designados ao justo valor				
Crédito sobre clientes	-	-	6	6
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos da carteira de investimento	<u>2.337</u>	<u>8</u>	<u>41</u>	<u>2.386</u>
Total de ativos financeiros	<u>2.364</u>	<u>1.481</u>	<u>182</u>	<u>4.027</u>
Passivos financeiros detidos para negociação				
Instrumentos derivados	-	229	33	262
Passivos financeiros designados ao justo valor				
Títulos de dívida em circulação	-	199	39	238
Total de passivos financeiros	<u>-</u>	<u>428</u>	<u>72</u>	<u>500</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros seguintes mostram as alterações no Nível 3 do justo valor no exercício findo em 31 de dezembro. Tal como já referido acima, o Grupo classifica instrumentos financeiros no Nível 3 da hierarquia de justo valor quando se recorre a pelo menos um dado significativo não observável no modelo de avaliação. Para além destes dados não observáveis, os modelos de avaliação dos instrumentos financeiros do Nível 3 tipicamente também recorrem a um determinado número de dados que são facilmente observáveis direta ou indiretamente. Os ganhos e perdas apresentados seguidamente incluem alterações do justo valor relacionadas tanto com dados observáveis, como com dados não observáveis.

O Grupo muitas vezes cobre posições com posições de compensação que estão classificadas num nível diferente. Por exemplo, os ganhos e perdas para os ativos e passivos do Nível 3 apresentados nos quadros seguintes não refletem o efeito da compensação de perdas e ganhos de instrumentos de cobertura classificados pela Sociedade no Nível 1 e no Nível 2. Além disso, a Sociedade cobre itens classificados no Nível 3 com instrumentos também classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor.

Os efeitos desta cobertura são apresentados em termos brutos nos quadros seguintes:

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo e Sociedade 2013	Ganhos / (prejuízos) líquidos realizados / não realizados incluídos em				Ganhos / (perdas) não realizados ainda detidos
	Em 1 de janeiro £ milhões	Demonstração de resultados £ milhões	Capital £ milhões	Transferências para o Nível 3 £ milhões	
Ativos financeiros detidos para negociação	10	(10)	-	-	-
Instrumentos derivados					
Ativos da carteira de negociação	22	-	-	3	3
Obrigações de emitentes privados	103	(25)	-	(83)	46
Crédito	135	(35)	-	(86)	49
Ativos financeiros designados ao justo valor	6	-	-	-	6
Crédito sobre clientes	-	-	-	-	-
Títulos da carteira de investimento	41	-	3	-	21
Ativos financeiros disponíveis para venda	182	(35)	3	(86)	76
Títulos da carteira de investimento					
Total de ativos financeiros	33	(26)	-	(1)	8
Passivos financeiros detidos para negociação	39	-	-	-	-
Instrumentos derivados					
Passivos financeiros designados ao justo valor	72	(26)	-	(1)	15
Títulos de dívida em circulação					
Total de passivos financeiros					8
Compras £ milhões					
Vendas £ milhões					
Liquidações £ milhões					
Em 31 de dezembro £ milhões					
Transferências do Nível 3 £ milhões					
Transferências para o Nível 3 £ milhões					

69/18

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo e Sociedade 2012	Em 1 de Janeiro £ milhões	Ganhos / (prejuízos) registrados na Demonstração de Resultados £ milhões	Ganhos / (prejuízos) registrados em capital £ milhões	Compras £ milhões	Reclassificado em crédito £ milhões	Vendas £ milhões	Liquidações £ milhões	Transferências de / para o Nível 1 e Nível 2		Em 31 de dezembro £ milhões
								£ milhões	£ milhões	
Ativos financeiros detidos para negociação Instrumentos derivados	9	(7)	-	-	-	-	(1)	9	10	
Ativos da carteira de negociação	67	(64)	-	88	-	(70)	-	1	22	
Obrigações de emitentes privados	157	(32)	-	284	-	(125)	-	(181)	103	
Crédito	233	(103)	-	372	-	(195)	(1)	(171)	135	
Ativos financeiros designados ao justo valor	202	2	-	-	-	-	(198)	-	6	
Crédito sobre clientes	75	-	-	-	-	-	(75)	-	-	
Títulos da carteira de investimento	277	2	-	-	-	-	(273)	-	6	
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	41	-	-	-	-	41	
Títulos da carteira de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de ativos financeiros	510	(101)	-	413	-	(195)	(274)	(171)	182	
Passivos financeiros detidos para negociação Instrumentos derivados	17	11	-	-	-	-	(5)	10	33	
Passivos financeiros designados ao justo valor	138	7	-	-	-	-	(100)	(6)	39	
Títulos de dívida em circulação	155	18	-	-	-	-	(105)	4	72	
Total de passivos financeiros										

De acordo com a NIRF 13, as divulgações do exercício anterior para efeitos de comparação não têm de ser reformuladas.

70/72

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os instrumentos financeiros podem mover-se para níveis da hierarquia do justo valor mais baixos quando fatores, tais como a liquidez ou a possibilidade de observação dos parâmetros utilizados, se alterarem. À medida que as condições à volta destes fatores melhorarem, podem ser transferidos para níveis mais elevados da hierarquia do justo valor.

Posições do nível 3

Os principais responsáveis pelos movimentos no inventário do Nível 3 em 2013 foi o crédito concedido, da área de Crédito, e a redução no inventário de obrigações de médio prazo classificadas como títulos de dívida, da área de negócio de Ações. Durante o exercício, verificou-se uma redução geral do inventário de obrigações de médio prazo, uma vez que as obrigações existentes se venceram e não se verificou uma nova emissão.

Transferências do Nível 3 em 2012

As transferências entre o Nível 2 e o Nível 3 foram função dos movimentos no crédito da carteira de negociação dos mercados emergentes. Em concreto, as posições de crédito estruturado a empresas tiveram uma maior visibilidade, o que (em determinados casos) teve como consequência a transferência do Nível 3 para o Nível 2.

Durante o exercício, foram reconhecidas na demonstração de resultados alterações do justo valor negativas correspondentes a prejuízos no valor de £9 milhões (2012: prejuízos de £120 milhões), relativas a rubricas em que o justo valor foi estimado recorrendo a técnicas de avaliação que usam um ou mais dados importantes que se baseiam em dados de mercado não observáveis. Dado que estas técnicas de avaliação se baseiam em premissas, a alteração das premissas altera a estimativa do justo valor. O impacto potencial de usar possíveis premissas alternativas razoáveis nas técnicas de avaliação, incluindo dados de mercado não observáveis, foi quantificado num valor aproximado de £0,8 milhões (2012: £5 milhões).

A incerteza da avaliação é calculada em base trimestral para todos os instrumentos financeiros em que um ou mais parâmetros utilizados não são observáveis. A metodologia usada para derivar o impacto para cada produto é determinada aplicando ajustamentos ao preço ou parâmetros significativos do modelo usados na avaliação.

Os ajustamentos são tipicamente calculados por referência a análises históricas ou dados de substituição de terceiros. Alguns exemplos da abordagem usada para derivar os ajustamentos de sensibilidade são descritos seguidamente:

- instrumentos derivados de ações: a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais e análises de substituição com dados de terceiros;
- mercados de crédito e titularização: a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais e análises de substituição com dados de terceiros.

2013	Justo valor £ milhões	Metodologia	Dado	Mais baixo	Mais alto
Ativo					
Obrigações de emitentes particulares	3	Baseada no preço	Preço	0,0	109,0
Crédito	46	Baseada no preço	Preço	80,0	100,5
Títulos da carteira de investimento	21	Baseada no preço	Preço	99,5	99,5
Passivo					
Instrumentos derivados					
Contratos de taxa de juro	15	Baseada em modelos Baseada no preço	Preço Preço	106,4 99,2	106,4 99,7

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sensibilidade de dados não observáveis e inter-relacionamentos entre dados não observáveis

Os impactos de dados não observáveis cruciais das mensurações de justo valor do Nível 3 podem não ser independentes uns dos outros. Além disso, o montante e sentido do impacto numa mensuração do justo valor para uma determinada alteração de um dado não observável depende da natureza do instrumento, bem como de se o Grupo detém o instrumento como um ativo ou um passivo. Para determinados instrumentos, a cobertura de preços e a gestão de riscos são sensíveis à correlação entre os vários dados, mais do que à análise e agregação dos vários dados.

A secção seguinte descreve as sensibilidades e inter-relações entre os dados não observáveis mais significativos usados pelo Grupo nas mensurações de justo valor do Nível 3.

Rendibilidade

A rendibilidade ajustada é, em geral, utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados futuros de capital e juros de instrumentos como os empréstimos. A rendibilidade ajustada é afetada por alterações na conjuntura de taxas de juro e pelas margens de crédito relevantes.

Em alguns casos, a rendibilidade de um instrumento não é observável no mercado e tem de ser estimada a partir de dados históricos ou das rendibilidades de títulos semelhantes. Esta rendibilidade estimada pode ter de ser ajustada para levar em consideração as características do título que está a ser avaliado. Noutros casos, a rendibilidade estimada pode não representar liquidez no mercado e também pode ter de ser ajustada. Sempre que o montante do ajustamento seja significativo para o valor do título, a mensuração do justo valor é classificada no Nível 3.

Análise qualitativa dos intervalos de dados significativos não observáveis

A secção seguinte descreve os intervalos dos dados não observáveis mais significativos usados pelo Grupo nas mensurações de justo valor do Nível 3. O nível de agregação e a diversidade dos instrumentos detidos pelo Grupo leva a um vasto intervalo de dados não observáveis que podem não estar distribuídos de forma uniforme no inventário do Nível 3.

Rendibilidade

Os intervalos de dados de rendibilidade variam de forma significativa dependendo do tipo de título. Por exemplo, títulos que tenham tipicamente rendibilidades mais baixas, como as obrigações emitidas por autarquias locais, vão cair na banda inferior do intervalo, ao passo que títulos menos líquidos ou com menor qualidade em termos de crédito, como determinados títulos garantidos por ativos de algumas tranches residuais, vão ter dados de rendibilidade muito mais elevados.

Preço

Os dados relativos aos preços são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de taxa fixa. Para estes instrumentos, os dados relativos aos preços são expressos em percentagem do valor abstrato, em que um preço de 100 significa que o instrumento está avaliado ao par. Para a maior parte destes instrumentos, o preço varia entre zero e 100 ou ligeiramente acima de 100. Os ativos relativamente ilíquidos que tenham sofrido perdas significativas desde a emissão, como determinados títulos garantidos por ativos, estão na banda inferior do intervalo, ao passo que maior parte de obrigações de empresas com grau de investimento estão na banda média ou superior do intervalo.

Os dados relativos aos preços também são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de capital. No entanto, o intervalo de dados de preços varia em função da natureza da posição, do número de ações em circulação e de outros fatores.

Justo valor estimado de instrumentos financeiros não contabilizados ao justo valor

O quadro seguinte apresenta o valor contabilístico e o justo valor de instrumentos financeiros do Grupo que não são contabilizados pelo justo valor.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro exclui os valores de ativos e passivos não financeiros, bem como uma vasta gama de atividades, relacionamentos e valores intangíveis, que fazem parte integrante de uma avaliação completa da posição financeira do Grupo e do valor dos seus ativo líquido.

O justo valor representa as melhores estimativas da administração baseadas num conjunto de metodologias e premissas. O valor contabilístico de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados ao justo valor, bem como de contas a receber e a pagar resultantes do exercício normal da atividade aproxima-se do justo valor por causa do prazo relativamente curto entre a sua originação e a realização esperada. Para o crédito não contabilizado ao justo valor, os fluxos de caixa são descontados a taxas de mercado secundário cotadas ou a taxas de mercado estimadas, se existirem. Caso contrário, utilizam-se taxas atuais de originação no mercado para crédito com termos e características de risco semelhantes. Os prejuízos do crédito esperados são incorporados nos fluxos de caixa futuros esperados ou num ajustamento à taxa de desconto utilizada. O valor das garantias também é tomado em consideração. O valor contabilístico foi divulgado como justo valor nos casos em que o desconto não tem um impacto significativo no valor contabilístico do instrumento financeiro.

Grupo	£ milhões		Justo valor estimado £ milhões		
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2013					
Ativo					
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	4.257	4.257	4.257	-	-
Crédito sobre bancos	5.727	5.727	-	5.727	-
Crédito sobre clientes	4.199	3.983	-	-	3.983
Títulos da carteira de investimento	105	113	-	113	-
Outros ativos financeiros	2.092	2.092	601	1.267	224
Passivo					
Depósitos de bancos	7.082	7.082	-	7.082	-
Contas de clientes	8.270	8.270	-	8.270	-
Títulos de dívida em circulação	671	671	-	-	671
Outros passivos financeiros	1.456	1.456	311	888	257
Sociedade					
	£ milhões		Justo valor estimado £ milhões		
	Valor contabilístico	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
2013					
Ativo					
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	4.257	4.257	4.257	-	-
Crédito sobre bancos	5.724	5.724	-	5.724	-
Crédito sobre clientes	4.087	3.871	-	-	3.871
Títulos da carteira de investimento	105	113	-	113	-
Outros ativos financeiros	2.030	2.030	601	1.267	162
Passivo					
Depósitos de bancos	7.118	7.118	-	7.118	-
Contas de clientes	8.270	8.270	-	8.270	-
Títulos de dívida em circulação	502	502	-	-	502
Outros passivos financeiros	1.449	1.496	311	888	250

74/02x

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. Crédito sobre clientes

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Cartões de débito e crédito	190	258	190	258
Empréstimos comerciais	3.502	3.960	3.502	3.959
Crédito ao consumo	20	243	20	243
Outros empréstimos a empresas	629	647	517	497
	<u>4.341</u>	<u>5.108</u>	<u>4.229</u>	<u>4.957</u>
Menos: provisões para riscos de crédito (Nota 17)	(136)	(232)	(136)	(234)
	<u>4.205</u>	<u>4.876</u>	<u>4.093</u>	<u>4.723</u>

Durante o exercício, a Sociedade alienou as suas carteiras de crédito ao consumo a particulares, cartões de crédito encerrados e crédito hipotecário na Grécia. Para mais pormenores, consultar a Nota 10 – Prejuízos na alienação de operações.

Os empréstimos comerciais incluem créditos que foram designados ao justo valor através da conta de exploração, dado que o Grupo gere estes créditos com base no justo valor de acordo com a sua estratégia de investimento. Em 31 de dezembro de 2013, a exposição máxima ao risco de crédito decorrente de crédito ao justo valor através da conta de exploração ascendia a £6 milhões (2011: £6 milhões). As alterações do justo valor reconhecidas nestes empréstimos comerciais ascenderam a prejuízos de £0 (2012: prejuízos de £1 milhão) e estão incluídas nos proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração. Os prejuízos líquidos acumulados do justo valor reconhecidos nestes empréstimos comerciais ascenderam a £25 milhões (2012: £25 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, a alteração acumulada e do exercício em curso do justo valor imputável a alterações do risco de crédito destes empréstimos ascendia a £1 milhão. (2012: £1 milhão). Devido à natureza do crédito designado ao justo valor através da conta de exploração, as garantias não são usadas como fatores de mitigação do risco de crédito.

Os outros empréstimos a empresas incluem créditos concedidos pelo negócio de banca de particulares no Citicorp, que podem incluir créditos garantidos por imóveis residenciais ou comerciais.

Os outros créditos a empresas incluem os valores a receber ao abrigo de contratos de locação financeira:

	Grupo	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Investimento bruto em locação financeira, valores a receber:		
Menos de 1 ano	-	14
Mais de 1 e menos de 5 anos	<u>16</u>	<u>16</u>
	16	30
Proveitos financeiros futuros não adquiridos de locações	-	(9)
Investimento líquido em locação financeira	<u>16</u>	<u>21</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O investimento líquido em locação financeira pode decompor-se como segue:

	Grupo	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Vencimento:		
Menos de 1 ano	-	5
Mais de 1 e menos de 5 anos	16	16
	<u>16</u>	<u>21</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os valores agregados de rendas a receber relativamente a locações financeiras do Grupo ascendiam a £16 milhões (2012: £21 milhões).

17. Provisões para riscos de crédito

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões
Em 1 de janeiro	232	256	234	258
Abates	(25)	(152)	(25)	(152)
Prejuízos líquidos no crédito	40	133	38	133
Alienações	(117)	-	(117)	-
Diferenças cambiais de conversão	6	(5)	6	(5)
Em 31 de dezembro	<u>136</u>	<u>232</u>	<u>136</u>	<u>234</u>
Avaliação individual	19	55	19	55
Avaliação coletiva	117	177	117	179
	<u>136</u>	<u>232</u>	<u>136</u>	<u>234</u>

Os prejuízos líquidos do crédito no quadro anterior representam o aumento na provisão para riscos de crédito reconhecido na demonstração de resultados.

18. Instrumentos financeiros derivados

Grupo e Sociedade	2013		2012	
	Justo valor		Justo valor	
	Ativo £ milhões	Passivo £ milhões	Ativo £ milhões	Passivo £ milhões
Contratos de câmbios				
Contratos a prazo e futuros	106	84	53	57
Swaps cambiais	116	124	119	119
Opções	2	2	-	-
	<u>224</u>	<u>210</u>	<u>172</u>	<u>176</u>
Contratos de taxa de juro				
Swaps de taxas de juro	14	30	15	20
Opções	-	-	1	1
	<u>14</u>	<u>30</u>	<u>16</u>	<u>21</u>
Contratos de ações				
Opções	1	1	2	22
Swaps	2	14	6	43
	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>8</u>	<u>65</u>
Total de contratos de instrumentos derivados	<u>241</u>	<u>255</u>	<u>196</u>	<u>262</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Coberturas de investimentos líquidos

O Grupo recorre contratos de câmbios a prazo para cobrir o risco cambial de conversão do seu investimento líquido na sucursal grega. O justo valor dos instrumentos derivados designados como coberturas de investimentos líquidos é o seguinte:

	2013		2012	
	Justo valor		Justo valor	
	Ativo £ milhões	Passivo £ milhões	Ativo £ milhões	Passivo £ milhões
Tipo de instrumento				
Câmbios	-	10	5	-
	-	10	5	-

A ineficácia reconhecida na demonstração de resultados e decorrente da cobertura de investimentos líquidos em operações no estrangeiro ascendeu a £0 durante o exercício (2012: £0).

19. Ativos da carteira de negociação

Grupo e Sociedade	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Obrigações de emitentes públicos	22	20
Obrigações de emitentes privados	146	173
Papel comercial europeu	688	848
Ações	-	24
Empréstimos	247	374
	<u>1.103</u>	<u>1.439</u>

20. Títulos da carteira de investimento

Grupo e Sociedade	2013 £ milhões	2012 £ milhões
	<u>Disponíveis para venda</u>	
Títulos de dívida – ao justo valor:		
- cotados	2.242	2.337
- não cotados	-	40
Títulos representativos de capital – ao justo valor:		
- cotados	-	1
- não cotados	4	8
	<u>2.246</u>	<u>2.386</u>
	<u>Detidos até ao vencimento</u>	
Títulos de dívida – ao valor amortizado:		
- não cotados	93	194
Títulos representativos de capital – ao valor amortizado:		
- não cotados	12	-
	<u>105</u>	<u>194</u>
Total de títulos da carteira de investimento	<u>2.351</u>	<u>2.580</u>

Em 2008, o Grupo e a Sociedade transferiram ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda para títulos detidos até ao vencimento devido às suas intenções futuras a respeito destes ativos financeiros. Tanto para o Grupo como para a Sociedade, foram transferidos ativos

77/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

disponíveis para venda com um justo valor de £1.290 milhões na data da transferência para títulos detidos até ao vencimento. À data de 31 de dezembro de 2013, estes ativos tinham um justo valor de £101 milhões (2012: £207 milhões). Caso tivessem continuado a ser ativos disponíveis para venda, ganhos no valor aproximado de £8 milhões (2012: ganhos de £13 milhões) teriam sido registados em outras rubricas do resultado integral.

21. Participações em subsidiárias

Os movimentos nos investimentos da Sociedade no capital social de subsidiárias foram os seguintes:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Em 1 de janeiro	39	67
Reembolso de capital	-	(21)
Estorno de imparidades	-	120
Alienações/ transferências	(11)	(127)
Perdas de imparidade	(3)	-
Em 31 de dezembro	25	39

A demonstração de fluxos de caixa da Sociedade evidencia uma contrapartida de £19 milhões (2012: £127 milhões) recebida pela venda de ações em subsidiárias.

Os elementos das principais subsidiárias do Grupo detidas em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

Nome	País de constituição	Natureza da atividade	% de participação no capital social ordinário
CitiCapital Leasing (March) Limited	Inglaterra	Locação financeira	100%
CitiCapital Leasing (June) Limited	Inglaterra	Locação financeira	100%
Diners Club UK Limited	Inglaterra	Em liquidação	100%

O exercício social da CitiCapital Leasing (March) Limited termina em 31 de março. O exercício social da CitiCapital Leasing (June) Limited termina em 30 de junho. Para os efeitos destas demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as contas de gestão destas duas sociedades para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 3 de janeiro de 2014, o Diners Club RU Limited, uma subsidiária da Sociedade, foi liquidado. As atividades da subsidiária não tiveram um impacto material na situação nem na performance do Grupo durante o exercício em curso e o exercício anterior.

Em 2013, a Sociedade registou uma imparidade no valor de £3 milhões para o seu investimento na Diners Club UK Limited.

Em 8 de agosto de 2013, a Sociedade vendeu o seu investimento na EMSO Partners Limited por uma contrapartida de £19 milhões (\$30 milhões); ver Nota 11 – "Lucros na venda de subsidiárias". Durante o exercício, a EMSO Partners Limited pagou dividendos intercalares no valor de £11 milhões na sequência de um processo para reduzir £8 milhões no seu capital, incluído na distribuição à Sociedade. O lucro realizado na venda ascendeu a £7 milhões.

Em 21 de junho de 2012, a Sociedade vendeu o seu investimento na Citicorp Finanziaria SpA à sua casa-mãe, o Citibank Investments Limited ("CIL") por uma contrapartida em dinheiro no valor de €155 milhões (£125 milhões). Antes da venda, a análise da imparidade tinha resultado num estorno de £120

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

milhões relativo a imparidades de exercícios anteriores. Não foram realizados ganhos nem perdas nesta alienação.

Em 26 de julho de 2012, a Sociedade vendeu o seu investimento na D. Card Servicing AG à sua casa-mãe, o CIL, por uma contrapartida em dinheiro no valor de CHF 3 milhões (£2 milhões). Não foram realizados ganhos nem perdas nesta alienação.

Em 11 de maio de 2012, a Citicorp Finanziaria SpA fez um reembolso de capital à Sociedade no valor de €25 milhões (£21 milhões).

Em 20 de abril de 2012, o CitiCapital Leasing Limited foi liquidado.

As sociedades seguintes são entidades de finalidades especiais constituídas relativamente à titularização e programa de obrigações cobertas do Grupo. O Grupo não tem interesses de propriedade nestas entidades, mas são consideradas subsidiárias uma vez que são controladas pelo Grupo em termos de substância. Dado que a participação total no capital dos interesses que não são de controlo é zero devido ao arredondamento, não foi divulgada separadamente das demonstrações financeiras.

Nome

	País de constituição	Natureza da atividade
EuroProp (EMC) S.A.	Luxemburgo	Emissão de dívida
Victoria Funding (EMC-III) Plc	Inglaterra	Financiamento hipotecário

22. Diferenças de consolidação e imobilizado incorpóreo

Grupo e Sociedade	Diferenças de consolidação	Incorpóreo de clientes	Programas informáticos	Total
	£ milhões	£ milhões	£ milhões	£ milhões
Custo				
Em 1 de janeiro de 2013	35	30	226	291
Acréscimos	-	-	87	87
Alienações	-	-	(4)	(4)
Abates	-	-	(34)	(34)
31 de dezembro de 2013	35	30	275	340
Amortizações e prejuízos por imparidade				
Em 1 de janeiro de 2013	19	16	120	155
Alienações	-	-	(3)	(3)
Abates	-	-	(34)	(34)
Amortizações	-	3	38	41
31 de dezembro de 2013	19	19	121	159
Valor contabilístico líquido				
31 de dezembro de 2013	16	11	154	181
31 de dezembro de 2012	16	14	106	136
1 de janeiro de 2012	16	16	88	120

Para efeitos de testar as diferenças de consolidação em termos de imparidade, o Grupo determina o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e uma análise do valor recuperável por parte da administração. O valor recuperável é determinado recorrendo a um modelo baseado no método dos fluxos de caixa descontados. As projeções de fluxos de caixa baseiam-se em

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

planos de negócio aprovados pela administração que cobrem um período de cinco anos ou prazos mais longos, se tal for considerado adequado pela administração.

Foram imputadas diferenças de consolidação aos Países Baixos e ao Reino Unido. As projeções de fluxos de caixa relativas aos Países Baixos (negócios de custódia direta e compensação) cobrem um período de dez anos e as projeções relativas ao Reino Unido (negócio de gestão de fundos) cobrem um período de dez anos porque a administração julga que tal corresponde a uma expectativa razoável da duração dos relacionamentos com os clientes que foram adquiridos.

Os fluxos de caixa usados para estimar as projeções dos lucros operacionais refletem a avaliação corrente de mercado do risco das unidades geradoras de caixa. Os lucros operacionais representam os lucros operacionais constantes dos planos de negócio aprovados pela administração e, como tal, refletem as melhores estimativas dos lucros futuros com base tanto na experiência histórica, como nas taxas de crescimento esperadas.

A taxa de desconto utilizada para estimar os fluxos de caixa dos Países Baixos é a EURIBOR. A taxa de desconto utilizada para estimar os fluxos de caixa do negócio de gestão de fundos do Reino Unido baseia-se numa análise de sociedades comparáveis e em dados de mercado relevantes. A média de 10 anos dos títulos do tesouro a 10 anos do Reino Unido é usada como taxa de juro sem risco e a volatilidade do preço das ações de sociedades comparáveis é usada como taxa de risco de mercado. As principais premissas refletem a experiência passada ou, se adequado, tomam em consideração fontes de informação externas.

Não se verificaram sinais de imparidade decorrentes da análise das diferenças de consolidação para os Países Baixos e o Reino Unido.

Um resumo da afetação das diferenças de consolidação dentro das unidades é apresentado seguidamente:

Unidade geradora de caixa	Diferenças de consolidação em 31 de dezembro de 2013 £ milhões	Taxa de crescimento	Taxa de desconto	
			2013	2012
Grupo de Clientes Institucionais				
- Países Baixos (custódia direta e compensação)	11	(5,64)%	0,56%	0,54%
- Negócio de administração de fundos no Reino Unido	5	13,64%	17,00%	17,00%

O modelo é mais sensível a alterações da taxa de crescimento. A taxa de crescimento negativa resulta da avaliação da administração da implementação da plataforma de liquidação Target2-Securities em toda a Europa em 2016. Na execução da análise da imparidade, a taxa de desconto foi sujeita a stress por quatro vezes, o que também indicou que não era necessária imparidade para as diferenças de consolidação. A administração acredita que alterações razoáveis das principais premissas utilizadas para determinar os valores recuperáveis não teriam como consequência situações de imparidade substanciais.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. Imobilizado corpóreo

Grupo e Sociedade	Benefitorias em imóveis arrendados £ milhões	Veículos, mobiliário e equipamento £ milhões	Total £ milhões
Custo			
1 de janeiro de 2012	29	534	563
Acréscimos	3	35	38
Alienações	-	(19)	(19)
Abates	(1)	(3)	(4)
Diferenças cambiais	(1)	(1)	(2)
Em 31-12-2012 / 01-01-2013	30	546	576
Acréscimos	4	28	32
Alienações	-	(7)	(7)
Abates	-	(8)	(8)
Diferenças cambiais	1	1	2
31 de dezembro de 2013	35	560	595
Reintegrações			
1 de janeiro de 2012	21	427	448
Dotação do exercício	6	43	49
Alienações	-	(13)	(13)
Abates	(1)	(3)	(4)
Diferenças cambiais	-	1	1
Em 31-12-2012 / 01-01-2013	26	455	481
Dotação do exercício	2	37	39
Alienações	-	(1)	(1)
Abates	-	(7)	(7)
Diferenças cambiais	1	(1)	-
31 de dezembro de 2013	29	483	512
Valor contabilístico líquido			
31 de dezembro de 2013	6	77	83
31 de dezembro de 2012	4	91	95
1 de janeiro de 2012	8	107	115

No final do exercício, os compromissos de rendas enquanto locador ao abrigo de locações operacionais não passíveis de cancelamento ascendiam a £0 (2012: £0) para prazos entre 1 e 5 anos.

24. Outros ativos

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Papel comercial europeu	601	865	601	865
Negociação secundária de crédito	664	485	664	485
Outros saldos	827	270	765	214
	2.092	1.620	2.030	1.564

25. Impostos diferidos

São calculados os impostos diferidos para todas as diferenças temporárias de acordo com o método do passivo e usando uma taxa efetiva de imposto de 20% para 2013 (2012: 23%).

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os movimentos na rubrica de impostos diferidos foram os seguintes:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Em 1 de janeiro	210	224	209	224
Acréscimos/transferências	(3)	(1)	(3)	(1)
Crédito (débito) na conta de exploração	1	(26)	1	(26)
Impostos refletidos no capital (Nota 12)	4	14	4	14
Diferenças cambiais	2	(1)	2	(2)
Em 31 de dezembro	214	210	213	209

Com base nas projeções dos lucros futuros e de medidas de planeamento, a administração espera que os ativos por impostos diferidos sejam utilizados ao longo dos próximos 4-5 anos.

A NIC 12 determina que os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados às taxas de imposto esperadas para o período relevante sempre que o ativo seja realizado ou o passivo seja liquidado com base em taxas de imposto em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O Governo do Reino Unido anunciou que a taxa do imposto sobre as sociedades seria reduzida para 21% a partir de 1 de abril de 2014 e para 20% a partir de 1 de abril de 2015. A redução da taxa de imposto sobre as sociedades para 23% entrou em vigor em julho de 2012 e a redução da taxa de imposto sobre as sociedades para 21% e 20% entrou em vigor em julho de 2013. Os impostos diferidos no Reino Unido foram reconhecidos a uma taxa de 20%, que era a taxa substancialmente em vigor à data de 31 de dezembro de 2013. A taxa principal de imposto sobre as sociedades para o exercício com início em 1 de abril de 2013 reduziu-se de 24% para 23%, o que resultou numa taxa média ponderada de 23,3% para 2013 (2012: 24,5%).

O Grupo aumentou os seus ativos por impostos diferidos de £210 milhões para £214 milhões e da Sociedade de £209 milhões para £213 milhões.

A taxa efetiva de imposto consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 186% (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012: 111%). Esta variação da taxa efetiva comparada com a taxa standard de 20% deveu-se aos seguintes fatores durante o exercício:

- o Governo do Reino Unido reduziu a taxa de imposto de 24% para 23% a partir de 1 de abril de 2013 e a redução adicional para 20% entrou em vigor em julho de 2013;
- ajustamentos do exercício anterior devido a créditos de imposto do Grupo efetivamente reclamados;
- este valor também inclui os atuais custos com impostos das sucursais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são imputáveis às seguintes rubricas:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Passivos por impostos diferidos				
Outras diferenças temporárias	1	1	-	-
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativos por impostos diferidos				
Reintegração acelerada para efeitos fiscais	109	80	109	80
Pensões e outras prestações pós-reforma	16	20	16	20
Provisões para imparidade do crédito	1	2	1	2
Outras diferenças temporárias	24	14	22	12
Prejuízos fiscais transitados	65	95	65	95
	<u>215</u>	<u>211</u>	<u>213</u>	<u>209</u>

82/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os débitos por impostos diferidos na conta de exploração compreendem as seguintes diferenças temporárias:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Reintegração acelerada para efeitos fiscais	(29)	17	(29)	17
Pensões e outras prestações pós-reforma	1	(1)	1	(1)
Provisão para riscos de crédito	1	1	1	1
Provisões e outras diferenças temporárias	(3)	(8)	(3)	(8)
Prejuízos fiscais transitados	29	17	29	17
	<u>(1)</u>	<u>26</u>	<u>(1)</u>	<u>26</u>

26. Títulos de dívida em circulação

Grupo

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Obrigações de médio prazo associadas a ações	105	200
Obrigações de médio prazo de taxa variável	24	38
Obrigações de longo prazo de taxa fixa	502	490
Obrigações de médio prazo no valor de £263,0 milhões	1	-
Obrigações de médio prazo no valor de £648,5 milhões	168	194
	<u>800</u>	<u>922</u>

Sociedade

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Obrigações de médio prazo associadas a ações	105	200
Obrigações de médio prazo de taxa variável	24	38
Obrigações de longo prazo de taxa fixa	502	490
	<u>631</u>	<u>728</u>

As obrigações de médio prazo associadas a ações foram designadas ao justo valor através da conta de exploração. As alterações do justo valor do exercício imputáveis a alterações do risco de crédito destes passivos financeiros corresponderam a prejuízos no valor de £4 milhões (2012: prejuízos de £38 milhões).

A Sociedade procedeu à titularização de hipotecas comerciais e de outros empréstimos através de entidades de finalidades especiais consolidadas. A Sociedade retém o excedente da margem entre os valores cobrados relativamente a estes empréstimos e as quantias pagas relativamente às obrigações detidas por investidores terceiros, emitidas pelas entidades de finalidades especiais. Estes títulos são detidos ao valor amortizado e as diferenças entre este valor e o valor indicado supra refletem os reembolsos. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contabilístico das hipotecas comerciais e de outros empréstimos ascendia a aproximadamente £112 milhões (2012: £146 milhões) e estava classificado em crédito sobre clientes no balanço do Grupo. Um valor semelhante e correspondente de passivos, que são sem recurso ao crédito geral da Sociedade, está classificado em títulos de dívida em circulação.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27. Outros passivos

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012* £ milhões	2013 £ milhões	2012* £ milhões
Aceites de financiamento à exportação	-	1	-	1
Pensões de reforma (Nota 13)	80	86	80	86
Papel comercial europeu	472	847	472	847
Negociação secundária de crédito	416	217	416	217
Outros saldos	568	318	561	313
	<u>1.536</u>	<u>1.469</u>	<u>1.529</u>	<u>1.464</u>

* A divulgação do exercício anterior relativa às obrigações por pensões de reforma definidas e, consequentemente, aos outros saldos foi reformulada para ser consentânea com a apresentação deste exercício, tal como descrito na Nota 1(b) – Alterações da política contabilística e divulgações, NIC 19 – "Benefícios dos empregados – Alterações".

28. Provisões para riscos e encargos

Grupo	Provisões para reestruturação £ milhões		Outras provisões £ milhões		Total £ milhões	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Em 1 de janeiro	5	7	35	14	40
Débito por contrapartida de lucros	9	1	22	14	31	15
Provisões utilizadas	(5)	(3)	-	-	(5)	(3)
Outros movimentos	-	-	1	7	1	7
Em 31 de dezembro	<u>9</u>	<u>5</u>	<u>58</u>	<u>35</u>	<u>67</u>	<u>40</u>

Sociedade	Provisões para reestruturação £ milhões		Outras provisões £ milhões		Total £ milhões	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Em 1 de janeiro	5	6	35	14	40
Débito por contrapartida de lucros	9	1	22	14	31	15
Provisões utilizadas	(5)	(3)	-	-	(5)	(3)
Provisões canceladas	-	-	-	(1)	-	(1)
Outros movimentos	-	1	1	8	1	9
Em 31 de dezembro	<u>9</u>	<u>5</u>	<u>58</u>	<u>35</u>	<u>67</u>	<u>40</u>

A provisão para reestruturação diz respeito às indemnizações a pagar em consequência da redução do pessoal. Espera-se que o valor total seja integralmente utilizado em 2014. Não se prevêem quaisquer reembolsos.

As outras provisões dizem respeito a provisões para custos com contencioso, que são avaliados numa base casuística, tendo em conta a opinião dos advogados sobre cada caso, e provisões para linhas de crédito não sacadas.

29. Capital e reservas

As demonstrações das variações nos capitais próprios consolidados e da Sociedade que figuram nas páginas 25 e 30 contêm mais elementos sobre os movimentos no capital e nas reservas.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A reserva de capital inclui as prestações de capital recebidas da casa-mãe, que são passíveis de distribuição, e £137 milhões de reservas não passíveis de distribuição.

No exercício, não foram pagos dividendos intercalares (2012: £0). Os Administradores não recomendam o pagamento de dividendos finais (2012: £0).

A reserva de conversão inclui todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das operações no estrangeiro.

A reserva de justo valor inclui a alteração líquida acumulada do justo valor dos investimentos disponíveis para venda até que deixem de ser reconhecidos ou fiquem afetados por imparidade.

A reserva de capital corresponde aos movimentos no justo valor dos incentivos baseados em ações atribuídos.

30. Capital social

Atribuído, subscrito e integralmente realizado	2013 £ milhões	2012 £ milhões
1.757.011.711 ações ordinárias em libras esterlinas de £1 cada	<u>1.757</u>	<u>1.757</u>
Ações ordinárias de £1 cada	2013 ações	2012 ações
Em 1 de janeiro e 31 de dezembro	<u>1.757.011.711</u>	<u>1.757.011.711</u>

Todas as ações ordinárias conferem direitos idênticos a respeito do capital, dividendos, direitos de voto e outras matérias.

31. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos, que se vencem num prazo de três meses:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Caixa e saldos junto de bancos centrais	4.257	2.922	4.257	2.922
Crédito sobre bancos (a vencer em 3 meses)	<u>5.631</u>	<u>6.124</u>	<u>5.628</u>	<u>6.104</u>
	<u>9.888</u>	<u>9.046</u>	<u>9.885</u>	<u>9.026</u>

32. Ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade

A Sociedade transferiu títulos relacionados com hipotecas para uma entidade de finalidades especiais (EFE) por uma contrapartida em dinheiro. A EFE é controlada pelo Grupo e consolidada nas contas, embora as obrigações emitidas a partir da EFE tenham sido subscritas por obrigacionistas externos. A obrigação perante os obrigacionistas externos foi registada como um passivo financeiro. O valor contabilístico dos ativos transferidos e do passivo associado em 31 de dezembro de 2013 ascendia a £112 milhões (2012: £146 milhões) e £172 milhões (2012: £199 milhões), respetivamente.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade celebrou operações de financiamento em que vendeu títulos de dívida com um acordo concomitante de os recomprar. Dado que substancialmente todos os riscos e benefícios dos títulos subjacentes foram mantidos, um passivo foi reconhecido e os títulos continuam a figurar no balanço.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade reconheceu ativos no valor de £175 milhões (2012: £560 milhões) e passivos associados no valor de £0 (2012: £498 milhões).

33. Operações com partes relacionadas

A Sociedade é uma subsidiária integralmente detida pelo CHBL, uma sociedade constituída nas Bahamas. Em 19 de dezembro de 2013, as ações da Sociedade foram adquiridas pelo CHBL ao Citibank Investments Limited (CIL). O maior grupo em que os resultados do Grupo são consolidados é encabeçado pelo Citigroup Inc., uma sociedade constituída nos Estados Unidos. O Grupo e a Sociedade definem as partes relacionadas como sendo os membros do Conselho de Administração, os seus familiares próximos, as casas-mãe, as sociedades subsidiárias e as sociedades associadas.

São celebradas algumas operações em termos de mercado com partes relacionadas.

Estas operações incluem empréstimos e depósitos que proporcionam fundos às sociedades do Grupo, bem como contratos de instrumentos derivados usados para cobrir riscos residuais incluídos nos saldos de outros ativos e de outros passivos.

São prestados vários serviços entre partes relacionadas, sendo estes também prestados em termos de mercado. Não foram reconhecidas provisões a respeito de crédito concedido a partes relacionadas (2012: £0). O quadro que se segue contém um resumo dos saldos com partes relacionadas, em que o CHBL é a casa-mãe. (2012: CIL). Não se verificaram operações com partes relacionadas com a casa-mãe de topo, o Citigroup Inc.

Grupo	2013		
	Casa-mãe £ milhões	Outras subsidiárias do Citigroup £ milhões	Total £ milhões
Ativo			
Crédito sobre bancos	-	5.269	5.269
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	4	4
Outros ativos e instrumentos derivados	-	887	887
Passivo			
Depósitos de bancos	-	6.537	6.537
Acréscimos e proveitos diferidos	-	18	18
Outros passivos e instrumentos derivados	-	202	202
Contas extrapatrimoniais			
Compromissos e contingências	-	46	46
Garantias emitidas pelo Grupo	-	5	5
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	14	14
Custos de juros e custos equiparados	-	(36)	(36)
Proveitos líquidos de comissões	-	24	24
Outros proveitos operacionais	-	(2)	(2)
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	-	(5)	(5)
Despesas gerais e administrativas	-	41	41

86/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo	2012		
	Casa-mãe £ milhões	Outras subsidiárias do Citigroup £ milhões	Total £ milhões
Ativo			
Crédito sobre bancos	32	5.552	5.584
Crédito sobre clientes	-	6	6
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	5	5
Outros ativos e instrumentos derivados	-	216	216
Passivo			
Depósitos de bancos	-	4.801	4.801
Contas de clientes	-	126	126
Acréscimos e proveitos diferidos	-	26	26
Outros passivos e instrumentos derivados	-	206	206
Contas extrapatrimoniais			
Compromissos e contingências	-	10	10
Garantias emitidas pelo Grupo	-	3	3
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	2	2
Custos de juros e custos equiparados	-	(32)	(32)
Proveitos líquidos de comissões	-	24	24
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	-	24	24
Outros proveitos operacionais	-	20	20
Despesas gerais e administrativas	-	(8)	(8)

	Sociedade			
	2013			
	Casa-mãe £ milhões	Subsidiárias £ milhões	Outras subsidiárias do Citigroup £ milhões	Total £ milhões
Ativo				
Crédito sobre bancos	-	-	5.266	5.266
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	4	4
Outros ativos e instrumentos derivados	-	-	887	887
Passivo				
Depósitos de bancos	-	36	6.537	6.573
Acréscimos e proveitos diferidos	-	-	18	18
Outros passivos e instrumentos derivados	-	-	194	194
Contas extrapatrimoniais				
Compromissos e contingências	-	-	46	46
Garantias emitidas pelo Grupo	-	-	5	5
Demonstração de Resultados				
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	-	14	14
Custos de juros e custos equiparados	-	-	(36)	(36)
Proveitos líquidos de comissões	-	-	25	25
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	-	-	(2)	(2)
Outros proveitos operacionais	-	-	(5)	(5)
Despesas gerais e administrativas	-	30	49	79

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Sociedade			Total £ milhões
	2012			
	Casa-mãe £ milhões	Subsidiárias £ milhões	Outras subsidiárias do Citigroup £ milhões	
Ativo				
Crédito sobre bancos	32	-	5.541	5.573
Crédito sobre clientes	-	-	6	6
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	5	5
Outros ativos e instrumentos derivados	-	-	216	216
Passivo				
Depósitos de bancos	-	36	4.797	4.833
Contas de clientes	-	-	126	126
Acréscimos e proveitos diferidos	-	-	26	26
Outros passivos e instrumentos derivados	-	1	202	203
Contas extrapatrimoniais				
Compromissos e contingências	-	-	10	10
Garantias emitidas pelo Grupo	-	-	3	3
Demonstração de Resultados				
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	-	2	2
Custos de juros e custos equiparados	-	-	(32)	(32)
Proveitos líquidos de comissões	-	-	24	24
Proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração	-	-	24	24
Outros proveitos operacionais	-	16	20	20
Despesas gerais e administrativas	-	-	(3)	13
Outros custos operacionais	-	-	1	1

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores relativa ao exercício tem a seguinte composição:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Salários e outras regalias de curto prazo	1.072	471
Regalias pós contratação	38	17
Prémios baseados em ações	847	482
	<u>1.957</u>	<u>970</u>

As contribuições para planos de benefícios definidos e de compra em dinheiro beneficiam 6 Administradores (2012: 6). Oito (2012: 7) dos Administradores da Sociedade participam em planos de ações e opções de compra de ações do Citigroup e durante o exercício nenhum (2012: nenhum) dos Administradores exerceu opções. A remuneração do Administrador mais bem pago ascendeu a £896.685 (2012: £402.000), sendo £546.973 (2012: £289.000) relativos a remunerações baseadas em ações e uma pensão com um valor acrescido de £2,417 (2012: £0). Durante o exercício, o Administrador mais bem pago não exerceu opções de compra de ações. Durante o exercício e na data do presente relatório, os Administradores beneficiaram e beneficiam de disposições no sentido da sua indemnização contra terceiros em determinadas circunstâncias.

A remuneração indicada supra baseia-se na quota-parte do tempo dos Administradores despendida em serviços prestados ao Grupo. Quando os Administradores são empregados de outras sociedades do Citigroup, o Grupo não incorre em nenhuns encargos relativos a estes custos.

88/22

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34. Bens dados de penhor

Grupo e Sociedade

Ativos financeiros dados de penhor para passivos

O total do valor contabilístico dos ativos financeiros dados de penhor para passivos ascendia a £993 milhões em 31 de dezembro de 2013 (2012: £1.251 milhões). Estas operações foram realizadas em termos usuais e normais aplicáveis às operações de crédito e incluem ativos dados de penhor ao BCE como parte das Operações de Recompra de Longo Prazo.

Bens aceites a título de garantia de ativos

O justo valor dos bens aceites a título de garantia para atividades creditícias ascendia a £4.297 milhões em 31 de dezembro de 2013 (2012: £4.351 milhões). O justo valor das garantias que foi novamente dado de penhor em 31 de dezembro de 2013 ascendia a £799 milhões (2012: £1.023 milhões). Estas operações foram realizadas em termos usuais e normais aplicáveis às operações de crédito.

35. Contas extrapatrimoniais

O quadro que se segue apresenta os valores nominais do capital e os valores ponderados pelo risco das contas extrapatrimoniais. Os valores nominais do capital indicam o volume de operações em curso à data do balanço e não representam os valores em risco. Os valores ponderados pelo risco foram calculados de acordo com as diretrizes da FSA/PRA sobre a adequação dos capitais próprios.

Grupo e Sociedade	2013		2012	
	Valor do contrato	Valor ponderado pelo risco*	Valor do contrato	Valor ponderado pelo risco*
	£ milhões	£ milhões	£ milhões	£ milhões
Passivos eventuais				
Garantias e cartas de crédito irrevogáveis	<u>1.565</u>	<u>1.203</u>	<u>1.143</u>	<u>1.188</u>
Compromissos				
Outros compromissos:				
- créditos documentários, operações de curto prazo de comércio internacional e outras ops.	10	4	4	2
- facilidades formais não sacadas, linhas de crédito e outros compromissos de mutuar fundos:				
- inferior a 1 ano	2.132	603	2.518	859
- igual ou superior a 1 ano	<u>8.518</u>	<u>3.565</u>	<u>8.096</u>	<u>3.019</u>
	<u>10.660</u>	<u>4.172</u>	<u>10.618</u>	<u>3.880</u>

* Não auditado.

O Grupo concedeu a diversos bancos e outras entidades um determinado número de garantias fixas e variáveis sobre certos direitos sobre títulos, imóveis, bens e dinheiro detidos por tais bancos e entidades ou por conta destes, incluindo garantias relativas à participação do Grupo em sistemas de compensação/liquidação. Estas operações foram realizadas em termos usuais e normais aplicáveis às operações de crédito, empréstimo de títulos e outros financiamentos.

O Grupo reconheceu uma provisão para compromissos firmes não sacados, que é mencionada na nota 28 – Provisões para riscos e encargos, outras provisões.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Objetivos, políticas e estratégias

A concessão de crédito e as operações sobre instrumentos financeiros são fundamentais para a atividade do Grupo. Os riscos associados aos instrumentos financeiros e à exposição de crédito são um componente importante dos riscos globais que o Grupo enfrenta.

Os fins para os quais o Grupo detém ou emite instrumentos financeiros podem ser classificados em quatro categorias principais:

- **Crédito sobre clientes e depósitos de clientes:** o crédito sobre clientes e os depósitos de clientes (do retalho e institucionais) constituem uma parte significativa dos negócios do Grupo. O Grupo tem políticas e estratégias pormenorizadas em relação ao seu crédito sobre clientes e depósitos de clientes, que têm por objetivo minimizar os riscos associados a estes instrumentos financeiros.
- **Títulos da carteira de investimento:** o Grupo detém títulos, com exclusão dos investimentos estratégicos, para utilizar nas suas atividades numa base continuada. O objetivo de deter este tipo de instrumentos financeiros é principalmente para suportar as exigências de garantias, da compensação de títulos ou fundos e apoiar a gestão da liquidez.
- **Instrumentos financeiros:** os instrumentos financeiros são usados para efeitos de balanço do Grupo em termos de minimização do risco de mercado e apoiar a gestão da liquidez. O Departamento de Tesouraria do Grupo é responsável por supervisionar e implementar a gestão do balanço. Em exercícios anteriores, o Grupo também emitiu instrumentos financeiros para financiar a parte do ativo do Grupo não financiada por depósitos de clientes.
- **Cobertura de riscos:** nos casos em que os instrumentos financeiros fazem parte da estratégia de gestão da taxa de juro do Grupo, são classificados como instrumentos económicos de cobertura de riscos. O objetivo de deter instrumentos financeiros para efeitos de cobertura de riscos é anular ou minimizar o risco decorrente de movimentos adversos das taxas de juro, das taxas de câmbio ou dos preços das ações. Os produtos de tesouraria são os principais instrumentos utilizados para cobrir os riscos do balanço em termos económicos.

No exercício da sua atividade normal, o Grupo participa em diversas operações com instrumentos derivados, especialmente nos mercados de ações, taxas de juro e câmbios. São utilizados principalmente para prestar serviços financeiros. Os instrumentos derivados também podem ser utilizados para cobrir riscos em termos económicos ou modificar a exposição do balanço em termos de risco decorrente de uma série de atividades, incluindo de crédito e de aplicações em títulos. A maioria das contrapartes do Grupo em operações de instrumentos derivados são bancos e outras instituições financeiras.

Os riscos envolvidos nas atividades mencionadas acima incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais, que constituem o objeto do quadro de gestão de riscos do Citigroup. Este quadro é definido pelo Diretor do Risco e é desenhado para conseguir um equilíbrio entre uma supervisão empresarial e funções independentes de gestão de riscos bem definidas para monitorizar, avaliar e gerir os principais riscos, com a devida avaliação ao nível das subsidiárias.

No ano transato, o difícil ambiente operacional manteve-se, dado que as preocupações macroeconómicas na Zona Euro afetaram a confiança do mercado, o que continua a afetar os negócios do Grupo e os resultados das suas operações. A performance da economia do Reino Unido e da economia europeia influencia a liquidez e os preços, a procura de crédito por parte das contrapartes, o risco de incidentes ou incumprimento, tudo fatores que podem afetar negativamente a exposição de crédito do Grupo. Embora o Grupo proceda a uma revisão regular das suas exposições de crédito, nestas circunstâncias de mercado, o risco de incumprimento pode surgir de factos difíceis de prever.

Além disso, as atuais condições económicas e de mercado afetaram e podem continuar a afetar a confiança e os gastos dos consumidores, as taxas de insolvência dos particulares e os preços das casas, entre outros fatores, o que aumenta a probabilidade de mais clientes do Grupo entrarem em incumprimento dos seus créditos ou outras obrigações. Por sua vez, tal pode ter como consequência um nível mais elevado de provisões e abates relacionados com o crédito.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A incerteza que reina nos mercados vem pôr ainda mais em evidência a importância das políticas e procedimentos de gestão de riscos descritos seguidamente. O Grupo acredita que uma gestão eficaz dos riscos é de importância primordial para o seu sucesso. Em consequência, o Grupo procura ter um processo de gestão de riscos abrangente para acompanhar, avaliar e gerir os principais riscos que assume no desenvolvimento da sua atividade.

A estrutura de gestão de riscos da Sociedade e intrinsecamente do Grupo baseia-se nos seguintes princípios orientadores:

- uma apetência pelo risco definida, consentânea com a estratégia comercial;
- responsabilização através de um quadro comum de gestão de riscos;
- decisões sobre riscos baseadas em análises transparentes, exatas e rigorosas;
- um modelo comum de capital de risco para avaliar os riscos;
- conhecimentos, estatura, autoridade e independência dos gestores de riscos; e
- autoridade dos gestores de riscos para tomarem decisões e remeterem questões para outros níveis de decisão.

Gestão de riscos

O Citigroup gere os riscos em três dimensões: áreas de negócio; regiões e produtos críticos. Cada uma das principais áreas de negócio tem um Diretor de Risco do Negócio, que é o ponto central para decisões em matéria de risco (tais como definição de limites ou aprovação de operações) na área de negócio.

Também existem Diretores Regionais de Riscos, que são responsáveis pelos riscos na sua área geográfica e são o primeiro ponto de contacto para os Diretores Regionais das unidades de negócio e para as autoridades reguladoras locais. Além disso, existem Gestores do Risco do Produto para áreas de importância crítica para o Citigroup, tais como o imobiliário e crédito fundamental. Os Gestores do Risco do Produto são responsáveis pelos riscos na sua área de especialidade e centram-se em áreas específicas das áreas de negócio e regiões. Funcionam como recursos do Diretor do Risco, bem como dos Diretores do Risco do Negócio e dos Diretores Regionais de Riscos, no sentido de permitir aos Diretores do Risco do Negócio e aos Diretores Regionais de Riscos concentrarem-se melhor na gestão diária de riscos e em dar uma resposta atempada às necessidades da atividade. A gestão de riscos no Grupo é supervisionada pelos Diretores Regionais de Riscos, juntamente com gestores para os diferentes tipos de riscos na região, tais como risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

A estrutura de gestão de riscos do Citigroup também inclui uma equipa de Gestão do Negócio para garantir que a estrutura de gestão de riscos tem infraestruturas e processos adequados e presta informações apropriadas à administração. Esta equipa, que apoia a gestão de riscos dentro do Grupo, inclui:

- a unidade de capital do risco, que continua a aperfeiçoar o modelo de capital de risco, com vista a assegurar a sua coerência em todas as atividades comerciais;
- a unidade de arquitetura de riscos, que procura assegurar sistemas integrados e métricas comuns, permitindo portanto agregar e testar as exposições em toda a instituição;
- a unidade de gestão dos riscos da empresa, que se concentra na melhoria da eficácia dos mecanismos de controlo, aumentando a responsabilização e reduzindo as redundâncias; e
- o posto de Relações Oficiais Estratégicas e Diretor Administrativo, que se centra nas relações oficiais críticas, bem como nas comunicações relacionadas com o risco.

O Grupo apoia-se no modelo e organização de riscos do Citigroup, com a sua supervisão multidimensional do risco e os seus recursos humanos, processos e sistemas para assegurar uma forte supervisão dos riscos da entidade. Além disso, o Grupo tem uma gestão de riscos e mecanismos de controlo locais, com vista a garantir que a tomada de riscos tem resposta a nível local e que a abordagem global do Citigroup é adequada para o Grupo.

11/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Agregação de riscos e testes de stress

O Diretor do Risco do Citigroup, tal como mencionado supra, acompanha e controla as principais exposições e concentrações de riscos na organização. Isto significa proceder à agregação de riscos dentro e entre áreas de negócio, bem como sujeitar esses riscos a cenários de stress alternativos para avaliar o potencial impacto económico que podem ter no Grupo. Esta agregação é feita ao nível do Grupo, bem como ao nível da Sociedade.

Os testes de stress são aplicados a todas as carteiras do Citigroup avaliadas face ao mercado, disponíveis para venda e ao custo amortizado. Estes relatórios de stress, que cobrem toda a empresa, medem o impacto potencial para o Citigroup, o Grupo e as áreas de negócio que o compõem, incluindo o risco de alterações de grande dimensão em diversos tipos de fatores de risco principais (por exemplo, taxas de juro, margens de crédito), bem como o impacto potencial de um determinado número de cenários de stress históricos e hipotéticos futuros e sistémicos.

A título de complemento dos testes de stress descritos acima, a Gestão do Risco fornece atualizações periódicas à administração sénior e ao Conselho de Administração sobre exposições potenciais substanciais no Grupo decorrentes de concentrações de riscos, participantes nos mercados financeiros ou de outras questões sistémicas. Estas avaliações de riscos são exercícios que olham para o futuro e cujo objetivo é informar a administração sénior e o Conselho de Administração sobre o potencial impacto para o Citigroup e para o Grupo que pode resultar direta ou indiretamente de cenários hipotéticos, com base numa análise de ponderação efetuada por gestores de riscos independentes.

Os exercícios de testes de stress e avaliação de riscos complementam os exercícios normais de definição de limites e de capital do risco descritos mais adiante nesta secção, dado que estes processos incorporam acontecimentos ocorridos no mercado e dentro do Grupo que afetam a perspetiva da forma, magnitude, correlação e calendarização dos riscos identificados que podem surgir. Para além de aumentarem a consciencialização e compreensão das exposições potenciais no seio do Grupo, os resultados destes processos servem como ponto de partida para desenvolver estratégias de gestão e minimização de riscos.

Juntamente com os processos já descritos, as secções seguintes resumem os processos postos em prática em 2013 para gerir os principais riscos do Grupo.

Risco de mercado

O risco de mercado (e designadamente o componente de risco de preço) é o risco para os resultados ou o capital decorrente de alterações adversas em fatores de mercado, como taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações e mercadorias, bem como das suas volatilidades implícitas e outros fatores de ordem superior.

A gestão independente de riscos tem como tarefa criar um processo eficaz de gestão de riscos, incluindo a definição de políticas e procedimentos e mecanismos de controlo e limites de risco de mercado apropriados, tendo em conta fatores de ordem comercial, quando adequado. É complementada por uma supervisão do risco adequada por parte da administração sénior das áreas de negócio e corporativas.

A estrutura de risco de mercado define claramente perfis de risco aprovados e segue os princípios e parâmetros da apetência global do Citigroup pelo risco, bem como a do Grupo.

Além disso, o Grupo tem um quadro definido de apetência pelo risco complementado por um limite de VaR diário, com relatórios mensais e trimestrais à administração sénior e ao conselho de Administração, respetivamente.

A gestão deste processo começa nos profissionais que trabalham mais perto dos clientes, produtos e mercados em concreto e estende-se até aos executivos seniores que gerem este negócio, com uma agregação complementar ao nível do país. Em qualquer caso, as áreas de negócio são, em última análise, responsáveis pelos riscos de mercado assumidos e por respeitarem os seus limites definidos.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O risco de mercado abrange o risco de preço, que é definido como o risco para os resultados decorrente de alterações adversas das taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações, bem como das suas volatilidades implícitas. O risco de preço é mensurado usando várias ferramentas, incluindo análise do desfaseamento das taxas de juro, limites de exposição à taxa de juro, testes de stress e análise de cenários, que são aplicados ao risco de taxa de juro decorrente das carteiras que não são de negociação, e limites de fatores de sensibilidade e análises do valor em risco (*Value-at-Risk* – VaR), stress e cenários, que são aplicados às carteiras de negociação. Por iniciativa da Gestão do Risco de Mercado, o VaR pode por vezes ser aplicado à carteira que não é de negociação, a título de medida complementar.

O risco de liquidez do produto tem dois elementos:

- o risco do Grupo poder ser incapaz de vender uma determinada posição ou cobrir um determinado fator de risco devido a não existir um mercado facilmente acessível para esse produto ou fator de risco; e
- o risco do mercado ser incapaz de absorver posições substanciais sem impacto no preço de mercado/avaliação em relação às nossas carteiras de negociação.

Metodologia do VaR

O VaR estima o potencial declínio no valor de uma posição ou de uma carteira em condições normais de mercado, durante um determinado período de detenção e com um determinado intervalo de confiança. A metodologia de VaR desenvolvida e aplicada no Citigroup a um nível global também é usada ao nível das subsidiárias, incluindo o Grupo. A norma no Citigroup é um período de detenção de um dia, com um nível de confiança de 99%. A metodologia do VaR incorpora as sensibilidades dos fatores da carteira de negociação e as volatilidades e correlações desses fatores. O VaR da Sociedade baseia-se nas volatilidades e nas correlações entre uma vasta gama de fatores de risco de mercado, incluindo fatores que seguem o risco específico do emitente e de títulos de capital. As estatísticas do VaR podem variar substancialmente de uma empresa para outra devido a diferenças na composição das carteiras, diferenças nas metodologias do VaR e diferenças nos parâmetros dos modelos. O Citigroup julga que as estatísticas do VaR podem ser usadas mais eficazmente como indicadores de tendências em termos de tomada de riscos dentro de uma empresa, do que como base para inferir diferenças na tomada de riscos entre empresas.

O Citigroup e o Grupo usam uma simulação Monte Carlo, que acreditam estar calibrada de forma conservadora para incorporar a maior volatilidade de mercado de curto prazo (mês mais recente) e de longo prazo (três anos). A simulação Monte Carlo envolve aproximadamente 300.000 fatores de mercado, usa 180.000 séries temporais, com fatores de mercado atualizados diariamente e parâmetros do modelo atualizados semanalmente. As características conservadoras da calibragem do VaR contribuem para um acréscimo de cerca de 20% do que seria um VaR estimado no pressuposto de mercados estáveis e perfeita e normalmente distribuídos. Em condições de mercado normais e estáveis, o Citigroup esperaria portanto que o número de dias em que os prejuízos de negociação excedessem o seu VaR fosse menor do que duas ou três exceções por ano. Os períodos de condições instáveis no mercado fariam crescer o número destas exceções.

Limitações do VaR

Embora sejam efetuados testes históricos extensos do VaR de carteiras hipotéticas, com concentrações variáveis por setor, rating de risco e outros fatores, o VaR pode não dar necessariamente uma indicação da dimensão potencial das perdas quando estas se verificarem. Por isso, são usados limites de sensibilidade dos fatores e testes de stress para além dos limites do VaR.

Na Sociedade, está em funcionamento um limite do VaR, que procura assegurar que os eventuais excessos sejam discutidos e resolvidos entre os quadros da área do risco e a gestão comercial e a administração da entidade. Além disso, a unidade de Papel Comercial Europeu (PCE) está sujeita a limites formais quanto a exposições à taxa de juro e aos emitentes que são controlados de perto pela Gestão do Risco e pela administração comercial sénior.

Embora seja um guia valioso em termos de risco, o VaR deve ser sempre encarado no contexto das suas limitações:

93/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- o uso de dados históricos como base para estimar acontecimentos futuros pode não abranger todos os acontecimentos potenciais, especialmente os de natureza extrema;
- o uso de um período de detenção de um dia assume que todas as posições podem ser liquidadas ou todos os riscos anulados num dia, o que pode não refletir totalmente o risco de mercado em momentos de grande falta de liquidez, em que um período de detenção de um dia pode ser insuficiente para liquidar ou cobrir completamente as posições;
- o uso de um nível de confiança de 99%, por definição, não leva em consideração os prejuízos que se poderiam verificar para além deste nível de confiança;
- o VaR é calculado com base na exposição que vigora no fecho do dia, pelo que não reflete necessariamente a exposição intra-dia; e
- é improvável que o VaR reflita o potencial de prejuízos de exposições que só surgem em caso de movimentos de grande amplitude no mercado.

Conforme já referido acima, as carteiras são sujeitas regularmente a testes de stress para estimar o impacto de movimentos extremos no mercado. Os testes de stress são aplicados às carteiras individuais, bem como a conjuntos de carteiras e áreas de negócio, consoante o que for apropriado. É da responsabilidade da gestão independente do risco de mercado, em conjunto com as áreas de negócio, desenvolver cenários de stress, analisar os resultados dos exercícios periódicos de testes de stress e usar a informação para avaliar a adequação permanente dos níveis de exposição e dos limites.

Cada carteira tem o seu próprio quadro de limites de risco de mercado, que abrange essas medidas, bem como outros mecanismos de controlo, incluindo listas de produtos permitidos e um processo de aprovação de produtos novos para os produtos complexos. Estes limites podem ser definidos ao nível do Citigroup, da Sociedade ou a outro nível, consoante for apropriado.

O quadro seguinte resume o risco de mercado identificando o VaR médio da Sociedade durante o período em análise, bem como à data de 31 de dezembro

	Em 31 de dezembro	Média
	£ milhões	£ milhões
2013		
Risco associado a ações	0,02	0,29
Risco de taxa de juro	0,09	0,06
Global	0,11	0,35
	Em 31 de dezembro	Média
	£ milhões	£ milhões
2012		
Risco associado a ações	0,20	0,05
Risco de taxa de juro	0,04	0,43
Global	0,24	0,48

Risco de taxa de juro dos livros bancários

O risco de taxa de juro das carteiras que não são de negociação é mensurado utilizando a análise do desfasamento das taxas de juro, limites de exposição em termos de taxa de juro e análises de stress e de cenários. A análise do desfasamento das taxas de juro utiliza as datas de vencimento ou refixação das taxas das rubricas do balanço para determinar as exposições em termos de taxas de juro dentro de determinados grupos de prazos. A exposição em termos de taxa de juro mede o impacto nos resultados, durante um determinado período de análise, de um conjunto definido e estandardizado de variações paralelas na curva. A exposição em termos de taxas de juro é calculada separadamente para cada moeda e reflete os desfasamentos de refixação de taxas da posição, bem como a posição de opções, tanto explícitas como embebidas. São fixados limites para o país e atividade em que o Grupo esteja envolvido. Estes limites são monitorizados pela Gestão de Risco de Mercado.

54/28

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A exposição em termos de taxas de juro mede o impacto potencial na margem financeira esperada durante um horizonte contabilístico de 12 meses, 5 anos e 10 anos e foi decomposta nas principais moedas do balanço da Sociedade. O quadro seguinte mostra a exposição em termos de taxas de juro da Sociedade em 31 de dezembro assumindo uma subida paralela de 100 pontos de base das taxas de juro. Uma exposição em termos de taxas de juro positiva indica um aumento potencial dos resultados, ao passo que um valor negativo indica um potencial declínio dos mesmos.

£ milhões	2012			2011		
	12 meses	5 anos	10 anos	12 meses	5 anos	10 anos
USD	5	23	22	7	28	27
EUR	3	11	5	6	29	31
GBP	10	40	40	12	39	40

Exposição cambial

As principais moedas de funcionamento ou operacionais das sucursais da Sociedade no estrangeiro e das subsidiárias do Grupo são a libra esterlina, o euro e o dólar norte-americano. Uma vez que o Grupo prepara as suas demonstrações financeiras consolidadas em libras esterlinas, o seu balanço é afetado pelos movimentos entre essas moedas e a libra esterlina. Esta exposição cambial é mostrada no quadro seguinte. A coluna da esquerda representa a moeda de funcionamento das sucursais da Sociedade e das subsidiárias do Grupo, ao passo que a primeira linha representa a exposição das sucursais e subsidiárias a moedas diferentes da sua moeda de funcionamento.

Moedas funcionais do Grupo

£ milhões	2013				
	GBP	USD	EUR	Outras	Total
GBP	-	(35)	103	(3)	65
EUR	-	(10)	-	-	(10)
Outras	1	4	-	-	5
Total	1	(41)	103	(3)	60

£ milhões	2012				
	GBP	USD	EUR	Outras	Total
GBP	-	(363)	414	(3)	48
EUR	-	291	-	3	294
Outras	-	4	-	-	4
Total	-	(68)	414	-	346

As exposições cambiais em termos de operações surgem em consequência das atividades normais e/ou das operações internacionais entre sucursais.

Risco de liquidez

O Grupo define o risco de liquidez como o risco do Grupo ser incapaz de satisfazer eficazmente as suas necessidades de fluxos de caixa e garantia, presentes e futuras, esperadas ou inesperadas, sem afetar negativamente as suas operações diárias ou a sua situação financeira.

Os objetivos de financiamento e liquidez do Grupo são manter liquidez suficiente para financiar a sua base de ativos existente, bem como o crescimento da sua atividade central, mantendo simultaneamente um excesso de liquidez suficiente, devidamente estruturado, para poder operar numa gama alargada de condições de mercado, incluindo perturbações no mercado, tanto em prazos curtos, como longos.

95/12

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A estrutura do Reino Unido para discutir as questões relacionadas com a gestão da liquidez é o Comité de Gestão de Ativos e Passivos (*Asset and Liability Management Committee* ou ALCO), que inclui quadros superiores do Grupo e é presidido pelo responsável máximo do país. Este Comité é composto pelo Diretor Financeiro do Reino Unido, pelo Diretor Financeiro da EMEA, pelo Gestor de Risco da entidade jurídica do Reino Unido, pelo Tesoureiro do Reino Unido, pelo Tesoureiro Regional da EMEA, pelos Diretores das Unidades de Financiamento e por representantes do negócio cruciais. O ALCO do Reino Unido revê as necessidades atuais e projetadas de financiamento do Grupo, bem como a posição em termos de capital e balanço.

Anualmente, é preparado um plano de liquidez para as entidades bancárias da Europa Ocidental, de que o Grupo faz parte. Os perfis de liquidez da Cadeia Bancária da Europa Ocidental e do Grupo são monitorizados numa base continuada e objeto de um relatório diário. O risco de liquidez é monitorizado através de vários rácios e limites de acordo com a Política de Gestão do Risco de Liquidez do Citigroup. O plano de financiamento e liquidez inclui análises do balanço, bem como das condições económicas e comerciais que afetam as principais subsidiárias operacionais no Reino Unido. Como parte integrante do plano de financiamento e liquidez, são analisados e aprovados limites de liquidez, rácios de liquidez e premissas para testes de stress regulares.

Para fazer face aos seus requisitos dos testes de stress da liquidez e de constrangimentos em termos de rácios de liquidez, o Grupo mantém um acervo de liquidez, que inclui títulos governamentais muito líquidos.

Os testes de stress e as análises de cenários destinam-se a quantificar o potencial impacto de um incidente de liquidez no balanço e na posição de liquidez do Grupo, bem como identificar alternativas de financiamento viáveis que possam ser utilizadas. Estes cenários incluem premissas sobre alterações significativas em fontes de financiamento cruciais, fatores de desencadeamento de mercado (tais como reduções dos ratings de crédito), uso potencial de financiamento e condições políticas e económicas. Estas condições incluem condições de mercado normais e sob stress, bem como eventos específicos da empresa. Alguns testes cobrem eventos de liquidez com a duração de um ano completo, mas outros podem cobrir um choque mais intenso durante um prazo mais curto, por exemplo um mês. Estes potenciais eventos de liquidez podem identificar eventuais desfasamentos nas fontes de liquidez e usos de liquidez durante vários horizontes temporais, sendo os limites de liquidez definidos em consequência. Para monitorizar a liquidez de uma unidade, estes testes de stress e potenciais desfasamentos podem ser calculados a intervalos variáveis, sendo vários testes importantes realizados diariamente.

Dada a gama de potenciais stresses, o Citigroup mantém uma série de planos de financiamento de contingência numa base consolidada, bem como para as entidades individuais, incluindo o Grupo. Os planos especificam uma gama alargada de medidas que podem ser adotadas de forma expediente em várias condições de mercado adversas ou perturbações idiossincráticas.

O quadro seguinte mostra os ativos e passivos do Grupo agrupados por prazos de vencimento relevantes, com base no prazo remanescente à data do balanço face à data de vencimento contratual. Deve notar-se que na gestão do risco de liquidez, a administração usa determinadas premissas baseadas em características de comportamento que diferem das datas contratuais de vencimento que figuram neste quadro:

96/20

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo 2013	Até 1 ano £ milhões	> de 1 ano e < de 5 anos £ milhões	Mais de 5 anos £ milhões	Total £ milhões
Ativo				
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	4.257	-	-	4.257
Crédito sobre bancos	5.702	25	-	5.727
Crédito sobre clientes	1.990	1.174	1.041	4.205
Instrumentos financeiros derivados	28	190	23	241
Ativos da carteira de negociação	645	210	248	1.103
Títulos da carteira de investimento	1.074	1.066	211	2.351
Todos os outros ativos	2.169	219	284	2.672
Total do ativo	15.865	2.884	1.807	20.556
Total do ativo em 2012	14.241	4.586	1.566	20.393
Passivo				
Depósitos de bancos	5.199	1.776	107	7.082
Contas de clientes	8.237	33	-	8.270
Instrumentos financeiros derivados	78	150	27	255
Títulos de dívida em circulação	681	36	83	800
Todos os outros passivos e fundos próprios	1.631	13	2.505	4.149
Total do passivo e fundos próprios	15.826	2.008	2.722	20.556
Total do passivo em 2012	16.646	1.025	2.722	20.393
Desfasamento líquido de liquidez em 2013	39	876	(915)	-
Desfasamento líquido de liquidez em 2012	(2.405)	3.561	(1.156)	-

O quadro seguinte mostra os ativos e passivos da Sociedade agrupados por prazos de vencimento relevantes, com base no prazo remanescente à data do balanço face à data de vencimento contratual:

Sociedade 2013	Até 1 ano £ milhões	> de 1 ano e < de 5 anos £ milhões	Mais de 5 anos £ milhões	Total £ milhões
Ativo				
Caixa e depósitos junto de bancos centrais	4.257	-	-	4.257
Crédito sobre bancos	5.699	25	-	5.724
Crédito sobre clientes	1.879	1.174	1.040	4.093
Instrumentos financeiros derivados	29	190	22	241
Ativos da carteira de negociação	645	210	248	1.103
Títulos da carteira de investimento	1.074	1.067	210	2.351
Todos os outros ativos	2.129	218	286	2.633
Total do ativo	15.712	2.884	1.806	20.402
Total do ativo em 2012	14.026	4.578	1.566	20.170
Passivo				
Depósitos de bancos	5.235	1.776	107	7.118
Contas de clientes	8.237	33	-	8.270
Instrumentos financeiros derivados	78	150	27	255
Títulos de dívida em circulação	512	36	83	631
Todos os outros passivos e fundos próprios	1.623	13	2.492	4.128
Total do passivo e fundos próprios	15.685	2.008	2.709	20.402
Total do passivo em 2012	16.455	1.029	2.686	20.170
Desfasamento líquido de liquidez em 2013	27	876	(903)	-
Desfasamento líquido de liquidez em 2012	(2.429)	3.549	(1.120)	-

O quadro seguinte afeta os passivos do Grupo aos grupos de prazos de vencimento relevantes com base com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados remanescentes até ao vencimento. Os valores indicados no quadro correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, ao passo que o Grupo gere o risco de liquidez com base no vencimento contratual, tal como indicado no quadro anterior.

97/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os instrumentos derivados não foram incluídos no quadro porque não são detidos para liquidação durante o prazo de vencimento contratual.

Grupo	Até 3 meses £ milhões	> de 3 meses e < de 1 ano £ milhões	> de 1 ano e < de 5 anos £ milhões	Mais de 5 anos £ milhões	Entrada/ (saída) nominal bruta £ milhões
2013					
Passivo					
Depósitos de bancos	5.221	-	1.895	116	7.232
Contas de clientes	8.197	76	35	-	8.308
Títulos de dívida em circulação	17	671	37	115	840
Outros passivos	1.462	-	-	-	1.462
	<u>14.897</u>	<u>747</u>	<u>1.967</u>	<u>231</u>	<u>17.842</u>
2012					
Passivo					
Depósitos de bancos	3.360	2.679	237	140	6.416
Contas de clientes	8.604	221	-	-	8.825
Títulos de dívida em circulação	60	259	537	146	1.002
Outros passivos	1.385	-	-	-	1.385
	<u>13.409</u>	<u>3.159</u>	<u>774</u>	<u>286</u>	<u>17.628</u>

O quadro seguinte analisa os passivos da Sociedade agrupados por prazos de vencimento relevantes com base com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados remanescentes incluindo juros:

Sociedade	Até 3 meses £ milhões	> de 3 meses e < de 1 ano £ milhões	> de 1 ano e < de 5 anos £ milhões	Mais de 5 anos £ milhões	Entrada/ (saída) nominal bruta £ milhões
2013					
Passivo					
Depósitos de bancos	5.257	-	1.895	116	7.268
Contas de clientes	8.197	76	35	-	8.308
Títulos de dívida em circulação	17	502	37	115	671
Outros passivos	1.455	-	-	-	1.455
	<u>14.926</u>	<u>578</u>	<u>1.967</u>	<u>231</u>	<u>17.702</u>
2012					
Passivo					
Depósitos de bancos	3.393	2.679	237	140	6.449
Contas de clientes	8.604	224	-	-	8.828
Títulos de dívida em circulação	60	65	537	146	808
Outros passivos	1.377	-	-	-	1.377
	<u>13.434</u>	<u>2.968</u>	<u>774</u>	<u>286</u>	<u>17.462</u>

Durante o último trimestre de 2012, a Sociedade emitiu obrigações de longo prazo de taxa fixa, com vencimento em junho de 2014.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao potencial de perdas financeiras decorrentes de um mutuário ou contraparte não honrar as suas obrigações financeiras ou contratuais. O risco de crédito decorre de muitas atividades do Citigroup, incluindo:

- crédito;
- vendas e negociação;
- instrumentos derivados;
- operações com valores mobiliários;
- liquidação; e
- quando o Citigroup atua como intermediário por conta dos seus clientes e terceiros.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O processo creditício do Citigroup está ancorado numa série de políticas fundamentais, incluindo:

- responsabilidade conjunta e independente da gestão de riscos e das unidades de negócio no que concerne a gestão dos riscos de crédito;
- centro de controlo único para cada relacionamento de crédito, que coordena as atividades creditícias relativas a esse cliente;
- para conceder crédito, necessidade de um mínimo de duas assinaturas de pessoal de crédito autorizado, uma das quais tem de ser do funcionário de crédito da área de negócio que patrocina a operação e a outra de um funcionário de crédito da gestão independente do risco de crédito;
- normas de rating de riscos uniformes, aplicáveis a todos os devedores e a todas as facilidades de crédito; e
- normas uniformes para a produção de documentação creditícia e gestão das medidas em caso de incumprimento.
- limites de carteira para garantir a diversificação e manter o alinhamento risco/capital.

O Grupo apoia-se no processo do Citigroup, conforme já descrito acima, com governação e gestão local apropriadas.

Crédito a empresas

O crédito a empresas é identificado como estando afetado por imparidade quando se determina que o pagamento de juros ou do capital é duvidoso ou quando os juros ou o capital estão em mora há 90 dias ou mais, exceto quando o crédito está bem garantido e em vias de cobrança. O crédito a empresas afetado por imparidade é abatido na medida em que o capital seja considerado incobrável. O crédito afetado por imparidade dependente de garantias é abatido até ao valor do custo ou o valor das garantias, consoante o que for menor, menos os custos de alienação.

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume definindo limites relativos ao montante de risco aceite para um determinado mutuário ou grupos de mutuários e a regiões e setores de atividade. Estes riscos são controlados numa base contínua e estão sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes.

A exposição a cada mutuário é ainda restringida por sublimites que cobrem a exposição no balanço e fora de balanço. A exposição efetiva é controlada diariamente face aos limites. A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários de fazerem face às obrigações de pagamento de juros e reembolso do capital e da alteração de tais limites sempre que tal se revele adequado. A exposição ao risco de crédito também é gerida em parte através da obtenção de garantias reais e pessoais, mas uma parte significativa diz respeito a financiamentos que não podem beneficiar de tais garantias.

As contrapartes do Grupo no crédito a empresas são tipicamente clientes globais com grau de investimento, a que normalmente não é solicitado que deem montantes significativos de garantias para os financiamentos que lhes são concedidos. Nos casos em que são prestadas garantias, trata-se normalmente de numerário, títulos negociáveis e ónus sobre bens móveis e imóveis.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito é representada pelos ativos financeiros que figuram no balanço e, adicionalmente, pelas rubricas extrapatrimoniais referidas na Nota 35 – Contas extrapatrimoniais.

Instrumentos derivados

O Grupo mantém limites de controlo estritos para as posições líquidas abertas em instrumentos derivados, quer por valor, quer por prazo. Em cada momento, o montante sujeito a risco de crédito está limitado ao justo valor atual dos instrumentos que são favoráveis ao Grupo (ou seja, ativos quando o justo valor é positivo), o que, no que concerne aos instrumentos derivados, é apenas uma pequena fração do contrato ou dos valores abstratos usados para expressar o volume dos instrumentos em vigor. Para além deste justo valor corrente, o risco de crédito inclui exposições potenciais decorrentes de movimentos futuros no mercado e a combinação destes é gerida como parte integrante dos limites globais de crédito dos clientes.

Verifica-se risco de sentido negativo (risco potenciado) quando existe uma forte correlação entre a probabilidade de incumprimento da contraparte e o valor da operação subjacente avaliado face ao

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

mercado. O Grupo recorre a vários procedimentos para monitorizar e controlar o risco de sentido negativo, incluindo a exigência das entidades obterem aprovação prévia antes de se envolverem em operações desta natureza fora das diretrizes pré-definidas. Este risco é mitigado através do recurso a acordos de compensação obrigatórios e requisitos em termos de margem.

O Grupo procura restringir a sua exposição a prejuízos do crédito através de celebração de contratos globais de compensação com a maioria das contrapartes com quem realiza um volume significativo de operações. Em geral, os contratos globais de compensação não têm como consequência a compensação de ativos e passivos do balanço, dado que as operações são normalmente liquidadas numa base bruta. No entanto, o risco de crédito associado aos contratos favoráveis é reduzido através dos contratos de compensação global na medida em que, se se verificar um caso de incumprimento, todos os montantes da contraparte são resolvidos e liquidados numa base líquida. Muitos destes contratos também preveem a necessidade de depósitos de margem de variação ou garantias, reduzindo ainda mais a exposição do Grupo. A mensuração interna da exposição a cada facilidade de crédito tem em consideração os acordos de compensação e de margem juridicamente vinculativos – tanto em termos de exposição atual, como em termos de cálculo simulado da potencial exposição futura.

Compromissos fora do balanço relacionados com crédito

O principal objetivo destes instrumentos é assegurar que existem fundos disponíveis para um cliente quando são necessários. As garantias e as aberturas de cartas de crédito – que representam garantias irrevogáveis de que o Grupo vai assumir o pagamento quando o cliente não consegue fazer face às suas obrigações perante terceiros – têm o mesmo risco que os empréstimos. Os créditos documentários e as cartas de crédito comerciais – que são compromissos escritos do Grupo por conta de um cliente a autorizar terceiros a sacar fundos sobre o Grupo até uma quantia estipulada e de acordo com termos e condições específicos – são caucionados pelas expedições subjacentes de mercadorias a que dizem respeito e têm, portanto, menos riscos que os financiamentos diretos. As linhas de crédito não utilizadas representam a porção não utilizada da linha de crédito, que pode ser utilizada sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que concerne ao risco de crédito das linhas de crédito, o Grupo está potencialmente exposto a prejuízos num valor igual ao valor total das linhas não sacadas. No entanto, o valor provável dos prejuízos é menor que o valor total das linhas não sacadas, uma vez que a maior parte das linhas de crédito está condicionada aos clientes preencherem critérios de crédito específicos. O Grupo monitoriza o prazo remanescente até ao vencimento das linhas de crédito porque os compromissos de prazo mais longo normalmente têm um grau de risco superior aos de prazo mais curto.

Gestão do risco de crédito

Os dois segmentos de prestação de informações, Citicorp e Citi Holdings, usam abordagens diferentes à gestão do risco de crédito. Cada uma destas abordagens é analisada separadamente a seguir.

Grupo de Clientes Institucionais

O risco de crédito é mensurado pelas facilidades totais e uma mensuração da exposição, que consiste nos valores das facilidades utilizadas e não utilizadas. Há cinco tipos de exposição: direta, contingente, contraparte, liquidação e compensação.

As facilidades têm de ser aprovadas por funcionários independentes do Risco e do Crédito. As facilidades são reavaliadas anualmente e, nesse seguimento, são novamente aprovadas ou rescindidas. A concessão de crédito é regulada por limites que se baseiam no rating do risco dos devedores. A necessidade de garantias é definida por um funcionário do Crédito. A qualidade das garantias recebidas é um dos fatores considerados no cálculo dos ratings de risco internos.

O risco de crédito está refletido num quadro definido de apetência do Grupo pelo risco, que é complementado por uma monitorização regular das exposições, com relatórios mensais e trimestrais para a administração sénior e o Conselho de Administração, respetivamente.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Garantias

O quadro seguinte mostra o efeito financeiro estimado das garantias na exposição máxima do Grupo ao risco de crédito.

Grupo e Sociedade	Total £ milhões	Provisões para riscos de crédito £ milhões	Total líquido £ milhões	Exposição não garantida £ milhões	Exposição garantida £ milhões	Cobertura da exposição garantida por garantias			
						1%-25%	26%-50%	51%-100%	>100%
2013	4.131	(64)	4.067	2.798	1.269	271	32	217	749
Crédito a empresas	3.502	(56)	3.446	2.549	897	246	-	27	624
Crédito comercial	629	(8)	621	249	372	25	12	190	125
Outro crédito									

Grupo e Sociedade	Total £ milhões	Provisões para riscos de crédito £ milhões	Total líquido £ milhões	Exposição não garantida £ milhões	Exposição garantida £ milhões	Cobertura da exposição garantida por garantias			
						1%-25%	26%-50%	51%-100%	>100%
2013	210	(72)	138	128	10	-	1	8	1
Crédito ao consumo local	190	(68)	122	122	-	-	-	-	-
Cartões de débito e crédito	20	(4)	16	6	10	-	1	8	1
Crédito ao consumo									
Total de crédito sobre clientes	4.341	(136)	4.205	2.926	1.279				

Grupo e Sociedade	Total £ milhões	Provisões para riscos de crédito £ milhões	Total líquido £ milhões	Exposição não garantida £ milhões	Exposição garantida £ milhões	Cobertura da exposição garantida por garantias			
						1%-25%	26%-50%	51%-100%	>100%
2013	4.607	(60)	4.547	1.801	2.746	79	72	1.395	1.200
Crédito a empresas	3.960	(21)	3.939	1.712	2.227	77	65	1.349	730
Crédito comercial	647	(39)	608	89	519	2	7	46	464
Outro crédito									

Grupo e Sociedade	Total £ milhões	Provisões para riscos de crédito £ milhões	Total líquido £ milhões	Exposição não garantida £ milhões	Exposição garantida £ milhões	Cobertura da exposição garantida por garantias			
						1%-25%	26%-50%	51%-100%	>100%
2012	501	(172)	329	241	88	11	23	40	14
Crédito ao consumo local	258	(94)	164	164	-	-	-	-	-
Cartões de débito e crédito	243	(78)	165	77	88	11	23	40	14
Crédito ao consumo									
Total de crédito sobre clientes	5.108	(232)	4.876	2.402	2.834				

As garantias detidas pelo Grupo para estas operações incluem:

- garantias físicas, tais como títulos negociáveis;
- garantias físicas, tais como imóveis, equipamento, mobiliário e equipamento, navios;
- outros tipos de garantias de crédito, tais como contas a receber.

A qualidade de crédito dos ativos é controlada regularmente e comunicada à administração sénior e ao conselho de administração trimestralmente. Além disso, as informações sobre exposições de risco elevado são comunicadas à administração sénior mensalmente. Os incidentes de crédito súbitos são remetidos prontamente a responsáveis seniores pelo risco e questões comerciais.

No final de 2013, 93% (2012: 90%) do crédito sobre bancos do Grupo consistia em saldos com entidades congêneres do Citigroup.

Em 2013, os instrumentos financeiros derivados compreendiam 94% de instrumentos (2012: 91%) classificados com AA+ a A-.

Qualidade do crédito – carteira de negociação

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Grupo é mantida através do cumprimento das políticas do Citigroup sobre concessão de crédito a contrapartes. O Grupo monitoriza os ratings de crédito das suas contrapartes e o quadro que se segue apresenta a decomposição da carteira de negociação do Grupo de

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

papel comercial europeu, obrigações de emitentes privados e obrigações de emitentes públicos por designação de agência de rating baseada nos ratings da Standard & Poors em 31 de dezembro:

	Carteira de negociação			
	Crédito sobre clientes	Papel comercial europeu	Obrigações de emitentes privados	Obrigações de emitentes públicos
	2013	2013	2013	2013
	%	%	%	%
AAA a AA-	-	84	37	-
A+ a A-	-	16	19	-
Inferior a A-	-	-	15	100
Sem rating	100	-	29	-
	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
	2012	2012	2012	2012
	%	%	%	%
AAA	-	73	-	-
A+ a A-	-	27	53	100
Inferior a A-	4	-	47	-
Sem rating	96	-	-	-
	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

Qualidade do crédito – crédito a empresas

O Citigroup estabeleceu um processo de gestão de riscos para monitorizar, avaliar e gerir os principais riscos associados à sua carteira de crédito a empresas. O funcionário do Crédito, como parte integrante da aprovação e monitorização das facilidades, é responsável por avaliar a necessidade ou a qualidade das garantias dadas.

Como parte integrante do seu processo de gestão de riscos, o Citigroup atribui ratings de risco numéricos às suas facilidades de crédito a empresas com base em avaliações quantitativas e qualitativas do devedor e da facilidade. Estes ratings de risco são revistos pelo menos anualmente e com uma frequência maior se factos relacionados com o devedor ou a facilidade assim o exigirem.

Os fatores considerados na atribuição dos ratings de risco incluem:

- a situação financeira do devedor;
- uma avaliação qualitativa da gestão e da estratégia;
- o montante e as fontes de reembolso;
- o montante e tipo de garantias e contratos de garantias;
- o montante e tipo das contingências associadas ao devedor; e
- o setor e a localização geográfica do devedor.

Os ratings de risco dos devedores são definidos por intervalos de probabilidade de incumprimento. Os ratings do risco das facilidades são definidos por intervalos de normas de prejuízos, que correspondem ao produto da probabilidade de incumprimento pelos prejuízos decorrentes do incumprimento. As categorias de rating de grau de investimento são semelhantes à categoria BBB-/Baa3 e superiores definidas pela S&P e pela Moody's. Os créditos classificados de acordo com as definições regulamentares norte-americanas com menção especial, substandard e duvidoso têm ratings de risco dentro das categorias fora do grau de investimento.

As definições regulamentares do banco foram usadas para efeitos de informação e estas definições estão formuladas nos ratings do risco das facilidades descritos supra. Uma descrição das classificações é fornecida seguidamente.

Bom

Uma facilidade com Bom não tem fraquezas evidentes e tem um risco marginal ou reduzida gravidade dos prejuízos e está adequadamente protegida pelo valor atual e capacidade de serviço da dívida do devedor.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Menção especial Um ativo com menção especial tem fraquezas potenciais que necessitam de atenção de perto por parte da administração.

A classificação substandard é decomposta em três categorias:

- *Substandard* Um ativo substandard está inadequadamente protegido pelo valor atual e capacidade de serviço da dívida do devedor ou das garantias dadas, se existirem.
- *Duvidoso* Um ativo duvidoso tem todas as fraquezas inerentes a um ativo classificado como substandard, mais a característica de que as fraquezas tornam a cobrança ou liquidação integral altamente questionável e improvável, com base nos factos, condições e valores existentes.
- *Malparado* Os ativos classificados em malparado são considerados incobráveis e de valor tão reduzido que a sua continuação como ativo bancário não é adequada.

Renegociações – crédito a empresas

Em determinadas circunstâncias, o Grupo modifica alguns dos seus créditos a empresas que envolvem mutuários que não estão em dificuldades. Estas modificações estão sujeitas às regras normais de subscrição de novos empréstimos do Citigroup e são executadas no exercício da atividade normal para responder às necessidades dos clientes com produtos ou programas disponibilizados pelo Citigroup.

O Citigroup também auxilia mutuários que enfrentem dificuldades financeiras concedendo-lhes facilidades de renegociação. Em relação ao crédito a empresas, são dadas facilidades de renegociação quando o crédito é reestruturado através de concessões como alteração da taxa de juro ou dos cronogramas de pagamento do capital e/ou juros ou ambas.

O quadro seguinte mostra a qualidade de crédito dos empréstimos reestruturados e não reestruturados:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Total de crédito a empresas sobre clientes	4.131	4.607
Total de provisões para crédito sobre clientes	(64)	(60)
Total de crédito a empresas sobre clientes, líquido	<u>4.067</u>	<u>4.547</u>
Crédito reestruturado		
Crédito a empresas, bruto	<u>88</u>	<u>74</u>
Substandard ou pior	88	74
Provisões coletivas	<u>4</u>	<u>-</u>
Substandard ou pior	4	-
Provisões específicas	<u>14</u>	<u>12</u>
Substandard ou pior	14	12
Crédito a empresas, líquido	<u>70</u>	<u>62</u>
Crédito não reestruturado		
Crédito a empresas, bruto	<u>4.043</u>	<u>4.533</u>
Bom	3.285	3.768
Menção especial	309	205
Substandard ou pior	449	560
Provisões coletivas	<u>46</u>	<u>43</u>
Bom	9	3
Menção especial	2	2
Substandard ou pior	35	38
Provisões específicas	<u>-</u>	<u>5</u>
Substandard ou pior	-	5
Crédito a empresas, líquido	<u>3.997</u>	<u>4.485</u>

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nestas informações, o Grupo adotou a definição de reestruturação de dívida em dificuldades que o Citigroup usa globalmente. Em consequência, esta definição e o quadro supra excluem o crédito em que foram feitas concessões temporárias, crédito reestruturado com novos termos iguais ou mais favoráveis para o Citigroup, crédito renegociado sujeito a condições que não foram cumpridas em 31 de dezembro e crédito renegociado antes do processo de contabilização da reestruturação da dívida em dificuldades ter sido definido. Nos ativos de crédito a empresas há crédito no valor de £0 milhões (2012: £0 milhões) que está em mora, mas não está afetado por imparidade.

Citi Holdings - Crédito ao Consumo Local

Os Diretores Comerciais nacionais são responsáveis pelas carteiras e respondem pela gestão do equilíbrio entre risco e a rentabilidade das suas áreas de negócio. Em colaboração com os Diretores de Crédito Seniores/Nacionais, implementam políticas, procedimentos e práticas de gestão de riscos nas suas áreas de negócio, no respeito das políticas globais sobre o risco do crédito ao consumo.

Os funcionários responsáveis pelo risco do crédito ao consumo controlam regularmente a performance das áreas de negócio do crédito ao consumo e garantem o exercício de um controlo adequado. É empregue uma abordagem diferenciada baseada no risco, de forma que as atividades críticas, por exemplo as cobranças e o controlo de fraudes, sejam analisadas com maior frequência.

Os níveis de autorização de crédito, o processo de delegação, os processos de aprovação das carteiras, as aprovações de produtos e outros tipos de aprovações exigidos, bem como os níveis de autorização de crédito e responsabilidades estão definidos nas Políticas de Crédito ao Consumo e Políticas de Risco de Fraude globais. Estas políticas definem um conjunto coerente de normas para nomear funcionários de Crédito e funcionários seniores de Crédito, agilizar o processo de aprovação, criar políticas auditáveis e procurar assegurar a responsabilidade e responsabilização do pessoal envolvido na gestão de riscos. O Diretor de Crédito ao nível do país elabora a estratégia de crédito em colaboração com o Diretor Comercial do país, sendo esta depois revista pelo Diretor Regional Sénior de Crédito.

Existe um conjunto definido de medidas, procedimentos e políticas que tem por objetivo controlar os resultados das carteiras de crédito ao consumo, incluindo:

- a comparação de indicadores da performance histórica;
- análises do Diretor de Crédito do país;
- testes de stress; e
- mandatos e poderes de aprovação.

Para além destes procedimentos, cada unidade de negócio tem valores de referências para o crédito que definem as suas expectativas de curto e longo prazo.

A qualidade do crédito dos ativos do Crédito ao Consumo Local é mensurada e comunicada num modelo de dias em mora. Este modelo identifica o valor bruto dos saldos correntes (ou seja, que ainda não estão em mora) e dos saldos que estão em mora, dependendo do número de dias há que estão em mora.

100/100

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Grupo e Sociedade 2013	Devedores de cartões de crédito e débito £ milhões	Crédito ao consumo £ milhões	Total £ milhões
Valor bruto	190	20	210
Valor contabilístico	122	16	138
<i>Avaliado individualmente</i>			
Em mora há 1-119 dias	2	4	6
Em mora há 120-179 dias	-	-	-
Valor bruto	2	4	6
Provisão para créditos avaliados individualmente	(1)	(3)	(4)
Valor contabilístico	1	1	2
<i>Avaliado coletivamente</i>			
Corrente	161	11	172
Em mora há 1-119 dias	23	5	28
Em mora há 120-180 dias	4	-	4
Valor bruto	188	16	204
Provisão para créditos avaliados coletivamente	(67)	(1)	(68)
Valor contabilístico	121	15	136
Valor contabilístico total	122	16	138
Grupo e Sociedade 2012			
Valor bruto	258	243	501
Valor contabilístico	164	165	329
<i>Avaliado individualmente</i>			
Em mora há 1-119 dias	7	82	89
Em mora há 120-179 dias	1	-	1
Valor bruto	8	82	90
Provisão para créditos avaliados individualmente	(3)	(35)	(38)
Valor contabilístico	5	47	52
<i>Avaliado coletivamente</i>			
Corrente	190	118	308
Em mora há 1-119 dias	49	37	86
Em mora há 120-180 dias	11	6	17
Valor bruto	250	161	411
Provisão para créditos avaliados coletivamente	(91)	(43)	(134)
Valor contabilístico	159	118	277
Valor contabilístico total	164	165	329

O modelo de mora mostra que 82% (2012: 62%) do saldo bruto é corrente, 16% (2012: 35%) está em mora há 1 – 119 dias e 2% (2012: 3%) está em mora há mais de 120 dias.

O crédito corrente que figura no quadro acima não é considerado em mora, nem afetado por imparidade.

A provisão para créditos avaliados coletivamente inclui uma dotação suplementar de £55 milhões (2012: £115 milhões) determinada pela administração para os créditos na Grécia, dado que se continuam a verificar muitas incertezas e desafios no ambiente operacional.

Renegociações – Crédito ao Consumo Local

O Grupo concede alterações das facilidades a determinados mutuários de crédito ao consumo em dificuldades financeiras. Verifica-se uma alteração quando o Grupo concede uma redução da taxa de juro, perdoo capital e/ou concede uma prorrogação do prazo.

107/00x

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considera-se que a concessão de termos renegociados como indicado acima constitui sempre um sinal de imparidade. Quando isto acontece, são registadas provisões para imparidade de créditos avaliados individualmente, mensuradas como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros descontados (com exclusão dos prejuízos do crédito futuros que não tenham sido incorridos), descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. A experiência histórica com o programa de renegociação respetivo é uma das variáveis consideradas na estimativa dos fluxos de caixa futuros de cada grupo.

O quadro seguinte apresenta o total de crédito a empresas sujeito a alterações. O quadro não inclui o crédito em que foram feitas concessões temporárias, crédito reestruturado com novos termos iguais ou mais favoráveis para o Citigroup, crédito renegociado sujeito a condições que não foram cumpridas no final do exercício e crédito renegociado antes do processo de contabilização da reestruturação da dívida em dificuldades ter sido definido.

Programa	Crédito à habitação	Cartões de débito e de crédito	Crédito ao consumo
	2013	2013	2013
	Modificações	Modificações	Modificações
Número de créditos renegociados	1	1.624	-
Número total de créditos	1	162.560	886
Crédito renegociado			
Redução média da taxa de juro	0,00%	10,65%	0,00%
	£ milhões	£ milhões	£ milhões
Montante bruto renegociado	-	6	-
Provisão para créditos avaliados individualmente	-	(4)	-
Valor contabilístico total	-	2	-
	2012	2012	2012
	Modificações	Modificações	Modificações
Número de créditos renegociados	46	7.775	3.641
Número total de créditos	2.100	248.074	17.355
Crédito renegociado			
Redução média da taxa de juro	3,41%	9,31%	2,63%
	£ milhões	£ milhões	£ milhões
Montante bruto renegociado	2	49	23
Provisão para créditos avaliados individualmente	(1)	(29)	(12)
Valor contabilístico total	1	20	11

Durante o exercício, a Sociedade alienou as suas carteiras de crédito ao consumo a particulares, cartões de crédito encerrados e crédito hipotecário na Grécia. Para mais pormenores, consultar a Nota 10 – Prejuízos na alienação de operações.

Concentração do risco de crédito

Verifica-se uma concentração do risco de crédito quando um determinado número de contrapartes estão envolvidas em atividades semelhantes e têm características económicas similares que fazem com que a sua capacidade de cumprir as suas obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante por alterações das condições económicas.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A concentração de risco de crédito do Grupo e da Sociedade por setor figura no quadro seguinte:

	Grupo		Sociedade	
	2013 £ milhões	2012 £ milhões	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Indústria química	60	130	60	130
Comunicações	137	40	137	40
Serviços básicos (água, gás, etc.)	1.032	1.187	920	1.039
Engenharia	451	165	451	165
Transportes	408	497	408	497
Setor financeiro	1.124	828	1.124	828
Indústria transformadora	396	529	396	529
Outros	597	1.500	597	1.495
	<u>4.205</u>	<u>4.876</u>	<u>4.093</u>	<u>4.723</u>

O quadro anterior mostra que a maior exposição sectorial se verifica no setor financeiro. A rubrica de outros inclui crédito concedido a particulares e pequenas empresas que não é abrangido por outras categorias. Inclui a carteira grega de crédito ao consumo e outras empréstimos a empresas. Em consonância com a estratégia do Citi Holdings e à luz da incerteza quanto às condições económicas locais, a carteira grega de crédito ao consumo é acompanhada de perto e gerida de forma ativa. Uma parte da carteira grega de crédito hipotecário a particulares integrante da rubrica de outras exposições foi vendida em dezembro de 2013, reduzindo assim significativamente a concentração na Grécia que se verificava em exercícios anteriores.

Risco país

O risco país é o risco de que um acontecimento num país (causado por desenvolvimentos internos ou externos desse país) prejudique o valor das operações do Citigroup ou afete de forma negativa a capacidade dos devedores desse país honrarem as suas obrigações perante o Citigroup. Os eventos de risco país podem incluir incumprimentos da dívida soberana, incumprimentos ou crises no setor bancário, crises cambiais e/ou acontecimentos políticos.

A informação que se segue baseia-se nas medidas internas de gestão de risco do Citigroup. A designação do país nos sistemas de gestão de risco do Citigroup baseia-se no país a que o relacionamento com o cliente, considerado como um todo, está mais diretamente exposto a riscos económicos, financeiros, sociopolíticos ou jurídicos. Abrange a exposição a subsidiárias implicadas no relacionamento com o cliente que estejam domiciliadas fora desse país.

O Citigroup avalia regularmente o risco de prejuízos associados às exposições aos países. Esta análise leva em consideração os cenários alternativos que se possam desenvolver, bem como as características específicas da carteira do Grupo, tais como a estrutura das operações e as garantias. Presentemente, o Grupo acredita que o risco de prejuízos associados às exposições indicadas seguidamente é provavelmente significativamente menor que o valor das exposições indicado infra e está devidamente dimensionado relativamente às operações nesses países.

Tal como referido no Relatório Estratégico, dada a deterioração particularmente relevante das condições económicas observada nos últimos anos em vários países europeus em que o Grupo está ativo, incluindo a Espanha, a Grécia, a Irlanda, Itália e Portugal (EGIIP), a gestão das exposições nesses países foi e continua a ser de grande importância para o Grupo.

As entidades soberanas de todos esses países, bem como as instituições financeiras e empresas domiciliadas nesses países são clientes importantes do Grupo e nas operações globais do Citigroup. O Citigroup tem toda a expectativa de manter a sua presença nesses mercados para servir todos os seus clientes globais. Como tal, a exposição do Grupo a estes países pode variar ao longo do tempo, com base nas suas operações, nas necessidades dos clientes e na estrutura das operações.

102/02

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os quadros seguintes mostram a exposição do Grupo ao segmento de grandes empresas nestes países à data de 31 de dezembro, com exclusão da exposição ao retalho, pequenas empresas e da exposição do Citi Private Bank:.

2013 £ milhões	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal	EGIIP Total
Exposição de crédito financiada líquida corrente	338	366	4	169	-	877
Exposição líquida da carteira de negociação DPV*	-	-	12	-	21	33
Exposição financiada líquida corrente	338	366	16	169	21	910
Exposição de crédito financiada líquida corrente:						
Soberana	50	-	-	-	-	50
Instituições financeiras	-	6	-	2	-	8
Empresas	288	360	4	167	-	819
Total da exposição de crédito financiada líquida corrente	338	366	4	169	-	877
Compromissos não financiados:						
Instituições financeiras	52	2	-	5	-	59
Empresas	1.053	26	10	132	1	1.222
Total de compromissos não financiados	1.105	28	10	137	1	1.281

* Disponível para venda

2012 £ milhões	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal	EGIIP Total
Exposição de crédito financiada líquida corrente	659	311	2	231	47	1.250
Exposição líquida da carteira de negociação DPV*	1	(1)	-	54	-	54
Exposição financiada líquida corrente	660	310	2	285	47	1.304
Exposição de crédito financiada líquida corrente:						
Soberana	-	5	-	-	6	11
Instituições financeiras	-	1	-	11	-	12
Empresas	659	305	2	220	41	1.227
Total da exposição de crédito financiada líquida corrente	659	311	2	231	47	1.250
Compromissos não financiados:						
Instituições financeiras	23	-	1	5	-	29
Empresas	1.027	183	8	143	5	1.366
Total de compromissos não financiados	1.050	183	9	148	5	1.395

* Disponível para venda

A exposição mencionada supra corresponde tipicamente a exposição nominal sem benefício de eventuais garantias, mas reflete o benefício da margem e da proteção do crédito. Como tal, a exposição líquida do Grupo é significativamente menor.

Além disso, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha aproximadamente £682 milhões (2012: £1.035 milhões) de exposição aos países EGIIP, relacionada em geral com clientes de retalho e pequenas empresas como parte das suas atividades do Citi Holdings, principalmente em Espanha e na Grécia.

A exposição global aos países EGIIP reduziu-se de forma substancial no último exercício, tanto no setor do crédito por grosso, como no setor de retalho, conforme já referido.

Risco de redenominação da moeda

Um risco diretamente associado às preocupações relativas aos países EGIIP é a possibilidade de um dos membros da UEM sair da Zona Euro. Uma situação desta natureza poderia levar a determinadas obrigações relativas ao país que saísse serem redenominadas do euro para a uma nova moeda desse país. A redenominação pode ser acompanhada pela desvalorização imediata da nova moeda. Uma redenominação / desvalorização desta natureza pode causar incertezas jurídicas e de outra natureza significativas a respeito das obrigações não vencidas de devedores e contrapartes dos países que saíssem do Euro, sejam eles estatais ou não, e levaria provavelmente a processos contenciosos complexos e demorados. A redenominação / reavaliação poderia ser acompanhada pela imposição de normas sobre controlo de capitais e/ou câmbios, alterações obrigatórias da moeda de funcionamento e "fuga de depósitos".

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2013, a economia da Zona Euro deu sinais de recuperação da mais longa recessão das últimas três décadas. Embora as perspetivas económicas tenham melhorado, muitos desafios e incertezas perfilam-se no horizonte, como o ritmo lento da recuperação, espartilhada por pressões redutoras do setor público e do setor privado, um setor bancário pouco capitalizado e prognósticos no sentido da continuação do crescimento do desemprego. Em consequência, o risco de redenominação continua a ser uma realidade.

O Grupo, como outras instituições financeiras com grandes operações na UEM, está exposto a riscos de potencial redenominação e desvalorização em Espanha e na Grécia.

As estimativas da exposição em termos de redenominação / desvalorização estão sujeitas a uma análise permanente e envolvem necessariamente inúmeras premissas, incluindo quanto aos ativos e passivos que ficariam sujeitos a redenominação num determinado caso, a disponibilidade de proteção de crédito comprada e a medida de utilização de compromissos não financiados. Além disso, outros fatores fora do controlo do Grupo – tais como a medida da eventual fuga de depósitos e da desvalorização, a imposição de controlos cambiais e/ou de capitais ou a eventual calendarização requerida para as alterações da moeda de funcionamento e o seu impacto contabilístico – poderiam também afetar negativamente o Grupo nessas circunstâncias. Em consequência, num cenário de efetiva redenominação e desvalorização, as exposições do Grupo poderiam variar consideravelmente com base nos factos e circunstâncias específicos nesse momento.

Embora o Citigroup procure mitigar a sua exposição de crédito e outras exposições relacionadas com a Zona Euro, as potenciais consequências e o impacto dessas consequências decorrentes de uma crise na Zona Euro são altamente incertos e, em última análise, irão depender dos factos e circunstâncias concretos. Em consequência, não podem ser dadas nenhuma garantia de que as várias medidas tomadas pelo Citigroup para proteger os seus negócios, os resultados das suas operações e a sua situação financeira contra estes acontecimentos serão suficientes. Além disso, podem verificar-se impactos negativos nos negócios, nos resultados das operações e na situação financeira do Citi que sejam atualmente desconhecidos e, por conseguinte, não possam ser mitigados como parte integrante do planeamento de contingência permanente.

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição que o Grupo identificou como estando em risco de denominação nos países EGIIP diminuiu comparada com a situação em 31 de dezembro de 2012, em consonância com o objetivo do Grupo de gerir este risco eficazmente.

Risco operacional (não auditado)

O risco operacional é o risco de perdas resultantes de processos, sistemas ou fatores humanos inadequados ou que falharam ou de acontecimentos externos. Abrange o risco para a reputação e o risco para a empresa associados a práticas comerciais ou conduta no mercado em que o Citigroup esteja envolvido. O risco operacional é inerente às atividades comerciais do Grupo, bem como dos seus processos internos que suportam essas atividades e pode levar a prejuízos decorrentes de acontecimentos relacionados com os factos seguintes, entre outros:

- fraude, roubo e atividades não autorizadas;
- práticas laborais e ambiente no local de trabalho;
- clientes, produtos e práticas comerciais;
- ativos físicos e infraestruturas; e
- execução, implementação e gestão de processos.

Quadro

O risco operacional global do Citigroup é gerido através de um quadro global desenhado para conseguir um ponto de equilíbrio entre uma forte supervisão em termos societários e um quadro de gestão de riscos independente bem definido. Este quadro inclui:

- reconhecimento da responsabilidade das áreas de negócio pelo risco;
- supervisão por funções de gestão de riscos e controlo independentes do Citigroup; e
- avaliação independente pela função de Auditoria Interna do Citigroup.

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O objetivo é manter o risco operacional em níveis adequados face às características das atividades do Grupo, os mercados em que opera, o seu capital e liquidez, bem como ao ambiente concorrencial, económico e regulamentar.

Para monitorizar, mitigar e controlar o risco operacional, o Citigroup mantém um sistema de políticas e definiu um quadro coerente para avaliação e comunicação dos riscos operacionais e da eficácia global do ambiente de controlo interno no Citigroup. Como parte integrante deste quadro, o Citigroup criou um programa de Avaliação do Controlo da Administração (*Management Control Assessment*) (ACA) para ajudar os gestores a autoavaliar os principais riscos operacionais e mecanismos de controlo e identificar e lidar com insuficiências na conceção e/ou eficácia dos mecanismos de controlo interno que mitigam os riscos operacionais significativos. Existem ACAs para todas as principais linhas de negócio e áreas de controlo com impacto no Grupo.

Conforme já referimos, todos os principais segmentos de negócio têm de aplicar um processo de risco operacional consentâneo com os requisitos deste quadro. O processo para gestão do risco operacional inclui os passos seguintes:

- identificar e avaliar os principais riscos operacionais;
- desenhar mecanismos de controlo para mitigar os riscos identificados;
- definir indicadores para os principais riscos e mecanismos de controlo;
- aplicar um processo para reconhecimento precoce dos problemas e passagem atempada dos mesmos para níveis hierárquicos superiores;
- produzir um relatório abrangente sobre o risco operacional; e
- assegurar que estão disponíveis recursos suficientes para melhorar ativamente o ambiente de risco operacional e mitigar os riscos emergentes.

À medida que são desenvolvidos novos produtos e atividades, também são desenvolvidos, alterados ou criados processos através de meios alternativos e os riscos operacionais são considerados.

Um Conselho de Risco Operacional assegura a supervisão do risco operacional em todo o Citigroup. O Conselho inclui membros seniores do Risco da Atividade e Estratégia do Citigroup e da estrutura do Diretor do Risco, cobrindo múltiplas dimensões da gestão de riscos, com representantes da estrutura do Negócio e dos Diretores Regionais de Risco. O Conselho centra-se na identificação e mitigação do risco operacional e incidentes relacionados. O Conselho trabalha com os segmentos de negócio e com as funções de controlo (por exemplo, o Compliance, o Departamento Financeiro, os Recursos Humanos e o Departamento Jurídico) com o objetivo de assegurar um quadro transparente, coerente e abrangente para gerir globalmente o risco operacional.

Além disso, a Gestão do Risco da Empresa, dentro da função de gestão independente do risco no Citigroup, auxilia de forma ativa e dinâmica as áreas de negócio, as operações, a área das tecnologias e outras áreas de controlo independentes a melhorar a eficácia dos mecanismos de controlo e a gerir os riscos operacionais dos vários produtos, linhas de negócio e regiões e facilita a gestão do risco operacional ao nível do Citigroup e do Grupo.

Operações dos Centros de Serviços Partilhados

As operações de um determinado número de funções de apoio ao negócio do Citi, incluindo o Departamento Financeiro, a Tesouraria, a Assistência das Tecnologias da Informação de vários sistemas e as Liquidações do *Middle Office* estão baseadas em dois CSC criados pelo Citi na Polónia e na Hungria, cujo pessoal é empregado pelo Grupo.

O crescimento nos CSC é acompanhado de perto devido aos potenciais riscos operacionais, tais como perturbações na apresentação de relatórios dentro dos prazos, fluxo de informações e taxas elevadas de rotação, entre outros riscos.

A responsabilização da gestão dos CSC é assegurada através do seu reporte à Comissão Nacional de Risco Comercial, Compliance e Controlo (CNRCCC) e seguidamente à CNRCCC do RU e da Europa Ocidental.

110/2

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações sobre risco operacional, prejuízos históricos e ambiente de controlo são comunicadas e resumidas para a Comissão de Auditoria, a administração sénior e os Administradores.

Gestão do capital (não auditado)

A abordagem do Grupo à gestão do capital é guiada por exigências estratégicas e organizacionais, tendo em conta o enquadramento regulamentar, económico e comercial.

É um objetivo do Grupo continuar a manter uma base de capital forte para sustentar a atividade e os requisitos regulamentares de capital a todo o tempo. A composição e o montante do capital detido serão consentâneos com os regulamentos em vigor, incluindo os novos requisitos da 4ª Diretiva sobre Requisitos de Capital (DRC4) que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014.

São preparadas projeções do capital tendo em conta os planos de crescimento estratégico, o Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (PIAAC), o plano de capital para o Grupo e o futuro ambiente regulamentar. As projeções do capital são atualizadas e revistas mensalmente através da Comissão de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) do Reino Unido e trimestralmente nas reuniões da Comissão de Supervisão da Governação de Basileia.

A Sociedade mantém uma "almofada" de capital interno superior aos requisitos de capital regulamentar mínimo da PRA.

Capital regulamentar

A posição de adequação de capital do Grupo é controlada e gerida de acordo com as exigências prudenciais da *Prudential Regulation Authority* (PRA), a autoridade reguladora dos serviços financeiros do Reino Unido. O Grupo tem de cumprir a todo o tempo os requisitos de capital mínimo da PRA. O Grupo criou processos e mecanismos de controlo para controlar e gerir a sua posição de adequação do capital e cumpriu estes requisitos durante todo o exercício.

Ao abrigo das normas de capital mínimo da PRA, o Grupo tem de manter um excedente prescrito de recursos de capital total face aos seus requisitos relativos aos recursos de capital. Para estes efeitos, o Grupo calcula os requisitos de capital para o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração e o risco operacional com base num determinado número de modelos internos e reconhece um determinado número de técnicas de mitigação do risco de crédito.

Os recursos de capital regulamentar do Grupo compreendem dois elementos distintos:

- capital do tier 1, que inclui o capital social ordinário, os prémios de emissão, os resultados transitados e as reservas de capital; e
- capital do tier 2, que inclui as provisões para imparidade coletiva.

Aplicam-se diversos limites aos elementos do capital de base. Por exemplo, o montante do capital do tier 2 elegível não pode exceder o capital do tier 1. As outras deduções ao capital incluem o valor contabilístico dos investimentos em subsidiárias não incluídas na consolidação regulamentar e determinadas outras rubricas previstas em termos regulamentares.

A política da Sociedade é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança dos investidores, dos credores e do mercado e suportar o desenvolvimento futuro da atividade. O impacto do nível de capital na rentabilidade para os acionistas também é reconhecido, juntamente com a necessidade de manter o equilíbrio entre as rentabilidades mais altas que seriam eventualmente possíveis com um maior endividamento e as vantagens e segurança asseguradas por uma posição de capital sólida.

11/2k

CITIBANK INTERNATIONAL PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos de capital regulamentar do Grupo em 31 de dezembro eram os seguintes:

	2013 £ milhões	2012 £ milhões
Capital do tier 1	2.230	2.286
Capital do tier 2	138	166
	<u>2.368</u>	<u>2.452</u>
Deduções	(25)	(40)
Total do capital regulamentar	<u>2.343</u>	<u>2.412</u>

Mais pormenores sobre as divulgações relativas ao capital regulamentar da Sociedade ao abrigo do Pilar III podem ser encontrados em:
<http://www.citigroup.com/citi/investor/reg.htm>

37. Compromissos relativos a locações operacionais

Grupo e Sociedade	Total 2013 £ milhões	Total 2012 £ milhões
No final do exercício, os compromissos com rendas decorrentes de contratos de locação operacional não anuláveis eram os seguintes:		
Com vencimento:		
- no prazo de um ano	3	2
- entre um e cinco anos	7	-
- a mais de cinco anos	1	-
Total	<u>11</u>	<u>2</u>

38. Análise por segmento

A administração do Grupo analisa a sua performance com base nos mesmos segmentos a que o Citigroup Inc. recorre para prestar informações sobre a sua performance.

O Grupo está organizado à volta de dois principais segmentos de negócio para efeitos de prestação de informações, o Citicorp e o Citi Holdings, e desenvolve a sua atividade no Reino Unido e na Europa Ocidental. Existem vários segmentos operacionais dentro de cada segmento para efeitos de prestação de informações, que também foram agregados em segmentos para efeitos de prestação de informações.

O Citicorp desenvolve a atividade do GCI, que inclui a Originação de Mercados de Capitais, a Banca de Empresas e de Investimento, os Mercados, o Citi Private Bank (CPB), os Valores Mobiliários e Serviços (VMS) e as Soluções de Tesouraria e Negociação (STN). O Citicorp também assegura o negócio de crédito ao consumo global (Global Consumer Bank). Para mais informações, consultar a página 7 do Relatório Estratégico.

O Citi Holdings presta uma gama alargada de serviços de banca de retalho, cartões, crédito, seguros e investimento através de uma rede de agências locais, escritórios e canais eletrónicos. O Citi Holdings serve tanto clientes particulares, como pequenas empresas.

As operações entre segmentos de negócio são realizadas em termos de mercado.

Os proveitos brutos incluem proveitos de dividendos, proveitos líquidos de comissões, proveitos líquidos de rubricas ao justo valor através da conta de exploração e proveitos líquidos de investimentos. A

